

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Da Descolonização às origens da Cooperação Portuguesa: as figuras e os factos, as motivações e as realizações

João Eduardo Nunes Belo

Orientador: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea.

ENTREVISTAS E APÊNDICES

2016

ENTREVISTAS

Entrevista com o ex-Presidente António Ramalho Eanes

1ª parte da entrevista no seu Escritório, na Av . João Crisóstomo em Lisboa, em Julho 2013.

JB: Fica expresso o meu compromisso de antes de enviar para discussão da tese dar-lhe a conhecer, na parte que lhe diz respeito, para poder opinar sobre o mesmo. Vou então começar esta entrevista Senhor General pedindo-lhe o seguinte, como a entrevista é bastante longa se depois me dará oportunidade para continuarmos noutra altura.

Eu começaria, então, por uma ordem sequencial, por abordar primeiramente a sua passagem por Chefe de Estado-Maior do Exército. O Senhor General enquanto Chefe de Estado-Maior do Exército, cargo que assumiu depois dos acontecimentos do 25 de Novembro de 75, teve a iniciativa de apresentar, com o apoio dos chefes da Marinha e da Força Aérea, um documento intitulado “Bases Fundamentais para a Reorganização das Forças Armadas” e que foi aprovado pelo Conselho da Revolução logo a 11 de Dezembro. O que visava com esta iniciativa?

Eanes: Sabe que as Forças Armadas, em qualquer país e em qualquer regime têm uma ideologia formal que é a hierarquia, a disciplina e, obviamente, a unidade. A revolução e, sobretudo, o período pós-revolucionário quebraram esta ideologia formal. A ideologia formal implica necessariamente uma lealdade única às Forças Armadas (lealdade institucional) e como os militares se dividiram por motivos ideológicos, como acabaram por se ligar a várias formações partidárias, eles quebraram essa lealdade institucional militar e substituíram por outras lealdades complicadas na medida em, que elas eram contrárias ao funcionamento da instituição militar enquanto tal e complicadas porque eram marcadas muitas vezes por traços de grande afetividade. Por outro lado, e como sabe, tendo a revolução sido feita fundamentalmente por jovens, criou-se uma fratura na instituição militar entre os militares mais jovens e os militares mais velhos. Uma fratura complicada porque era de desconfiança e todos nós portugueses sabíamos como uma situação destas é perversamente complicada e como pode criar problemas militares e políticos de vária expressão mas sempre de funesta dimensão. E todos sabemos porque infelizmente tivemos uma experiência vivida durante a 1ª República. Os quartéis e os militares foram divididos e partidários e isso fez com que chegássemos à situação a que chegámos na 1ª República. Golpes militares todos os dias, com o poder político a tentar utilizar os seus militares e, como sabe, isso só mudou quando a própria instituição militar entendeu, depois de uma experiência longa e difícil, que tinha que se autonomizar da política para ser instituição que de outra maneira não era. De maneira que foi isso que nos levou a tentar criar a instituição militar, ou antes, a reinstitucionalizar as Forças Armadas e por isso o que estabelecemos foi:

Primeiro as Forças Armadas são apartidárias, cada militar tem as suas opções político-ideológicas mas cada militar, na acção institucional militar é apertidário. Por segundo, a instituição militar como aliás acontece com todas as instituições militares democráticas, serve a nação da qual era, na concepção republicana, o representante armado, obviamente isso modificou-se com o serviço militar voluntário mas na altura era ainda assim. E em terceiro lugar, sendo apartidárias e sendo representante armado da nação, eles servem a nação através dos órgãos não de soberania, como se costuma dizer, porque não há órgãos de soberania, o único órgão de soberania é o próprio povo, mas através dos órgãos da soberania, os órgãos em quem é delegada temporariamente a sua soberania. Portanto a finalidade foi essa.

JB: Portanto era o regresso aos quartéis?

Eanes: Era a re-institucionalização dos militares, era de alguma maneira o regresso aos quartéis. Poder-se-á perguntar: mas se há essa ideia, porque é que ficou um Conselho de Revolução?

JB: Era o que lhe ia perguntar a seguir...

Eanes: Ficou um Conselho de Revolução porque a República demonstrou também que não é muito fácil quando se estabelece uma relação promíscua entre os militares e as forças políticas, fazer regressar os

militares, em termos corretos, em termos éticos e em termos institucionais, às Forças Armadas. E o nosso caso era mais difícil porque, como lhe disse, havia uma divisão etária mas não era só uma divisão etária, era uma divisão de concepção entre os mais jovens que tinham feito a revolução e os mais velhos. De maneira que entendeu-se que para que a instituição militar tivesse fronteiras e uma porta de armas que a garantisse institucionalmente, nós deveríamos impedir que as forças partidárias entrassem, não apenas fisicamente mas também legalmente. Não deveriam ser elas a legislar para a instituição, deveriam ser os próprios militares na medida em que tinham instrução militar e um conhecimento mais completo, mais perfeito e, ainda, porque sendo os órgãos político-militares apartidários, eles teriam mais facilidade em fazer com que as suas normas, com que as suas diretivas políticas, obviamente, pudessem ser inseridas na instituição militar sem grande perturbação e o Chefe de Estado-Maior quando impunha no ramo determinadas normas que não agradavam aos chamados progressistas, ou que não agradavam aos chamados conservadores, eu dizia sempre que eu tenho que impor as normas por uma razão clara e ética à ordem colegial que estabeleceu regras porque é a ordem colegial a que eu pertença e eu comprometi-me, por questões de honra, por questões de ética, eu tenho de a impor. Obviamente havia um outro fator nacional de equilíbrio, é que se pretendeu, à semelhança do que vinha sendo feito no anterior, que o Presidente da República fosse o Chefe do Estado Maior. Portanto, é uma certa legitimidade revolucionária se somasse de maneira iminente a legitimidade democrática para que a transição se fizesse e para que o comportamento dos militares pudesse ser um comportamento tendencialmente virtuoso, virtuoso institucionalmente.

JB: Agora passo para a segunda questão, esta pergunta é estritamente na qualidade de militar que lha faço que é para eu perceber um pouco a mentalidade que está por detrás disto. Na altura que decorreu a primeira fase da descolonização o Senhor General era militar e era amigo pessoal do Major Melo Antunes. Melo Antunes vai também ter um papel muito importante, ele era um importante estratega político e militar na revolução e a minha pergunta é esta: como vê o papel do Melo Antunes na descolonização enquanto membro dos primeiros Governos provisórios, com orientações claras do presidente Spínola que ele e a Comissão Coordenação do MFA, à qual também pertencia, deliberadamente, como ele assumiu, boicotavam e acabaram por conduzir para um sentido oposto.

Eanes: Como sabe o grande problema no primeiro período da chamada revolução foi a incapacidade de a lógica real existente entre uma parte dos militares e o General Spínola. Incapacidade que derivava de uma certa diferença de concepções e da respetiva desconfiança. O General Spínola era um grande militar, foi um grande militar nomeadamente na Guiné, e era um militar que intuía aquilo que devia ser a resposta política à guerra revolucionária, mas embora intuindo, ele nunca conseguiu arranjar a resposta teórica completa. O que acontece nestas modalidades de guerra? Elas podem ganhar-se embora se percam quase sempre politicamente. E ganham-se quando o poder político, primeiro, é capaz de, perante a rebelião utilizar bem o aparelho militar. Como é que se utiliza bem o aparelho militar? Flagelando-se sistematicamente o inimigo de tal maneira que ele não tenha liberdade de acção, desesperando as populações do inimigo e instalando essas populações em aldeamentos com novas condições, melhorando as condições de progresso económico e de desenvolvimento social para bem das populações e modernizando economicamente os territórios que estão sujeitos à acção do inimigo. Este é o papel dos militares. Se, porventura, este papel for bem aproveitado o que acontece a seguir é, o poder organiza politicamente as populações, politico-partidariamente as populações, para que elas constituam partidos políticos ou movimentos para, numa fase posterior, estando bem organizadas politicamente, estando bem motivadas porque houve desenvolvimento social e progresso económico possa, num referendo, haver uma discussão internacionalmente fiscalizada, que não permita que os movimentos da oposição que flagelaram a população, que sistematicamente se viciaram, que tentaram destruir tudo aquilo que era progresso económico, percam as eleições e que as eleições sejam, obviamente, ganhas por forças políticas locais que sejam afetas à potência colonial. Naquela altura não era muito fácil ter uma percepção muito clara desta resposta política à guerra revolucionária porque ela nem sequer tinha sido bem teorizada, ela só ia ser teorizada um ano mais tarde por um elemento do exército francês, um homem (?) dizer que era da Argélia (?) e que foi Professor convidado da Universidade de Harvard e que é o homem que escreveu livros sobre esta questão que acabaram depois por inspirar os americanos e os levaram a teorizar mais sobre esta modalidade, na resposta à guerra, nomeadamente quando tiveram o Iraque e tiveram o Irão. Portanto, o General Spínola sentia que era necessário dar resposta política à guerra quando

esteve na Guiné, mas dar uma resposta política sem ter feito esse trabalho político de, se quiser, personalização política das populações contra os movimentos desfavorecidos. O Melo Antunes era um indivíduo que sabia, mas também não teria teorizado tudo isto, o que sabia era que não tendo havido um movimento de autonomização política, de personalização política, das massas populares, das populações perante os movimentos de libertação, não tendo havido, e havendo apenas na altura da discussão política sobre o futuro das colónias, movimentos políticos armados, não havia outra solução que não fosse entregar-lhes o poder. Aliás, isso foi demonstrado a todo o mundo nomeadamente os franceses na Argélia, por exemplo. E na Argélia os franceses chegaram efetivamente a ter um efetivo militar que nós não tivemos, chegaram a ter sucessos que nós não tivemos, eles tinham uma ação fronteiriça de tal maneira eficaz que os guerrilheiros chegaram a não poder usar armas pesadas por uma razão simples, é que não conseguiam encontrar posições. Eles gastavam milhões de dólares por mês, o que nós não fazíamos, e eles conseguiram um sucesso extraordinário mas como eles também não deram uma resposta política na altura da independência, eles tiveram que conceder a independência à FLA. De qualquer maneira o Spínola entendia que, dada a sua experiência na Guiné, que era possível não conceder a independência de imediato, que era possível negociá-la e que era possível fazer isso pelo menos em Angola, o que tinha uma certa razão porque a guerra em Angola era uma guerra que estava em ponto morto. Nós tínhamos feito uma ação militar bem-sucedida, a FNLA não funcionava a não ser esporadicamente, o Savimbi com a UNITA estava às ordens do Governo português e o MPLA estava à beira da implosão. Portanto, realmente, em Angola tudo era possível, em Angola, em termos objetivos tudo era possível e o General Spínola tinha-se agarrado a Angola porque sonhava, utopicamente, tendo em consideração a situação internacional e a situação em África que era possível fazer ali um novo Brasil. Esta diferença de análise da situação levava a uma divergência de posições. A falta de diálogo levava à impossibilidade de encontrar compromissos razoáveis. A diferença de idades e o facto de o Spínola ter sido, de alguma maneira, escolhido a contra gosto, como sabe, o escolhido do MFA tinha sido o Costa Gomes, levantava uma certa desconfiança. Tudo isto contribuiu para que não houvesse unidade na ação política, o que era indispensável, e tivesse havido uma descolonização... é necessário conhece-lo, deixou muito a desejar porque não defendeu os nossos interesses, não terá defendido inteiramente o interesse das populações locais e em Angola e Moçambique terminou guerras que tiveram prejuízos e os prejuízos realmente mais gritantes são aqueles que têm a ver com a vida das populações, tiveram efeitos extremamente perniciosos. Mas sintetizando: primeiro não havia confiança entre a ala de Melo Antunes e a ala de Spínola; segundo, embora não houvesse, de ambos os lados, uma teorização completa sobre o que é a guerra contra revolucionária e quais são as respostas políticas, havia do lado do Spínola a convicção de que era possível responder politicamente qualquer que tivesse sido a evolução da situação político-militar nas colónias e havia no Melo Antunes a convicção de que não havendo preparação política das populações, numa situação de descolonização inevitável a única solução era entregar o poder aos movimentos de libertação; e, em último lugar, e não deixa também de ser interessante, o Melo Antunes tinha da libertação dos povos uma conceção que eu diria que é interessante mas é um pouco próprio dos intelectuais de esquerda utópica e o Spínola tinha uma conceção que era conservadora. No meu entender ambas as conceções, por aquilo que lhe disse, dada a teorização feita posteriormente sobre as forças políticas das guerras revolucionária, ambas as posições tinham defeitos.

JB: Indo ao âmago da questão, por isso e que eu lhe disse que queria que respondesse enquanto militar, não se pode inferir aqui alguma indisciplina por ter ido contra um superior?

Eanes: Se porventura fosse possível abordar essa questão numa perspectiva militar, sim, mas não deve ser essa a perspectiva de abordagem, a perspectiva de abordagem é política porque quer o Melo Antunes quer o Spínola faziam parte de dois órgãos políticos. Dois órgãos políticos que tinham uma conceção política diferente da descolonização e portanto, abordagens diferentes...

JB: E se me permite, talvez o Melo Antunes julgar-se-ia no direito de representar, efetivamente, o povo vencedor, o MFA, que fez a revolução e triunfou enquanto o outro representava um poder delegado...

Eanes: Eu creio que tem razão, esse sentimento existia com certeza, embora em termos políticos mas apenas formais existisse um poder político e o líder político formal fosse o Spínola. Mas na verdade existiam pelo menos 2 poderes, um poder político menos formal ou informal que era o MFA e um poder político formal

que era o Spínola e esses poderes estavam em conflito como se constatou nomeadamente naquela primeira fase em que o MFA se permitiu uma aliança com as forças de esquerda nomeadamente o PC.

JB: A segunda parte da questão, e para terminar isto das independências; como compreender a postura das delegações do MFA no terreno das operações que também eles boicotavam à sua maneira os esforços dos negociadores que discutiam os termos do acordo informando, inclusive, os movimentos de quais eram as estratégias que iam encontrar por parte dos negociadores portugueses. Isto foi dito pelo próprio Chissano que fazia parte da delegação da Frelimo? Aqui haveria traição mesmo?

Eanes: (silêncio) Primeiro, eu entendo que nós temos que ter uma atitude muito prudencial e prudente, prudencial tentando vê-lo globalmente e muito prudente quando as situações são situações anormais. Na guerra, como sabe, e desde a existência dos Exércitos Republicanos, desde a Revolução Francesa, desde a Batalha de (?) os homens sacrificam a vida, ou devem sacrificá-la, na perspectiva republicana, em prol dos interesses do país. Enquanto os homens estão convencidos que a guerra defende os interesses do país, ou os convencem, haverá desvios mas eles são excepções. Quando a guerra parece inútil, parece que não defende os interesses do país, a partir daí é muito difícil manter a disciplina, manter o respeito por determinadas ordens consideradas éticas, dito de outra maneira, quando se diz que a guerra vai acabar, que é uma questão de dias e que as Colónias vão ser entregues, o soldado pergunta-se, ou se não se pergunta de alguma maneira questiona-se “estar aqui porquê? arriscar a vida porquê?” e daí até haver atos de indisciplina e, como sabe, esses actos de indisciplina eram praticados sobretudo, mas não só, por quadros milicianos que tinham ligações ideológicas à esquerda e portanto, eram de alguma maneira seduzidos para cooperar com o inimigo, até porque a situação é propícia. Bom mas à parte disto, que se pode compreender, embora possa não se aceitar, a par disto houve casos que eu pessoalmente entendo que foram casos que deviam ser punidos porque atropelavam aquilo que eram as normas militares, quer dizer, uma instituição militar enquanto funciona respeita as normas, mesmo que não concorde com elas. Aliás, eu era sub - comandante de um batalhão que estava no Norte de Angola e imediatamente após o 25 de Abril fiz reuniões em todas as Companhias e as Companhias estavam mal distribuídas. Como eram reuniões abertas e os homens tinham por mim alguma consideração e como eles entendiam que não devia haver atividade operacional que pusesse as vidas em perigo, em duas das reuniões perguntaram-me se ainda havia operações e eu expliquei-lhes que continuaria a haver operações enquanto não fosse declarada o fim da guerra ou um cessar-fogo e gostaria de acrescentar, para eles não fazerem a pergunta seguinte, que nas operações que eu comandasse as normas passavam a ser as mesmas, o indivíduo que se portasse mal sofria imediatamente as consequências e eu admitia que se o comportamento errado fosse ao limite a resposta fosse ao limite também. Portanto, eu próprio enquanto Comandante não deixei de formular uma ameaça não implícita, expressa, porque admiti que aquilo pudesse levar os homens mais simples, o soldado, a não querer morrer, a não querer estar em situações em que morressem. Aliás, como sabe, comandar os militares em campanha quando à liderança é muito fácil, mesmo quando a liderança é uma liderança afirmada e capaz, portanto um homem em quem os militares confiam, um homem em quem os militares sabem que nunca defenderá os seus interesses mas defenderá sempre os interesses deles, que nunca os manda para um lugar onde se morre sem ele ir à frente, mesmo quando isso acontece, os últimos 3 meses ou 4 meses de comissão em que há operações, são meses extremamente rígidos, porque o que acontece é que os homens que sempre dominaram o medo passam a não dominar o medo. Os homens que sempre pensaram ou pensam “eu não vou morrer, há -de morrer o outro mas eu não”, a partir dessa altura sentem que podem morrer o que é uma situação extremamente difícil em termos psicológicos e em termos de comando. Houve situações em que não foi 1 ou 2 militares que se portaram mal, foram 3 que se portaram mal e aí eu entendo que quem comandava as unidades devia ter sido seriamente punido. É evidente que numa situação daquelas em que o poder político não estava concentrado, em que a responsabilidade política perante a população praticamente não existia, em que a instituição militar estava em desagregação, tudo isto passou mais ou menos sem respostas institucionais severas mas elas deveriam ter existido no meu entender porque uma nação é uma nação, mesmo quando está em guerra, uma instrução militar é uma instrução militar mesmo quando está em vésperas de estabelecer uma paz

JB: Agora passamos para outro tema embora aqui já tivesse o seu dedinho segundo me parece. Nos acordos, parece-me que não foram bem acautelados os interesses dos nossos compatriotas que se viram na contingência de ter que regressar da forma que regressaram, acho que concorda comigo conforme aquilo que

disse anteriormente numa outra resposta. Em reunião do Conselho de Ministros no I Governo Constitucional, foi decidido colocar o *dossier* retornados a depender do Alto Comissariado, apesar de isto ir esvaziar a Secretaria de Estado da Descolonização, e foi indicado para dirigir o Alto Comissariado o Tenente Coronel Gonçalves Ribeiro. Parece que a proposta e mesmo a sugestão do nome foi da sua lavra, é verdade?

Eanes: Em relação à descolonização, como disse, os acordos não foram bem feitos mas mesmo que os acordos tivessem sido bem feitos eles não teriam sido respeitados, como era habitual. E não teriam sido respeitados porque havia um longo contencioso ...que tinha muito a ver com os brancos e com os mestiços embora muitos dos brancos e mestiços, como sabe, não fossem portugueses em termos de naturalidade, eram angolanos. Tinham nascido em Angola, não conheciam o território português, Angola era a terra deles e era onde eles deviam ter ficado. Mas acho que a descolonização, tal como se fez, acarretou isso e como lhe digo a descolonização foi errada, errada porque a resposta política do governo anterior à contra-revolução, como errada foi a resposta que demos na altura da descolonização. O que é que se entendia? Entendia-se que o problema dos retornados era um problema que devia escapar às burocracias habituais, devia escapar a estas pequenas questões de poder que são muito próprias dos democratas e devia ser dirigido por um homem, não é que conhecesse bem o problema, que o conhecesse e o vivesse efetivamente também, de tal maneira que procurasse encontrar as melhores respostas e foi isso que levou a sugerir (eu já não me recordo se fui eu que sugeri mas pelo menos concordei em absoluto) o General Ribeiro. Era um homem que conhecia muito bem o Ultramar, era um homem que conhecia muito bem a situação que a descolonização tinha gerado e era um homem que sabia que era necessário dar àqueles homens regressados, o mínimo de condições para que eles não viessem perturbar a situação, que eles não viessem a ser presa fácil dos elementos que estavam apostados em piorar a situação. Portanto havia, para responder a esta questão, duas razões: uma razão política, tem a ver com a dignidade que todos devem ter, e uma razão política de segurança que tinha como objectivo impedir que eles fossem arregimentados para potenciarem uma insegurança, que como sabe, na altura já era grande.

JB: E parece-me que ele fez um grande trabalho, não foi? Conceber esta integração dentro da sociedade numa altura daquelas não era fácil...

Eanes: E responderia à sua pergunta apontando 3 aspectos: primeiro, aquilo a que se reporta àquilo que foi a atividade dele, foi uma actividade empenhada, esclarecida, eficaz; segundo, à capacidade de adaptação e de iniciativa dos homens que regressaram porque rapidamente eles, com fracas ajudas, conseguiram instalar-se; e terceiro, é uma iniciativa muito importante, naquela altura existia, na revolução portuguesa, uma solidariedade familiar muito grande, aquilo que se foi perdendo depois e que tem muito a ver com o nosso individualismo, na altura não se notou, na altura a solidariedade familiar afetiva fez com que se produzissem milagres porque milhares de famílias recolheram familiares afastados e deram-lhes condições durante algum tempo para que eles criassem condições para responder à situação.

JB: Sabia que ele era seu conterrâneo, ou não?

Eanes: Andámos no liceu juntos. Ele era mais velho que eu mas andámos.

JB: Sabe de onde é que ele era? Ele é da minha terra, dos Cebolais de Cima.

Eanes: Não sabia, mas eu conhecia-o a ele e conhecia as irmãs.

JB: Passemos agora para a área da cooperação. O Almirante Vítor Crespo afirmou que o grupo dos 9, e sobretudo Melo Antunes, tinham uma ideia bem clara do que devia ser uma política de cooperação e a sua diferença entre cooperação e Negócios Estrangeiros. Como elemento relevante deste grupo que o Sr. General era, o que se lembra deste assunto? Este assunto foi abordado nas vossas célebres reuniões?

Eanes: Foi discutido várias vezes. Naquela altura entendia-se que o país ter viabilidade carecia de ter um projeto, carecia de ter de novo um grande propósito em termos de estratégia e isto era indispensável porque o país foi, durante um século, um país imperial, o grande propósito era o império. Mas com o império os emigrantes permitiam que Portugal tivesse uma balança de pagamentos equilibrada e como sabe, depois da independência do Brasil e quando se houve falar das remessas dos emigrantes e com problemas da dívida pública, uma dívida que tinha sido adquirida, uma dívida portuguesa de cerca de 20% quando foi da crise da Argentina, nós temos a banca rota. Portanto impunha-se parar, repensar o país que já não tinha impérios nem poderia vir a ter impérios porque ao império oriental, veio o Brasil, ao Brasil o império africano e agora não

havia mais impérios e portanto, teríamos de nos bastar a nós próprios e teríamos que aqui, como disse o Mouzinho da Silveira, fazer e conseguir aquilo que tínhamos conseguido lá fora. O que se notava é que a sociedade portuguesa não estava muito voltada para aí e que os próprios militares naquela quimera revolucionária também não estavam voltados para aí. O que se perguntava era “o que fazer para que essa reflexão se faça”? E a conclusão a que se chegou era que havia que estimular alguns intelectuais mas não havia que esperar muito disso, os intelectuais eram o (?) Bragança, o Padre Manuel Antunes e muito pouco outros porque, como sabe, a maior parte dos intelectuais se enfeudaram partidariamente e passaram a defender ideologias que não tinham nada a ver com a nossa cultura e que não poderiam ter nada a ver com o nosso futuro. Mas o que se entendia é que não havendo possibilidade de fazer essa reflexão e fazer essa definição, havia todo o interesse em construir o que fosse possível para que mais tarde houvesse facilidade em definir uma grande estratégia e entendia-se que a ligação ao Ultramar era fundamental, porquê? Porque era uma fonte de matérias-primas, em segundo lugar porque era uma área que podia comprar os nossos produtos de fraca qualidade, de fraca tecnologia, em terceiro lugar era uma área onde quase tudo era necessário fazer, sobretudo na educação, saúde, etc., transmissões, infraestruturas e onde nós poderíamos colocar os nossos centros democráticos e onde ainda os nossos jovens nomeadamente, os quadros pudessem adquirir dimensão e trabalhar em grandes áreas e em grandes projetos o que lhes podia dar uma capacidade que o país, dada a sua dimensão, não dava e que tínhamos feito isso aproveitando as gerações que tinham colaborado connosco ou que tinham guerreado connosco. As que tinham colaborado connosco tinham uma disponibilidade afetiva para manter essa ligação e os que tinham competido connosco, contrariamente àquilo que pode parecer, tinham uma ligação afetiva muito grande que é uma ligação que, aliás, existe sempre entre os combatentes dos dois lados quando se encontram. De maneira que essa questão foi muito discutida e tentou-se que a cooperação se fizesse, como não havia possibilidade de a fazer segundo um desenho estratégico em que ela fosse uma porta, fazê-la pragmaticamente não desperdiçando oportunidades e é isso que leva a eu apressar a aquisição dos contenciosos da descolonização, é isso que leva depois em situações especiais, a enviar pessoas para contactar com os Chefes de Estado, com o (?) quando foi o golpe do (?) enviar emissários pessoais como aconteceu com o ... como é que se chama o Presidente de Moçambique? ... quando foi o caso dos presos da Tanzânia portanto, houve a preocupação pragmática de não perder oportunidades, de aproveitar oportunidades, embora tivesse havido grandes fracassos nomeadamente naquilo que se pretendia que fosse uma cooperação entre todos os estados africanos de expressão oficial portuguesa e Portugal nas áreas do fabrico militar; fardamento, equipamento, material de guerra, material sanitário etc.

JB: Foi fácil trabalhar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros na sua época? Com os Secretários de Estado, com os Ministros?

Eanes: O Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha funcionários de alta qualidade mas eram funcionários com a configuração ou com o figurino do velho funcionário, ele serve o seu chefe da melhor maneira, com a melhor honestidade e com a melhor competência. O chefe formal do Ministério dos Negócios Estrangeiros não era o Presidente e aconteceu algumas vezes, nomeadamente com Angola, que houve problemas, com as diretivas da presidência, aliás de acordo com aquilo que era orientação do Ministério dos Negócios Estrangeiros “nós não temos que olhar para a ideologia do regime angolano (neste caso angolano), nós temos que ter relações com o poder que tem a capital, ponto final. Não temos que defender interesses que não sejam os nossos”. Houve durante muito tempo, uma grande preocupação em defender os interesses dos Estados Unidos. Quando a presidência dizia, o diálogo é com o Governo, as relações são com o Governo Angolano, essas diretivas que eram aceites, depois eram deturpadas.

JB: Estamos a falar na altura do I Governo Constitucional?

Eanes: Não só durante o I Governo Constitucional, eram deturpadas porque o governo ou os governos acabavam por manter relações com a UNITA e com a FNLA. Eu vinha a saber disso por vias diversas e embora tentasse corrigir era muito difícil. Eu recorde-me quando veio o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Americanos, o General que tinha sido comandante da NATO, o General Haig, nos discursos oficiais ele não se manifestou mas depois num jantar íntimo ele disse “Eanes agora é uma questão que não tem a ver nem com o Secretário de Estado nem com o Presidente, tem a ver com dois homens que se conhecem, afinal qual é a sua política relativamente a África, nomeadamente em relação a Angola?” e eu disse-lhe, “a política é aquela que temos seguido” e ele respondeu “é que há 2 discursos, há o seu discurso e

há o discurso do Governo” e eu expliquei-lhe porque é que havia 2 discursos mas que o discurso que ia permanecer era o meu, porque em caso de necessidade eu atuaria sobre o Governo, portanto houve grandes dificuldades. E elas tiveram consequências nocivas sobretudo, como sabe, relativamente a Angola.

JB: Eu tenho aqui imensa coisa sobre isso mas deixarei para essa oportunidade que vamos tocar de certeza absoluta nisto. Continuando dentro desta linha, gostaria de saber com que opinião ficou do trabalho dos nossos diplomatas nos PALOP? E se quer destacar alguns em particular...

Eanes: De uma maneira geral fizeram um trabalho de óptima qualidade e mesmo quando a situação deles era difícil, como era o caso de Angola, eu não posso dizer de nenhum deles que não houve correção em relação às indicações da presidência. Como sabe, é habitual a gente saber qual é a qualidade do trabalho naturalmente, pelos relatórios que são feitos pelo embaixador e pelos Conselheiros, mas também através das conversas que são feitas com os dirigentes angolanos, ou dirigentes estrangeiros, neste caso angolanos. Devo dizer-lhe que da parte dos angolanos houve sempre um reconhecimento que os nossos Embaixadores faziam um trabalho de qualidade. Estar distinguir, obviamente com qual dos Embaixadores eu tinha uma relação mais estreita, mais íntima, do que com outros e portanto se fosse agora falar de nomes possivelmente iria referir os nomes das personalidades com as quais eu tive mais contacto, com as quais eu tive mais intimidade, até porque foi um período difícil, o Embaixador que agora é Presidente do banco BCP, esteve lá com o António Franco

JB: Em Angola?

Eanes: Sim. Tinha sido Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo...

JB: Tenho de averiguar isso então. Eu lembro-me do Sá Coutinho, do Pinto da França, etc.

Eanes: Eu acho que todos tiveram grande qualidade. O Sá Coutinho era um Embaixador de grande qualidade, o Pinto da França idem, este teve um período de maiores conflitos desde que eu (?). Mas para Angola foram escolhidos sempre Embaixadores com preocupação e grande qualidade.

JB: E dos técnicos ou dirigentes, recorda-se de algum dos nomes com os quais tenha trabalhado e tenha ficado com boa impressão? Técnicos que integrassem as missões em África e dirigentes nomeadamente da DGC ou do ICE...

Eanes: A ideia que tenho é que, de uma maneira geral, todos tinham grande qualidade e grande interesse e a cooperação, na altura, como lhe disse, não estrategicamente programada, mas deu oportunidades pragmaticamente aproveitadas. Não poderia conseguir esses resultados se porventura não tivesse havido da parte desses homens, uma grande ligação, um trabalho de grande qualidade.

JB: Sabe que o Dr. Costa Oliveira, era da Comissão Instaladora do ICE que depois passou durante muitos anos a dirigir o ICE, e o Dr. Paulo Ennes que foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, com quem já falei bastante sobre estas questões, contaram-me que o Sr. General preparava cuidadosamente todas as missões a África, chamando a Belém os elementos dessas missões para com eles discutir e depois entregarem o relatório de tudo o que se tinha passado. Isto é verdade?

Eanes: É verdade mas isso aliás demonstra que sem esse trabalho dedicado eu não estaria preparado ou tão preparado para discutir aquilo que eram os nossos interesses e para perceber como eram discutidos para, de alguma maneira, desenhar o método a utilizar.

JB: E aí tinha sempre o cuidado de envolver o Ministério dos Negócios Estrangeiros para não haver “choques”...

Eanes: O Ministério e o próprio Ministro, sempre. Como lhe disse, embora o Ministério dos Negócios Estrangeiros como grande instituição que é ou uma organização de forte pendor institucional, ela dependeu sempre de Ministros. Enfim, todos os trabalhos que eu pedi e todos os briefings que me deram foram de enorme qualidade, nunca notei que da parte dos funcionários do Ministério houvesse a preocupação de não ser inteiramente claros ou menos competentes, nunca me esconderam nada.

JB: Não sei se se lembrará disto que vou dizer agora... a 16 de Janeiro de 79, estávamos no IV Governo de iniciativa presidencial, e que se tinha iniciado em finais de Novembro de 78, aparece um documento da presidência (a que tive acesso) que dizia: “não se afigura realista o documento do III Governo Constitucional pois representa o perpetuar da confusão que tem existido entre contencioso e cooperação” (diga-se que este documento não chegou a ser promulgado) “o projecto agora apresentado pelo IV Governo não exclui a existência do ICE que deverá ser estruturado mas não com a amplitude que o III Governo queria e com uma

enorme autonomia”. Ou seja, devia ter havido um projecto ou uma ideia do III Governo que, no fundo, queria dar mais força ao ICE, parece-me que a Presidência da República não foi por aí, não permitiu que avançasse e, pelo contrário, depois deu força ao IV Governo com o documento que aparece e que vai levar à criação separada do ICE e da DGC. Lembra-se disto? O que é que se passou?

Eanes: Tenho uma ideia vaga. Como lhe disse, a situação em África era uma situação muito especial porque nós tivemos muita pressa em normalizar as relações e tivemos muita pressa porque havia um capital das relações humanas que é um capital que se perde ao fim de 3 anos. As gerações que tinham crescido connosco, que tinham frequentado a escola connosco, tinham brincado connosco, tinham sofrido o nosso colonialismo que era um colonialismo extremamente diferente e tinha que ser diferente porque vivemos num país que não tem demografia, não tem finanças, tem de ser um colonialismo de comércio, não pode ser de ocupação. E o colonialismo de comércio leva à igualdade porque quando se faz comércio o tipo que ganha é o tipo que é mais esperto porque o comércio é, de alguma maneira, a ação de tentar vender ao outro o produto nas melhores condições, nas melhores para quem vende. E do outro lado, a ação é comprar o produto nas melhores condições para quem compra portanto, havia uma condição de igualdade geral embora depois do António Mendes tivesse havido um conjunto de medidas que contrariavam esta circunstância de igualdade. Como tínhamos muito pouco tempo entendíamos que para a cooperação deveria haver como que um corpo especial, uma organização especial, integrada no Estado mas com alguma diferenciação, alguma distinção, e é isso que leva a preferenciar uma Direção Geral de Cooperação porque ela teria mais flexibilidade de resposta, porque teria uma especialidade distintiva maior, porque não teria tantas distorções, ter uma visão mais atualizada. De maneira que creio que terão sido estas, mais ou menos, as razões que levaram a que o III Governo...

JB: Do Nobre da Costa...

Eanes: O Governo do Mota Pinto.

JB: Isso foi o IV, não foi? O IV é que foi o do Mota Pinto.

Eanes: E o de Nobre da Costa pretenderiam uma institucionalização mais integrada e não uma institucionalização (a que eu chamaria) só para simplificar embora seja mais correto...

JB: Enquanto que depois com o Governo do Mota Pinto e da Maria de Lurdes no V, e vai ser aprovado no V, já aparece então esse “separar de águas”. Dá ao ICE a parte do contencioso e dá à DGC a parte da cooperação embora depois no texto final haja ali uma *nuance*, aquilo devia ter sido a imposição das finanças porque o ICE foi para além do contencioso, ficou também com a área técnica da cooperação. Houve ali uma *nuance* qualquer e segundo me disseram, o Costa Oliveira, foi a imposição do Ministério das Finanças que se recusava a assinar se não tivesse também os ganhos da cooperação.

_Consta-me que foi o Melo Antunes, eventualmente ainda no V Governo, que escolheu o Embaixador Gaspar da Silva para primeiro Director Geral da Cooperação, na altura em que ele era nosso Embaixador em Nova Deli e que foi aceite por si. Melo Antunes era então Presidente do Tribunal Constitucional e não Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro dos Negócios Estrangeiros era o Embaixador Freitas Cruz. Como é que isto foi possível? O Melo Antunes tinha um poder assim tão grande?

Eanes: Naquele período dados até os poderes constitucionais do Presidente, havia como que uma interferência consentida pelos Governos, do Presidente na escolha do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Se os outros Ministros eram apresentados ao Presidente e o Presidente dizia “sim ou não”, até havia ocasiões que em relação a alguns dos outros Ministros o Presidente dizia não e surgia um “não”. Nesse caso, não me recordo bem, mas o que deve ter acontecido é que, conhecendo o Melo Antunes muito bem os homens do Ministério, lhe tivessem perguntado “se fosses tu quem escolhias? quem sugeres?” e ele tivesse apontado o Gaspar da Silva que sendo um homem extrovertido é, desde que tenha um bom Ministro, um ótimo Embaixador.

JB: E ele acabou por ser o primeiro Diretor Geral e depois mais tarde veio ser Secretário de Estado ...

Eanes: É um homem de entusiasmos, é preciso conter, como são todos os homens entusiastas. O entusiasmo por vezes não é prudencial, na medida em que o entusiasmo tem uma focalização que não é global.

JB: E foi esse entusiasmo que depois liquidou a carreira política dele. Quais as áreas a que atribuía maior peso na cooperação, sempre que se ocupava com as missões que ia negociar lá fora?

Eanes: A cooperação visava fundamentalmente, uma normalização das relações que nos permitisse depois ter uma posição em áreas a que eu chamava áreas estratégicas de futuro que era termos uma posição nas transmissões, nas comunicações, na educação e na saúde. Perguntar-se-á porquê estas áreas? Porque estas são as áreas em que a relação pessoal se pode acrescentar ou se pode diminuir, são as áreas onde nós podíamos empenhar pessoal e são as áreas para as quais nós podíamos fornecer produtos e equipamentos porque não exigem alta tecnologia, estas eram as áreas preferenciais. Depois havia, obviamente, o comércio e havia a preocupação, isso já na área política, de manter um entendimento tão harmonioso quanto possível que levasse esses países, na sua acção externa, a concertarem-se muitas vezes com Portugal, eu diria que Portugal lhes proporcionaria mais oportunidades para que elas resolvessem alguns dos problemas e vissem uma resposta positiva aos seus interesses noutras áreas do que sendo eles sós. Em terceiro lugar, obviamente que fazer com que eles pudessem também evoluir para regimes que estavam mais de acordo com aquilo que era a cultura africana, eram regimes de pluralidade nos diversos aspetos nomeadamente, no aspeto político.

JB: Agora iria abordar alguns aspetos parcelares das relações com os PALOP antes de entrar propriamente no cerne que eu gostaria de entrar. Relativamente a Angola, o golpe do Nito Alves teve alguma coisa a ver com a tentativa do Agostinho Neto se tentar aproximar mais do Ocidente ou pelo menos seguir uma via mais próxima do não alinhamento?

Eanes: O golpe do Nito Alves não tenho informação pormenorizada, de maneira que aquilo que vou dizer resulta de uma recordação e essa recordação tem por base a informação que na altura surgiu e essa informação diz-me o seguinte: primeiro, o Nitismo era muito radicalista. O Neto, estando a exercer o poder e por força do exercício do poder, tinha-se tornado muito menos radical, muito mais pragmático. Sendo muito mais pragmático e tendo, naturalmente, uma visão mais global da situação do mundo, ele percebeu que a ligação excessiva à União Soviética não era razoável, na medida em que lhe iria trazer problemas graves porque essa ligação excessiva, umbilical, com a União Soviética, ia fazer com que os países vizinhos com os quais ele deveria cooperar (?) Por outro lado ele disse-me de uma maneira muito clara, em Bissau que a saída de alguns portugueses e de alguns mestiços de Angola tinha sido um erro terrível, porque não era que eles fizessem falta ao desenvolvimento, eles faziam falta ao funcionamento da economia angolana porque a economia angolana, como sabe, embora não tivesse um desenvolvimento uniforme, um desenvolvimento integrado, tinha um desenvolvimento muito grande nomeadamente, na indústria. Inclusivamente indústria química e metalo-mecânica pesada de elevado nível. Depois tinha um conjunto grande de organizações que implicavam estruturas de governação muito complexas, caminhos-de-ferro etc., portanto os quadros eram indispensáveis. Ele dizia que tinha sido um erro terrível saírem os quadros e obviamente ele fazia uma grande pressão para que os quadros, ou alguns dos quadros regressassem. O Nito Alves não via isso. O Nito Alves era o homem da africanização, nem queria que houvesse ali, como há agora na África do Sul, uma utilização dignificada e tendencialmente igual de todos e eu creio que havia mesmo em relação ao próprio Agostinho Neto, um certo preconceito, ele estava casado com uma branca e os filhos não eram pretos.

JB: Um certo racismo...

Eanes: O Nito Alves faz-me lembrar, de alguma maneira, embora a diferença seja total, faz-me lembrar o nosso José Dias (?) Ele pensava: se não houver empréstimos, se não houver dinheiro, se não houver recurso a estas medidas que são habituais, isto cai no fundo e constrói-se uma coisa nova. O Nito Alves era levar Angola a cair no fundo e a partir do fundo construir uma sociedade socialista africana. Ele era um homem um pouco visionário, eu julgo que ele se via como o grande mentor desse processo.

JB: É o pan-africanista angolano...

Eanes: O pan-africanista, eu acho que uma ideia utópica e um pouco primária porque ele nem sequer percebia, no meu entender, aquilo que eram as características genéticas e a realidade distintiva da sociedade africana, sobretudo angolana. Aquilo é um conjunto, como sabe, de múltiplas nações, algumas hegemónicas numericamente, e aquilo só é dinâmico, equilibrado e pacífico, se todas as nacionalidades tiverem expressão política e sentirem que há em relação a elas condições de desenvolvimento relativamente igual e que há em relação a elas uma eficácia e um progresso económico semelhante. Ele não, ele não queria olhar para a realidade, ele queria apagar a realidade e construir uma nova realidade o que é sempre um caminho muito complicado, embora algumas relações o tenham seguido mas apenas utilizando 2 instrumentos que é a mentira e o medo.

JB: Podemos dizer que essa vontade de aproximação ao Ocidente, expressa pelo Agostinho Neto, não teria sido apenas depois do golpe do Nito Alves, isto vinha já antes. Porque eu fiquei na dúvida se ele aproveitou a ida lá do Melo Antunes mandado por si para manifestar solidariedade...

Eanes: Já vinha antes mas por uma questão de honra, na altura, foi o Dr. Fonseca de Almeida, um homem que tinha estado em Angola e que fez parte de um daqueles governos iniciais.

JB: Eu li isto num jornal alemão e dizia que era o Melo Antunes.

Eanes: Fonseca de Almeida foi lá apenas para dizer ao Presidente que nós estávamos com ele e que, naturalmente, lhe daríamos todo o apoio.

JB: Não era militar o Fonseca de Almeida?

Eanes: Ele era um homem licenciado em económicas mas era (?) mas foi também para dizer que nós esperávamos que não viéssemos a ter complicações com tratamentos pouco corretos, que dispensassem aos portugueses, porque havia portugueses presos lá, nomeadamente aquele homem que foi Ministro do Trabalho.

JB: O Costa Martins.

Eanes: O Costa Martins. Nós percebíamos que numa situação daquelas houvesse um certo descomando, uma certa des governação e dificuldades. Foi-lhe dito que, em relação às dificuldades, uma delas seria naturalmente, a dificuldade monetária porque nós estaríamos na disposição de enviar rações de combate, num número razoável, que permitisse que os presos não passassem fome e sobretudo nós o que pretendíamos era que os presos portugueses não passassem por uma situação de penúria que pudesse perigar a sua própria vida.

JB: O Agostinho Neto, depois de Bissau, foi importante para convencer São Tomé a aproximar-se de Portugal?

Eanes: O Agostinho Neto, contrariamente àquilo que muitas pessoas pensam, ele era culturalmente um português. A conversa com ele, aliás, foi muito interessante porque ele sabia aquilo que eu não sabia. Ele sabia onde no Porto ou em Coimbra havia bom vinho e bons petiscos e eu não sabia. Obviamente que conhecia, em pormenor, a literatura portuguesa, muito melhor que eu. Ele era, culturalmente, muito português. Ele convenceu-se que da nossa parte havia um desejo sério em estabelecer relações, e que não havia da nossa parte pretensão em interferir nos negócios internos, aliás foi-lhe dito mais ou menos assim; uma grande potência como os Estados Unidos pode ter duas políticas externas em relação a um país: uma política formal e uma política por baixo da mesa, porque tem um conjunto de instituições que em determinada altura pode até ser apanhada e despacha o Diretor da Instituição dizendo que ele estava a exceder-se, o FBI ou (?)... estava a exceder as indicações que lhe demos. Obviamente que isto em Portugal não é possível, não tem meios financeiros e não tem esta capacidade de simulação. Foi-lhe dito que a nossa política com eles seria sempre uma política clara, não lhe foi escondida a situação em Portugal, a influência e o papel dos retornados e até a influência deles e portanto, alguma tentativa política de algum líder em ter relações com a FNLA ou com a UNITA e quando isso acontecesse e no dia em que acontecesse, ele fizesse o favor de nos avisar. E depois foi-lhe dito que São Tomé pelo seu radicalismo nomeadamente, a relação com Portugal, era um caso especial e que nós estávamos convencidos que Angola, que sempre teve uma relação especial desde o nosso tempo com São Tomé, poderia ter ali algum papel. Mas depois estabeleceu-se também, talvez, a influência de (...?) mas por influência também do Presidente da Guiné Luís Cabral, estabeleceu-se uma certa intimidade com o Pinto da Costa...

JB: De quem hoje o Senhor General é muito amigo...

Eanes: E com o Pinto da Costa eu utilizei o método que utilizava com os outros, quando se discutia eu dizia-lhe qual era a minha opinião e porque o era e, naturalmente ficava aberto a que ele discutisse comigo. Tentei sempre mostrar que o modelo comunista, que era um modelo muito fácil e interessante, um modelo chave na mão, eles compraram aquele modelo e aplicaram-no, que poderia ser usado durante algum tempo mas que era um modelo que não resultava. E esta conversa, por exemplo, com o Pinto da Costa era necessário ter algum cuidado, por exemplo, com o Samora era uma conversa frontal. Aliás uma vez fiz uma conferência sobre essa questão na Gulbenkian a que eu chamava, o comunismo... não era funcional, mas outra coisa qualquer, e era sobre Moçambique e telefonei ao Samora e disse-lhe: "Samora, amanhã vou fazer uma conferência sobre este tema, sobre a relação com Moçambique e vou dizer isto, o que é que tu dizes?",

e ele disse “não estás a ver mal as coisas”. É evidente que aquilo era um comunismo “pronto a vestir”, aquilo não era uma ideologia... o comunismo é o quê? O comunismo é uma modificação perversa do cristianismo, até na essência das instituições, até a própria inquisição, de alguma maneira, parece estar ali, mas fim ao cabo, eu diria que é um cristianismo sem Deus. Obviamente, como sabe, o cristianismo nunca conseguiu a implantação em África. Ainda hoje os grandes teóricos cristãos em África negros explicam que é necessário um regresso às origens africanas para encontrar o cristianismo africano porque o cristianismo foi imposto e não se ajustava minimamente à cultura africana como o colonialismo e, enfim, o comunismo, nesta perspectiva, seria sempre um fato que ficaria mal naquele corpo.

JB: E com Moçambique, também o Agostinho Neto teria tido alguma influência junto de Samora para a aproximação que se deu com Portugal? Ou isto deve-se também ao Luís Cabral?

Eanes: Não, deve-se fundamentalmente ao Luís Cabral.

JB: Luís Cabral, de facto, tem uma posição charneira até naquilo que conseguiu junto de si e consigo para o relançar dos laços em África.

Eanes: Sim

JB: Depois da morte do Agostinho Neto a política externa angolana não voltou de novo a ser marcada pela extrema ligação à URSS e a Cuba com o novo Presidente da República?

Eanes: Acabou por sofrer uma inflecção e estabeleceram uma nova ligação. Mas era uma ligação em que eu diria que tinha muito a ver (nesse sentido chamar-lhe ia, em português, entre aspas) com a necessidade de disporem de um aparelho militar que pudesse fazer face ao conflito em que estavam empenhados, porque era a Rússia que conseguia, como sabe, todos os meios e ainda por cima foi a Rússia que forneceu os quadros cubanos para que a estrutura e o funcionamento das Forças Armadas se ajustasse aos novos equipamentos que tinham recebido.

2ª parte da Entrevista com o ex. Presidente Ramalho Eanes

JBelo – Então, agora ia passar para aspetos parcelares com a Guiné: porque escolheu a Guiné-Bissau entre vinte e vinte e cinco de Fevereiro de 78 para a sua primeira visita a uma ex-colónia?

REanes – Como sabe a Guiné, eu conheci muito bem a Guiné, e conheci muito bem a Guiné porque eu tinha servido lá militarmente mas servia numa situação de combate, servia numa situação, se quiser quase política. Quase política, porquê? Porque eu estava na 5ª Divisão e tinham-me colocado nos serviços da radiodifusão e imprensa, que eram serviços de propaganda e contrapropaganda, fundamentalmente. E não é possível fazer contrapropaganda principalmente se não se conhecer perfeitamente o inimigo; e não é possível fazer propaganda se não se conhecer perfeitamente a área e a população onde estamos inseridos. Depois eu conhecia-a muito bem. E conhecia as suas possibilidades económicas, etc. Por outro lado a Guiné tinha uma elite, eu diria uma super elite que era muito portuguesa. Que eram os homens do Amílcar Cabral, entre os quais se situava o Luís Cabral. Por outro lado, na Guiné, não havia um anticolonialismo. Embora o anticolonialismo em África relativamente a Portugal tivesse sido muito diferente daquilo que muitas vezes é hábito. Aliás, há um colega nosso, que é um académico inglês, agora não me recordo do nome, que ao olhar para o colonialismo, porque esteve muito tempo em Moçambique com a FRELIMO, que escreve, que escreve um livro sobre as colónias portuguesas, que é extremamente interessante porque ele refere, mostra claramente que a situação das colónias portuguesas é distintiva e mostra que em Angola todas as soluções eram possíveis, mesmo em 1974. Embora na Guiné as questões fossem complicadas... E em Moçambique as coisas eram complicadas mas não tão complicadas quanto isso porque a FRELIMO tinha adotado uma medida estrategicamente errada, que foi abrir uma frente, cá em baixo, na área de Cabora Bassa. Abrir uma frente ali, quando os países à volta, ali próximos, eram contra a alternativa FRELIMO, e quando ela tinha de vir da Tanzânia, aquilo criava-lhe uma exigência de percurso ... e portanto isso e na área logística, de uma grande anormalidade porque num percurso que demorava a dimensão de vários dias, Portugal com um controle visual-

aéreo sistemático, com forças especiais, poderia fazer com que a ação cá em baixo não resultasse. Portanto ele diz que, realmente, a colonização era diferente. Portanto em Moçambique tínhamos todas essas condições. E além disso tinha havido com Luís Cabral, logo no primeiro contacto, uma grande empatia. E porque houve uma grande empatia houve uma grande sinceridade. Talvez pelo facto de nós sermos políticos e termos sido ex-militares. Portanto, falou-se da guerra e da guerra ele não escondeu nada e eu também não escondi nada, a não ser dizer que a guerra colonial foi uma desgraça, a guerra foi uma desgraça, as guerras são sempre uma desgraça, e quando ele se referiu, por exemplo aos exageros cometidos pelos portugueses, eu falei-lhe dos exageros cometidos por eles, nomeadamente em relação aos três maiores que foram mortos no chão manjaco quando negociavam, negociavam, com um grupo ? comandados pelo André Pinto Gomes e segundo ordens que vieram do Presidente do PAIGC. Portanto, a conversa entre ambos foi uma conversa com a enorme franqueza e nessa conversa eu falei-lhe da Guiné e disse-lhe qual era a ideia que tinha da situação demográfica, económica e política na Guiné e disse-lhe que, o único país que poderia, de uma maneira especial, ajudar a Guiné, seríamos nós. Pelos conhecimentos científicos que tínhamos de toda a Guiné, desde os rios aos minérios existentes, às capacidades agrícolas, etc, às raças, etc, isto fez com que se estabelecesse uma boa relação.

JBelo – E mudou completamente a relação que nós tínhamos com a Guiné, que de facto foi o primeiro país a ser descolonizado, mas as relações eram difíceis, muito difíceis.

REanes – Eram difíceis sobretudo ... eu fiz ... aquele país foi o único país africano de colonização portuguesa em que a guerra praticamente se estendeu a todo o território. E em que a guerrilha atingiu um nível de qualidade muito grande. Portanto havia ali um grande contencioso psicológico, não é? Mas, portanto, ele convenceu-se realmente que a Guiné poderia estabilizar-se, progredir e desenvolver-se globalmente. Mas isso seria relativamente fácil com ...

JBelo - ...com Portugal. E Portugal, no fundo, também acabou por beneficiar dessa intermediação que ele teve com os outros, depois.

REanes – E foi ..., naturalmente foi-lhe dito também que a situação em Portugal era extremamente difícil e que no fundo um país como o nosso e que tinha tido este percurso, tinha necessidade de se por termo a um divórcio que era artificial com estes países. E que, obviamente, ele estava em boas condições de o fazer, porque ele no conjunto do império colonial português, tinha um peso que lhe permitia ser um bom interlocutor. Porque ele na sua intervenção, nunca podia ir além da intermediação da boa vontade. Porque ele não tinha o peso que tinha Angola, nem tinha o peso que Moçambique poderia ter. E nem tinha as características de uma grande autonomia política da sociedade civil, a prazo, que existia por exemplo em Cabo verde, e nem tinha uma estrutura política parafamiliar complicada como existia em São Tomé. Portanto em todos os países havia complicações que faziam com que o seu Presidente não pudesse ser um interlocutor com uma grande dignidade, mas ele podia. Ele era o homem que tinha subido ao ..., era o homem que naquela altura tinha um grande prestígio ali e era um homem que estava ligado a Cabo Verde também, era um homem que conhecia todos os líderes, todos os ?, e poderia ter um papel importante, não é? E ele, realmente, dispôs-se a exercer esse papel, também na convicção que isso lhe ia dar relevo e peso político, não é? E por outro lado lhe ia proporcionar condições para ter uma melhor ajuda portuguesa.

JBelo – O grande problema da Guiné, se calhar, foi o golpe do que lhe sucedeu, do Nino Vieira?

REanes – Não, o grande problema, bom, o grande problema, a expressão do grande problema na Guiné foi esse. A razão do grande problema, ou as razões do grande problema, foram duas: a primeira foi uma contradição muito grande, sempre existente no seio do PAIGC, entre os guineenses e os cabo-verdianos. O cabo verdiano era ali o colonizador, por auto opção mas era o colonizador. E, como sabe, o próprio Amílcar Cabral sempre teve problemas com eles. Por outro lado, é a cultura guineense. A cultura guineense nunca foi uma cultura de unidade política, foi sempre uma cultura de chefias políticas múltiplas. Porque há várias etnias,

e cada etnia tem tendência para seguir o seu chefe. Recorda-se, certamente, o que aconteceu no célebre congresso do PAIGC em Cassacá, em que, à boa maneira africana, os diferentes chefes de guerrilha das várias etnias levaram os seus músicos, levaram o seu corpo e o Amílcar Cabral, que era como sabe muito português, muito ocidental, fez uma coisa. Para mostrar que era ele que mandava, que as etnias não contavam ali e que ele não iria permitir que se voltasse ao velho modelo que os portugueses sempre aceitaram, os portugueses sempre admitiram. Porque os chefes tribais, os chefes das etnias sempre tiveram um grande peso e uma grande tradição, não é?! Portanto, esses dois lados, creio eu, é que levaram de alguma maneira a que o Nino se sentisse ... Bem, e havia um terceiro dado, é que ..., deveriam ter ..., deveríamos ter sido nós a mobilizar meios para desmobilizarmos as forças armadas. Nós tínhamos meios. E ainda por cima um exército de homens que não sabia fazer mais nada, tinham andado com a espingarda nas mãos desde sempre e a espingarda era, para eles, tudo. Defendiam-se com a espingarda, combatiam o inimigo com a espingarda, era ? a espingarda e, o que é mais importante, comiam com a espingarda. Quando não tinham comer chegavam a uma casa qualquer e diziam-lhe Bom e a espingarda faziam com que as pessoas dessem. Portanto, o que se deveria ter feito, eles, nós, era um processo de desmobilização, de indemnização e de requalificação desta gente. Os grandes chefes, eles eram graduados em tenentes-coronéis, ou coronéis ou não sei quê, tinham pensão de reforma e cortava-se a ligação deles com a hierarquia militar e a todos os outros se davam meios e se fazia uma requalificação e se atribuíam, eventualmente, cargos, etc, de tal maneira que eles pudessem ter uma outra atividade. E assim não estariam disponíveis para, em qualquer ação, por estarem ativos ou estarem ameaçados com a desmobilização, entrar num golpe.

JBelo – Ainda hoje se vê isso, efectivamente. É verdade.

REanes – Ainda hoje acontece isso. Embora hoje com a agravante de aquelas chefias não quererem só o poder, não quererem só o poder, aquelas chefias quererem o dinheiro. E quererem uma vida que não é possível ter na Guiné, com grandes carros etc, e terem entrado nesta via da droga. Agora ... e ele, o Nino teve um grande problema. O Nino era um grande líder militar, mas era um indivíduo muito impreparado. E ele não sabia o que era governar uma organização, sobretudo uma organização estatal. E ele quis desinstitucionalizar o Estado e ele acabou com todas as instituições do Estado. O Nino era o Estado.

JBelo – Posso só fazer, então, a última pergunta? Uma que se desdobra em duas.

Muito rápido e a resposta também pode ser rápida. Que era o seguinte: quando o Luís Cabral é deposto por Nino Vieira, a sua relação com a Guiné continua na mesma ou não?

E a segunda é se, efetivamente, o Luís Cabral, ainda na sequência da pergunta anterior, se o Luís Cabral teve alguma coisa a haver com a aproximação que o Samora teve consigo, nomeadamente com a ida dele à reunião da CONCP no Maputo. Porque ele esteve consigo em vinte e cinco de Fevereiro de setenta e nove e, no fim do ano, ele foi à reunião da CONCP em Maputo. Isto forçou, de facto, ou permitiu o aproximar do Samora ...?

R. Eanes – Em relação à primeira questão. Quando o Nino depõe o Luís Cabral, eu o que admiti é que pudesse, segundo o modelo africano, o Nino liquidar o Luís Cabral. E eu, quisemos telefonar-lhe na altura, e dizer que nós não nos intrometíamos nos assuntos internos da Guiné, e não confundíamos as amizades que tínhamos na Guiné com os interesses da Guiné em Portugal e com os nossos interesses lá, mas havia uma coisa que eu lhe queria dizer, que lhe queria pedir: é que ele deixasse sair o Amílcar Cabral o mais depressa possível. E o Nino disse-me que percebia tudo, só não percebia porque é que eu lhe estava a pedir que deixasse sair o Luís Cabral. Pois, porque a seguir a um Golpe de Estado, a uma acção militar, quem protagoniza a ação tem todo o poder e o elemento que é derrubado ?. Ao fim de algum tempo, bom, todos os inimigos se manifestam contra ele. E mais: quando começam a surgir problemas, enfim, da nova governação, a nova governação tem uma certa tendência em dizer que, esses problemas, embora tenham aparecido naquela altura, têm gente anterior. Portanto, eu estava-lhe a pedir isso porque entendia que, ele, naquela altura, tinha todas as condições para, sem problemas, libertar o Luís Cabral e algum tempo depois ele teria dificuldade em libertá-lo. O Nino, um pouco primário como era, explicou que não senhora, que eu estava enganado e que ele tinha todo o poder, em

qualquer altura, para libertar o Luís Cabral, que não o ia libertar antes, mas que o iria libertar no fim de algum tempo. Passaram-se meses e começaram a surgir notícias de que ele não seria libertado, eventualmente iria ser julgado, quando pedi ao Nino outra vez, o Nino explicou que as coisas tinham mudado, que as coisas eram muito complicadas, que ele próprio não podia tomar atitudes sem ouvir, ou não sei quê ... “ Nós tivemos uma conversa aqui há meses, nessa conversa você disse-me isto assim, assim, e eu gostava de dizer-lhe enquanto Presidente de Portugal só duas ou três coisas. Ou você cumpre aquilo que me prometeu, e eu creio que vai fazê-lo por ser um homem de palavra, ou não cumpre e eu ? aqui e as relações com Portugal vão ser o pior possíveis”. Agora eu não sei se isso teve alguma influência, se terá tido alguma influência também positiva a ação dos outros países de expressão oficial portuguesa na libertação do Luís Cabral, que saiu de lá, como sabe, com uma mão à frente e a outra mão atrás.

E à mulher dele nem as prendas de casamento deixaram trazer! Aquilo acabou por ser até um pouco humilhante. Ele teve importância porque o Samora sabia de mim, pela minha ação em Moçambique. Eu estive em Moçambique duas vezes. E, uma das vezes até tivemos um problema os dois, porque eu era capitão e eu comandeí uma força que prendeu um Régulo, jovem, portanto que era um Mataca ?, que era um que um Régulo que estava armado há muito tempo, há muitos anos, e como o Régulo ? era uma figura muito prestigiada na região, era aliás o homem que destroça aquela coluna que ..., no século passado a última coluna que se dirigiu ao norte, para pacificar o norte, ? que ele mata aquela gente toda. Bom, e como o homem tinha um grande prestígio e tinha uma grande ligação à população ? e à população ... à população ... - como é que se chamam aqueles homens do norte de Moçambique? Os Macondes naquela área, os Macondes naquela área, na Tanzânia tinham outro nome. Vila Cabral entendeu, durante uns tempos, que era melhor não o ter em Vila Cabral para não ter ..., não haver problemas com qualquer ação inimiga. Bom, mas como ele no quartel era um homem com um grande perfil de liderança ele estava a ter um mau ambiente porque o homem que o estava a guardar, dizia: - “Ó não sei quantos, uma cerveja!!!” Não lhe dava dinheiro e ele ia buscar a cerveja. Bom e entendeu-se que aquilo não funcionava. E então, em determinada altura, foi dito ao comando em Vila Cabral: - Ou o homem vai para Vila Cabral ou a gente entrega-o à administração civil. Bom! E como eles demoraram a decidir nós entregámo-lo à administração civil. E uma semana ou duas semanas depois, um grupo comandado pelo próprio ..., pelo próprio Samora, atacou a administração e libertou-o ... E nós quando chegámos ? o grupo, de noite, já não conseguimos apanhá-lo. Portanto, a nossa imagem do Samora em relação a mim, e a minha imagem em relação ao Samora, eram negativas. E isso não era, em princípio, bom. E é, e é o Luís Cabral que me fala do Samora, diz maravilhas do Samora e terá falado com o Samora e terá dito maravilhas de mim, com certeza. E isso, levou a que eu, não conhecendo o Samora, a não ser desta maneira que lhe referi, e ele não me conhecendo de outra maneira, isso fez com que nós passássemos a contactar-nos. O Samora sempre que tinha problemas falava comigo...

JBelo – A iniciativa partiu de si?! A iniciativa da ..., primeiro, foi sua? E até de o convidar ...

REanes – Sim sim. E o Samora depois chegou à conclusão que, enfim, além de ter uma boa relação comigo, tinha com os portugueses uma relação que até era ... era até estranha, não é?!

JBelo – É estranha a primeira vinda dele cá, eu li isso tudo ... que havia algum receio da maneira como a população o iria receber e afinal ele deu um show autêntico, cá. O que o surpreendeu imenso. Ele tinha um carisma especial.

REanes – Ele era um homem muito culto, na perspectiva africana, e era um homem extremamente (?). Eu recordo...no encontro dele com o Torga, em Coimbra, eu recordo, apresentado pelo Sr Reitor, em que o Reitor fez uma intervenção ótima e em que o Samora lhe respondeu com um improviso brilhante, brilhante. Portanto ele era um homem especial.

JBelo – Sim senhora! Então ficamos por aqui Sr General. Se me permite, depois marcamos, então, se achar bem para a semana ou quando entender, marcamos uma outra reunião, porque agora falta-me abordar a parte

da política externa e a questão da Cimeira de Bissau, que é o espírito de missão, que é fundamental no meio desta coisa toda.

2º parte da Entrevista com Ramalho Eanes a 25 de Julho de 2013

J.Belo: Relativamente a S. Tomé, eu tinha uma pergunta para lhe fazer: eu li um telegrama em que a embaixada de S. Tomé informava o MNE que tinha entregue a um missionário português, o padre Tomé Pereira Santos, uma carta pessoal lacrada do presidente de São Tomé para o presidente Ramalho Eanes. Lembra-se dessa carta?

R.Eanes: Não tenho ideia.

J.Belo: Não tem ideia? O Jornal “O Tempo” de Janeiro de 83, referindo-se a S. Tomé, dizia que o ano de 79, aquando da visita do dr Manuel Pinto da Costa a Portugal, em Novembro, tinha marcado o ponto mais alto das relações entre os dois países e estreitou os laços multiplicando-se as ações a partir daqui. Foi efetivamente, então, a partir desse ano de 79, quando da visita do Manuel Pinto da Costa a Portugal, que as relações entraram nos carris?

R.Eanes: Na nossa relação com os países africanos de expressão oficial portuguesa teve uma importância especial, a Conferência de Bissau. A Conferência de Bissau, pelo tipo de relação que se estabeleceu, com o Agostinho Neto, com Angola, mas também com a ação que a partir dali, em proveito da Guiné, mas também em proveito de Portugal, pude desenvolver com o Luís Cabral. E foi essa ação que acabou por fazer com que se desanuviasse aquilo que eram as relações das outras ex-colónias com Portugal e nomeadamente com Pinto da Costa. Obviamente, para a posição de Pinto da Costa, teve importância também a sua mudança. Foi uma mudança pessoal, muito interessante, de uma concessão política de regime comunista a regime liberal. Pois foi realmente a partir dessa altura que, formalmente, se modificou o estado das relações e isso estabeleceu não um modelo de relacionamento, mas estabeleceram cooperações em diversos campos.

J.Belo: Passemos então agora para Cabo Verde: o Sr conheceu bem o Presidente Aristides Pereira; ele enquanto dirigente do PAIGC, e eu tive oportunidade de ler os telegramas que os nossos embaixadores nos mandaram, ele era bastante crítico relativamente a Portugal. Depois, como Presidente de Cabo Verde, sobretudo depois das suas viagens a Portugal em 78 e em Janeiro de 79, mudou completamente. Na visita feita a Portugal em 78, afirmou à imprensa que o sr General lhe transmitira uma mensagem verbal para Agostinho Neto. Que mensagem foi essa? Tinha a ver com o futuro encontro em Guiné Bissau, ou não?

R.Eanes: Não. Tinha a ver com aquilo que eu entendia que devia ser o nosso posicionamento, o deles e o nosso, em relação ao passado e em relação ao futuro. O passado oferecia-nos muito de comum e oferecia-nos sobretudo um conhecimento muito grande de diversos campos, conhecimento que era indispensável para o progresso económico e até para o desenvolvimento social em Angola. De maneira que tínhamos que tentar ultrapassar um contencioso, através do diálogo, através de discussão, da discussão aberta, frontal, discussão cujo modelo aliás o Presidente Agostinho Neto conhecia pois ele sabia perfeitamente que nós entendíamos que as relações não eram relações pessoais de amizade, mas eram relações políticas de interesse. E ele sabia que, por exemplo, quando nacionalizou a Diamang, [Agosto de 1977] aqui e por minha iniciativa no Conselho da Revolução, nós procedemos à nacionalização de interesses angolanos. Portanto ele sabia que a relação era uma relação de interesses, mas que tinha que ser uma relação serena e prudente. Primeiro pelo sentido de ser encarada globalmente, e nessa perspectiva, nós tínhamos muito interesse em ter boas relações com Angola, até porque Angola iria ser um país de futuro mas seria a prazo e eles tinham imediato interesse em ter boas relações com Portugal. Porque tinham, primeiro, que ter acesso a um somatório enorme de conhecimentos

indispensáveis à elaboração de todos os parâmetros de desenvolvimento: nós é que sabíamos os ciclos climáticos, nós é que sabíamos os períodos de cheias dos rios, nós é que sabíamos quais é eram as doenças, quais eram as questões fitosanitárias. Por exemplo, Portugal tinha um conhecimento científico sobre Angola, acumulado de séculos, nós é que tínhamos conhecimentos de saúde tropical que eles não tinham. Aqui havia um conjunto de conhecimentos que eram indispensáveis a Angola. E foi mostrado ao Agostinho Neto que, obviamente nós estávamos interessados em colaborar, por razões que obviamente tinham a ver com os nossos interesses, que essa colaboração implicava uma normalização das relações que nós sabíamos terem alguns condicionamentos significativos, que Angola nessa altura tinha.(5.57)

J.Belo: Ele também interveio a favor do entendimento com Moçambique? O Aristides Pereira?

R.Eanes: Sobretudo o Luís Cabral.

J.Belo: Ai foi mais o Luís Cabral?

R.Eanes: Mais o Luís Cabral.

J.Belo: Mas chegou a ir àquela Cimeira da CONCP em Maputo, Sr General?

R.Eanes: Não

J.Belo: E com o Comandante Pedro Pires: o relacionamento foi fácil e frutuoso?

R.Eanes: O Pedro Pires é um homem muito inteligente! E que tinha obviamente um objetivo relativamente a Portugal, que era primeiro os interesses de Cabo Verde, segundo os interesses de Cabo Verde e terceiro os interesses de Cabo Verde! Era um negociador extremamente fixo. E a minha relação com ele não era muito boa porque a ideia que eu tinha dele era que ele inteligentemente tinha aproveitado aquele período do PREC, nomeadamente no governo de Vasco Gonçalves para conseguir concessões muito especiais. Depois pensando melhor, concluí que, se estivesse na posição dele, teria feito o mesmo e portanto aquilo era razoável. E acabou depois por estabelecer uma boa relação, até uma relação de uma certa intimidade com a própria família dele.

J.Belo: Sim senhor.

R.Eanes: E com ele, aliás, não com o Luís Cabral, mas com ele e com Aristides Pereira, ficou na verdade uma mudança psicológica muito interessante. O contacto com os portugueses e o contacto com Portugal levou-os a sentirem que em mim em relação a eles um (...) de verdadeiro governo, portanto para além da relação política que podia ter sido negativa, havia uma relação humana que era extremamente positiva.(7.49)

J.Belo: Tal como se passou com o Aristides Pereira, pelos vistos ...

R.Eanes: Exato. Aliás, isto também tinha tido uma grande influência no Samora. O Samora era um homem que intuía que a posição portuguesa era totalmente diferente das outras. Contam uma história extremamente interessante: quando o Nyerere visitou Moçambique em visita oficial, o Samora, no jantar oficial que ofereceu usou, como é habitual, vinhos tintos e vinhos brancos. E o Nyerere não sabia quais eram os copos de branco e de tinto e o Samora esteve-lhe a explicar quais eram. E o Nyerere perguntou-lhe “como é que tu sabes isso?” e ele disse “é que com os ingleses vocês punham a garrafa e punham os copos e eles punham-vos na rua; com os portugueses, nós enchíamos os copos e quando acabavam as festas nós bebíamos os restos. De maneira que ele dizia que havia um trato, mesmo no chamado tempo colonial com uma vivência..., bom, diferente entre a interação dos ingleses com os africanos e a nossa. Aliás, quem passou por Angola sabe bem, até porque constatava aquilo que o António Saraiva na História da Cultura diz que os portugueses podiam viver com as

angolanas sem se casar, mas no domingo, eles levavam as angolanas e os filhos à missa. Portanto, aquelas mulheres perante os homens e perante a lei, enfim não eram mulheres deles, mas perante Deus, aquelas eram as mulheres deles e aqueles eram os filhos deles. O que é extremamente interessante porque não creio que os ingleses, ou os belgas, ou os holandeses, fossem à missa ao domingo, com as mulheres pretas e com os filhos mestiços.

J.Belo: Agora, sobre Moçambique, sobretudo considera-se que foi em Maio de 81, após a visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Leonardo Matias, e tendo como base de trabalho também o acordo prévio de separar o Contencioso da Cooperação, a que se seguiu, depois, a sua visita em Dezembro desse ano e do primeiro-ministro em Julho do ano seguinte, que se consolidaram, finalmente, as relações – as relações de cooperação. É verdade que só a partir daqui, de 81, é que as coisas começaram a normalizar?

R.Eanes: Sabe. Durante muito tempo, nós agarrámo-nos ao contencioso. Foi uma posição, em meu entender que se compreendia por razões que tinham muito a ver com a direita portuguesa muito então utilizada pelos Retornados e pela Descolonização, mas que eram irrealistas. Porque, obviamente, ao nosso Ativo, ou aquilo que nós queríamos que fosse o nosso Ativo, eles juntariam sempre aquilo que consideravam o Passivo da Descolonização, de maneira que nós estaríamos sempre em débito. Mas, a partir dessa altura, e por isso, quem teve uma posição correta sobre essa questão, foi o então primeiro-ministro Sá Carneiro, porque esta decisão era uma decisão executiva, é ele que, enfim, dá diretivas, emite diretivas para que a questão do Contencioso seja ..., seja, não descartada, mas colocada em segundo lugar e que, naturalmente, se procure, com isso, estimular a cooperação entre os dois países. De maneira que, esse Embaixador, como sabe, era um homem de extrema qualidade e com uma, enfim, prática e habilidade negocial muito grande, não é?! Mas, portanto, limitou-se a executar e a executar muito bem, isso era indiscutível, aquilo que tinha sido uma decisão de Sá Carneiro.

J.Belo: Claro. De qualquer maneira o Sr. General tinha enviado a Moçambique, no Governo de Mota Pinto, depois da suspensão das negociações na Banca – que foi um grande problema entre nós – tinha enviado o general Sousa Mendes a Moçambique.

R.Eanes: Menezes, Sousa Menezes!

J.Belo: E isso resultou nalguma coisa positiva?

R.Eanes: O Samora Machel tinha uma grande consideração pelos militares portugueses com que se confrontou, em Moçambique. E um deles era o general Sousa Menezes que era um açoreano forte, bonacheirão e o Samora, sempre que havia ida de portugueses lá, falava do Menezes com certa..., um certo apreço. De maneira, que eu tentei aproveitar essa relação de reconhecimento, de apreço, para que o Menezes, que era um homem em tom desinibido tivesse, enfim, num “tête-a-tête”, numa conversa a dois, explicar-lhe quais eram os erros que ele estava a cometer, qual o interesse que ele teria em estabelecer boas relações com Portugal, e, naturalmente, dizer-lhe que havia uma cultura moçambicana, não definitivamente unificada, porque aquilo era um co-aglomerado de nações, e a unificação vinha da língua portuguesa e para que essa cultura pudesse servir de base à criação de um Estado Nacional era necessário, e era conveniente, que a cooperação se aprofundasse. E, por outro lado, enfim, essa unidade nacional que ele pretendia, não seria, o marxismo que a iria constituir, mas seria o progresso, mas passaria a ser uma exigência cada vez maior das populações, à medida que elas se fossem desenvolvendo. E que o desenvolvimento pressuponha investimentos e quadros, investimento de capital que ele não tinha e quadros que ele não possuía. E que, enfim, obviamente podia ir buscar quadros a outro lado, mas a comunicação dos quadros com a população, das diferentes organizações, obviamente era facilitada se os quadros fossem portugueses. O Menezes, o General, era um homem capaz de tratar o Samora por tu. E o Samora como era hábito, como sabe, tratava toda a gente por tu. Portanto, não havia dúvidas em relação ao Samora, qualquer atitude de subserviência. Era uma posição de igualdade.

J.Belo: De amizade, até, se calhar.

R. Eanes: Não, de apreço, amizade passou a vir depois porque é interessante referir que o Samora, depois, convidou o Menezes várias vezes. O Menezes acabou por ir a Moçambique várias vezes, não a meu pedido, mas a convite do Samora.

J.Belo: Conheceram-se na luta, ou como é que foi?

R.Eanes: Não se conheceram na luta. Na luta conheceram-se através daquilo que diziam os combatentes. Os combatentes falavam num comandante grande e gordo, que era o Menezes e todos os apanhados falavam no Samora que era o comandante, não é?!

J.Belo: Você chegou a ir ao funeral do Samora?

R.Eanes: Fui.

J.Belo: Então, agora permite-me fazer a ponte para as relações externas: quando tomou posse, o sr General qual a linha de rumo que traçou para o nosso relacionamento externo?

R.Eanes: Nós tínhamos entendido que o relacionamento externo português deveria assentar, como se costuma dizer, em três pilares: primeiro, boas relações com o nosso vizinho, a Espanha, depois, relações privilegiadas com a Europa a que pertencíamos e do chamado mundo ocidental, com os Estados Unidos, dado que nós somos uma nação atlântica e em terceiro lugar uma relação que devíamos tentar que fosse privilegiada com os PALOPs, incluindo o Brasil, e também com todas as áreas onde existissem colónias portuguesas. A par destes três pilares pretendia-se ainda que Portugal diversificasse as suas relações. O regime anterior por razões, enfim, inerentes à própria natureza do regime, tinha limitado que alargássemos as nossas relações a todos os países, nomeadamente a países comunistas, a países africanos e asiáticos, aos quais criámos na altura uma certa aversão, por razão do colonialismo, de tal maneira que tivemos de compensar a perda dos mercados coloniais que eram mercados guardados e pudéssemos ainda fazer face aquilo que era previsível e que era uma diminuição significativa, progressivamente maior, de tudo aquilo que eram remessas de emigrantes, porque já naquela altura, como sabe, o nosso problema era a balança de pagamentos. Aliás, era naquela altura e foi sempre. A grande crise dos anos noventa foi (...), como sabe, motivada pelo facto dos emigrantes deixarem de mandar dinheiro, não é? (18.15)

J.Belo: Eu julgo que o sr General preferiu uma tese bastante pragmática, dir-me-á se sim ou não, que era sobrepor à política que havia sido habitualmente traçada - uma política entre governos no relacionamento com os PALOPs - sobrepôs à política entre governos- uma política de relacionamento Estado a Estado. É verdade?

R.Eanes: Não. Primeiro é necessário situar, constitucionalmente, a atuação. Naquele tempo como sabe, por força da Constituição, o Presidente da República tinha uma ação importantíssima na política externa. E eu entendia que a política externa deveria ter uma estabilidade e uma consistência estratégica. Devia. E de toda a maneira era necessário ver quais eram os nossos interesses, relativamente a cada uma das ex-colónias e a partir desses interesses e considerando, obviamente, os interesses deles, definir estratégias que tivessem, enfim, repito, consistência. Porque só assim seria possível definir uma política de cooperação que nos fosse favorável. Eu constatei naquela altura que, por não termos política de cooperação, as diferentes colónias, e muito bem, estabeleciam contactos com diferentes organizações, até da Administração Pública, e acabavam por levar documentação, levar determinadas coisas que realmente tinham interesse para eles e nós lhes deveríamos ceder ...

J. Belo: Isso só a partir de 76?

R. Eanes: Não, 74, 75, ainda antes da independência e sobretudo logo após. E eu entendia que nós estávamos a perder um elemento, um instrumento que nos era importante negocialmente, porque obviamente eles têm necessidade daqueles elementos, nós vamos fornecer os elementos, mas vamos falar desses elementos num quadro de Cooperação, porque as relações entre Portugal e estes diferentes países eram relações, passaram a ser relações, obviamente relações especiais, mas relações de interesses. E nós deveríamos fazer com eles, em meu entender, aquilo que eram comunidades especiais de interesse, não é?! E isso implicava, repito, uma Cooperação que fosse definida, estrategicamente definida, etc. Bom, é evidente que qualquer governo pode fazer uma definição estratégica. Agora, como sabe, e sobretudo naquele tempo os governos viviam muito, e vivem ainda, para os ciclos eleitorais, e viviam muito ainda para se consolidar, que não estavam consolidados e tinham ainda uma certa dependência ideológica excessiva e eu entendia que, enfim, sendo preocupação de constituir com eles comunidades de interesses equilibradas, a única coisa que devia motivar e objetivar eram os interesses e aí, só o pragmatismo funciona. Como sabe houve situações desagradáveis, porque se apoiou a UNITA, se apoiava a UNITA, enfim – e havia aqueles que apoiavam a UNITA, enquanto o Estado português tinha uma posição diferente em relação a Angola, portanto havia várias contradições que só poderiam ser superadas se porventura a definição estratégica fosse feita a partir da Presidência. Até porque os governos tinham uma vigência que era incerta, enfim, constitucionalmente deveria ser em princípio por quatro anos, mas era difícil chegar aos quatro anos naquela altura, e a Presidência da República tinha uma vigência relativamente segura, portanto, funcionava uma certa estabilidade que eram cinco anos. E isso fez com que realmente se sustentasse que as relações entre Portugal e estes Estados fossem, como aliás eu entendo que devem ser, sempre relações Estado a Estado. É uma das coisas que eu percebo mal é que não haja, não haja nesta ...,nesta..., não seja estabelecido um compromisso social que permita à Cooperação ... e o compromisso em áreas fulcrais, nomeadamente na área externa para que haja uma certeza e um acordo de continuidade e imunidade que não permita que na área dos negócios externos as nossas fragilidades sejam acrescidas, com uma certa instabilidade estratégica e, portanto, com aproveitamento contra os nossos interesses.

J.Belo: Portanto, propunha, se bem entendo, que houvesse uma política de Estado, mais do que uma política de Governo, nas relações externas?

R.Eanes: Eu diria que deveria haver uma definição ..., uma definição estratégica das relações com os povos e que essa relação se deveria traduzir numa política que iria ser definida pelo Presidente do Governo. Mas de que era de alguma maneira tutor, se quiser, o Presidente.

J.Belo: Foi isso que aplicou ?

R.Eanes: O Presidente deveria controlar a ação governativa de tal maneira que corrigisse desvios e aumentasse a eficácia dessa ação. Foi isso que se fez, nomeadamente com as chamadas Diplomacias paralelas, nunca se mandou ninguém aos PALOPs, nenhum enviado especial, de que o governo não tivesse tomado conhecimento.

J.Belo: Era a chamada diplomacia paralela, que na altura o acusavam ...

R.Eanes: Eu diria é que esta estratégia, uma estratégia de relacionamento Estado a Estado implica, em todos os momentos, a utilização dos instrumentos mais adequados, os instrumentos com maior adequação e eficácia. E quando esses instrumentos, esses instrumentos tivessem inclusivamente um certo tónus afetivo, em relação aos líderes africanos, escolhiam-se as pessoas ajustadas, não é? 25.07)

J. Belo: Como é que se chamava?

R.Eanes: Fonseca de Almeida.

J.Belo: Ah o Fonseca de Almeida.

R.Eanes: Foi lá quando foi do Nito Alves, porque os angolanos conheciam-no perfeitamente, ele conhecia todos aqueles chefes militares, dado que tinha feito parte dos Governos de transição, não é?

J.Belo: E mandou, por exemplo, o diplomata, o Álvaro Guerra com uma mensagem para o Luís Cabral e também com felicitações para o João Bernardo Vieira, mandou a Luanda o Major Melo Antunes e para o Zaire o Capitão Canto e Castro para se encontrar com Mobutu, também. A propósito, chegou a haver um castigo para o Canto e Castro por causa de ele ter ido, à vossa revelia, encontrar-se com o Holden Roberto?

R.Eanes: Esse assunto foi tratado no Conselho da Revolução e a única coisa que que... foi uma admoestação, até porque, dado, dado, ... o facto de ele ser Conselheiro da Revolução, a única coisa que seria possível era o afastamento dele. E o afastamento dele, não só era complicado, porque não havia unanimidade na aceitação dessa medida, como depois a substituição era complicadíssima, na medida em que tinha que ser o “Ramo” a designá-lo e naquela altura estávamos num período de reinstitucionalização militar. Num período em que se tentava devolver à Instituição Militar aquilo que é a sua ideologia formal, a hierarquia e a disciplina. Enfim, qualquer medida de designação de um novo Conselheiro era um processo tendencialmente eleitoral e iria evoluir depois para (...). Mas mandou-se também o Almirante Silva Horta, à Tanzânia, não, não foi, foi o Embaixador ..., como é que ele se chamava? Foi Chefe da Casa Civil, meu Chefe da Casa Civil

J.Belo: O Embaixador Fernando Reino.

R.Eanes: Mas o Reino já não estava na Presidência, estava em Genebra, mandou-se o Reino à Tanzânia para trazer Portugueses que tinham sido presos na Tanzânia acusados de transportar armas para Moçambique, eram homens que estavam ligados ao turismo de caça, depois estiveram na Machava, e depois da Machava voltaram à Tanzânia e tememos que houvesse problemas graves com eles. De maneira que contactou-se com Samora e o Samora, na altura, disse que já não podia fazer nada porque eles estavam na Tanzânia e depois, enfim, falei com o Nyerere que conhecia e o Nyerere lá disse que ia fazer o que pudesse, e algum tempo depois acabou por dizer que mandasse alguém que os pudesse trazer, e só. E na altura eu escolhi o Reino porque o Reino tinha sido meu Chefe da Casa Civil, mas era um homem que tinha ligações com o partido socialista e com o governo, e portanto o Reino permitiria que os portugueses que estavam na Tanzânia regressassem sem que isso desse lugar às explorações mediáticas que normalmente ocorrem, não é? Foi o Presidente, foi o Governo, ... porque eu entendia que, enfim, era uma questão que tinha que ser tratada de Chefe de Estado a Chefe de Estado, primeiro e em segundo era um assunto humano que deveria oferecer um tratamento correto, não é? Não se iriam explorar aqueles homens, não é?

J.Belo: Sempre teve muita preocupação com os prisioneiros, nomeadamente também com os prisioneiros portugueses que ficaram em Angola, não foi? Acho que inclusivamente o Melo Antunes ainda chegou a ir falar com o Neto, a seu mando, para ver se os trazia ou alguma coisa, ou se os libertava, ...

R.Eanes: Pois. Nós, com os prisioneiros em Angola, após o golpe do Nito, o que pretendemos foi: primeiro impedir que eles fossem liquidados, porque numa situação de perturbação como aquela tudo é possível e, aliás, sabe-se que muitos angolanos foram liquidados; em segundo lugar, pretendemos que eles tivessem um tratamento prisional, enfim, tão soft quanto possível, porque sabemos que naqueles períodos não se reconhece nada; bom, e em terceiro lugar, tentámos também que havendo dificuldades de toda a ordem, que esses angolanos não fossem condenados a passar fome.

J.Belo: Agora queria perguntar o seguinte relativamente ao Melo Antunes: de facto o Melo Antunes acabou por ser o seu mensageiro, digamos assim, de extrema utilidade para a persecução da sua política externa. Ele foi, portanto, foi enviado por diversas vezes, pelo Sr General, já depois de exercer funções ao mais alto nível, foi ..., por exemplo, foi a Angola negociar a futura Cimeira de Bissau com o Agostinho Neto, também, não foi?

R.Eanes: Acertar pormenores.

J. Belo: Acertar pormenores. Ele teve igualmente um papel importante junto de Angola por causa dos prisioneiros, já vimos. Em 28 de Janeiro de 78, Melo Antunes foi a Cuba, a convite da Assembleia Popular, como presidente da Comissão Constitucional, ainda era membro do Conselho da Revolução. Levava instruções suas, segundo me disseram, tenho informações que me garantiram que nomeadamente as conversas com Fidel Castro foram muito importantes e interessantes. O que é que me pode dizer sobre este assunto? Cuba era assim tão importante para Portugal?

R.Eanes: Não. O que, o que ... O Melo Antunes era um homem com uma grande preparação intelectual e uma grande preparação política. E quando foi a Cuba a indicação que recebeu, que eu me recorde, era perceber, primeiro, quais eram os verdadeiros propósitos da presença cubana, propósitos nomeadamente ...

J.Belo: com Angola ?

R.Eanes: Pois; duração, ... Segundo, qual era o suporte e qual era o tipo de relação com a União Soviética. Se Cuba se estava a autonomizar na ação em Angola e se tinha capacidade para manter essa autonomização, quer dizer, se tinha meios financeiros e meios militares para o fazer. Em terceiro lugar, saber qual era o sentimento das Forças Armadas e dos políticos cubanos, o sentimento sobre a receptividade da população cubana à sua presença em ação. Foram, fundamentalmente, esses, as preocupações, porque, como sabe, nós ... Portugal sempre discordou da presença em ação do Governo cubano, em Angola. Embora tivesse percebido que o Agostinho Neto recorreu àquela solução em emergência. Porque, antes de recorrer àquela solução em emergência tentou que Portugal ajudasse. Obviamente nós não podíamos, não tínhamos condições políticas para o ajudar: não podíamos deslocar militares nossos para Angola para apoiarem o Agostinho Neto. Não podíamos, primeiro porque tínhamos saído de uma guerra ... e a população não compreenderia que depois da descolonização e não tendo, portanto, responsabilidades diretas ali, mandássemos homens para lá e, em segundo lugar porque era muito complicado mandar portugueses, soldados para Angola quando aqui em Portugal existia uma grande aversão, uma grande distância, uma grande desconfiança em relação ao regime. Que era um regime realmente comunista marxista-leninista, não é?

J.Belo: E também havia muita divisão a nível dos nossos militares pelo apoio ao Savimbi, lembro-me por exemplo o próprio Melo Antunes chegou a dizer que o homem mais preparado era o Savimbi e inclusive foram a dizer isso ao Presidente dos Estados Unidos, que o Melo Antunes tinha afirmado isso. Foi o Presidente Kaunda que o disse.

R.Eanes: O Agostinho Neto era um intelectual! Era um homem que não tinha nenhuma experiência no governo de organizações. O Savimbi, embora tivesse uma formação académica elevada era um homem do terreno, era um homem que sabia comandar organizações portanto, numa perspectiva de guerra, de guerra ... nomeadamente guerra revolucionária, obviamente o Savimbi estava mais dotado que o Neto. Havia ali, pois, uma questão que era fulcral, como aliás a prática demonstrava: enquanto o Neto era um homem que tinha tido uma formação cultural católica e era um homem que sendo marxista leninista, tinha uma ética ..., uma ética clara, o Savimbi era um homem que tinha, não preocupações éticas, mas tinha um comando tipicamente africano, de chefe africano tradicional, que é: assume todo o comando, toda a chefia, e liquida todos aqueles que se lhes opõem, não é? Como aliás sabe, por histórias diversas, nomeadamente contadas pelos jornais portugueses, na altura.

J.Belo: Voltando ainda ao papel do Melo Antunes então em Cuba, para além daquela missão que lhe deu, não sei se então ele teve, por iniciativa própria ou se ainda, para além dessas três, ainda teve mais esta, ele foi pedir apoio ao Fidel para o ensino do português em Angola, pois com a falta de professores o ensino estava a ser ministrado pelos cubanos e a nossa ligação cultural podia perder-se. Seria deste pedido que ele fez?

R.Eanes: Não me recordo já, mas é natural.

J.Belo: É natural? Se calhar até por mote próprio ele o tenha feito?

R.Eanes: É natural, até porque na Conferência de Bissau essa foi das questões abordadas. E foi abordada, enfim, é interessante, foi abordada pelo próprio Neto. O Neto mostrou uma grande preocupação em que o português fosse conservado e desenvolvido. Obviamente era a única língua verdadeiramente nacional e, embora nem todos falassem o português, a verdade é que o português se falava em todo o lado.

J.Belo: Poderia ser a língua de unificação ...

R.Eanes: Podia ser a língua de unificação cultural. E era extremamente importante porque não era possível adotar uma das línguas angolanas porque isso seria e traria um problema enorme, nomeadamente de contestação e, em segundo lugar, a adoção de outra língua qualquer, por exemplo o inglês estava fora de questão, na medida em que isso iria impedir a diferenciação cultural de Angola e iria impedir aquilo que é fundamental numa nação moderna que é o patriotismo, que é o sentimento de pertença, numa unidade nacional, a uma cultura tendencialmente comum, até porque tudo isso exige, como sabe, em primeiro lugar, obviamente, uma língua, não é?

J.Belo: Isto foi-me contado por alguém que acompanhou as negociações, esteve lá presente, com o Melo Antunes e com o Fidel: o Melo Antunes pediu, portanto, a opinião dele relativamente à ida de portugueses para Angola a ensinar o português e a frase dele, de facto, acho que é liminar, que é: “ai que ajudar los pretitos, pobrecitos”! “ai que ajudar los pretitos, pobrecitos”! portanto extraordinária, esta frase...

É interessante, porque ele ao dizer esta frase lapidar, acaba por estar a dizer: “sim senhor vão para lá!” E pelos vistos eles deviam-se ter combinado, consertado, porque depois o próprio Agostinho Neto, pelos vistos, veio falar disto, também.

J.Belo: Esta sua, chamemos-lhe assim, esta diplomacia paralela, sabemos que causou bastantes engulhos no relacionamento entre o sr General na altura e nomeadamente o Dr Mário Soares, que não aceitava muito bem este tipo de atuação da sua parte. Existiu alguma diferença substancial nas suas relações com o I Governo Constitucional e depois com o II Governo Constitucional, nomeadamente entre o Ministro do Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional, que foi o Medeiros Ferreira e com o Sá Machado no II Governo Constitucional? Houve diferenças no relacionamento, ou não?

R.Eanes: Bom, como sabe o I governo era muito diferente do II, porque o I governo era um governo só socialista e era uma altura em que se entendia que o Presidente tinha uma grande necessidade do Governo e o Governo uma grande necessidade do Presidente para manter a estabilidade. Por outro lado, o Medeiros Ferreira era um homem novo, com uma grande formação europeia mas com uma grande sensibilidade em relação aos grandes interesses portugueses, nomeadamente aos interesses de Portugal em África. E depois, ele e eu fizemos, de alguma maneira, um processo de aprendizagem em comum porque recebemos embaixadores, serviços de emissários estrangeiros que mandavam emissários, é um processo que implica uma longa aprendizagem, portanto fiz essa aprendizagem com ele e havia como que uma grande cumplicidade e essa cumplicidade fazia com que a relação fosse uma relação sólida. Com o Medeiros, quando eu entendia que havia coisas que não eram corretas, fazia uma crítica e portanto havia uma relação dialógica aberta. O II governo é um Governo já diferente e o próprio ministro é um ministro com outra personalidade, portanto nunca se estabeleceu essa relação que entendia que existia anteriormente e em segundo lugar este homem, era como sabe, angolano.

J.Belo: Qual? O Sá Machado?

R.Eanes : O Sá Machado era angolano. Portanto ele era um homem que conhecia muito bem África, mas que contrariamente aquilo que eu esperei, que eu esperava, esse conhecimento não era um conhecimento que lhe permitisse um interesse especial por África. Dito de outra maneira, ele que tinha nascido lá, estava demasiado próximo para ganhar a distanciação suficiente para ver que nós tínhamos que discutir apenas (...) e não mais, portanto, não misturar afetividades com interesses. Ele, embora fosse um homem extremamente competente, um homem sério, tinha uma certa dificuldade em olhar para os países africanos de expressão lusófona, nomeadamente Angola, com essa distanciação. E isso acabou por ter algum efeito negativo. Em segundo lugar e isso também foi negativo, enquanto o Mário Soares não concordava com as diplomacias paralelas, mas quando eram questões que se discutiam ele acabava por concordar que realmente, naquele caso, tinha sido a ação mais correta. A partir da altura em que ele teve de dar contas também ao CDS as coisas passaram a ser mais complicadas e muito mais complicadas porque o CDS como sabe tinha na altura uma posição de simpatia em relação ao Savimbi e naturalmente uma posição de oposição muito grande em relação ao Agostinho Neto que era um marxista-leninista irrecuperável, segundo ele. (43'18)

J.Belo: Mas o Soares também sempre teve uma queda pelo Savimbi ... agora, como estava no governo, não poderia ...

R.Eanes: Não! Eu acho que era um grande interesse por Savimbi. E isso acabou também por dar à política portuguesa uma vulnerabilidade grande. Algumas vezes houve necessidade de acalmar o Neto com telefonemas e com outras ações, porque entretanto os jornais portugueses davam notícia de ações de simpatia e apoio em relação ao Savimbi ou de antipatia e desapoio em relação ao governo de Angola.

J.Belo: Isso é um facto que eu constatei que o Sr General abriu as portas com a Cimeira de Bissau mas que depois o Governo veio, de certa forma, fechá-las.

R.Eanes: Não, não é fechá-las. O que veio ...

J. Belo: complicou bastante ...

R.Eanes: veio por uma cortina que acabou por impedir a visibilidade para a defesa correta dos interesses que estavam em questão.

J. Belo: O Medeiros Ferreira saiu do governo, porquê? Ele não cumpriu o mandato até ao fim.

R.Eanes: Não. Eu creio que ele saiu por qualquer questão com o Dr Mário Soares.

J.Belo: Houve um choque entre os dois?!

R.Eanes: Eu creio... para lhe ser honesto, eu creio que o Dr Mário Soares (?) e o ministro. Eu creio que o Dr Mário Soares que, naquela altura, estava numa fase de implantação do partido, entendeu que aquilo poderia dar ao Medeiros Ferreira algum, algum..., algum poder político acrescido e isso poderia ter efeitos negativos na política que ele pretendeu, e impediu que isso acontecesse ... (45'21)

J.Belo: ...e afastou-o. E depois ficou ele também, cumulativamente, com o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

R.Eanes: Não me recordo!

J.Belo: Foi! Durante o resto do mandato, ficou ele.

R.Eanes: Tenho que ver. Mas parece que sim.

J.Belo: Agora, ainda sobre as relações externas, só para terminar: a Argélia vinha sendo um importante parceiro para Portugal na cena internacional do pós-25 de Abril. Recordo por exemplo, entre outros episódios, a defesa que o então MNE, Boutflika, fez em prol da portugalidade dos espaços insulares. Por outro lado, era um referencial para as nossas ex-colónias; o próprio Melo Antunes tinha na Argélia um modelo, digamos, para a política que ele chegou a idealizar para Portugal. Qual a sua política para com este país e com os outros não-alinhados? Qual foi o género de política que desenvolveu com eles?

R.Eanes: Em relação à Argélia, como sabe, havia como que uma relação de alguma simpatia do regime argelino durante muito tempo para com a posição portuguesa. Por outro lado, era um potencial mercado para as nossas empresas, dada a relação difícil que eles tinham com a França e que mantiveram durante muito tempo. E em terceiro lugar, como durante muito tempo nós pretendemos ter relações que fossem, de alguma maneira privilegiadas, com os países não-alinhados, a Argélia era um instrumento importante nessa política. Os não-alinhados – da parte do Melo Antunes havia realmente a convicção de que essa podia ser uma via de afirmação de Portugal no exterior, mas a política externa na Presidência, embora fosse tida em conjunto com o Governo, a verdade é que nós nunca, na ação externa, privilegiámos muito essa relação. Tentámos manter relações privilegiadas com o Tito e com outros elementos mas não privilegiámos muito esse eixo, até porque, em determinada altura se concluiu que a importância dele para a ajuda da questão de Timor não era aquela que pensávamos, pois era muito, muito pequena, ou praticamente inexistente. De maneira que, a partir daí, essa linha que era uma linha melantunista, foi deixada cair.

J.Belo: Por si? Deixou-a cair? Mas ao princípio, digamos que agarrou a ideia do Melo Antunes ...

R.Eanes: ... agarrou-se a ideia e entendeu-se que ela podia ser interessante como meio de ação relativamente a Timor. Depois chegou-se à conclusão que não.

J. Belo: Ai foi mais por causa de Timor que vocês seguiram essa via?

R.Eanes: Não. Eu. O Melo Antunes não. O Melo Antunes entendia ...

J.Belo: ... seria de implantar em Portugal essa via?!

R.Eanes: O Melo Antunes entendia que o país teria maiores possibilidades de afirmação exterior e defesa dos seus interesses se, porventura, mantivesse alinhamentos mínimos, que não representava compromissos de definição. Com a NATO, sobretudo, e portanto essa ligação ao terceiro mundo dava-lhe essa liberdade de ação. A conclusão a que se chegou é que, bom, não havia por parte destes países um programa de ação política que nos conviesse, nos ajudasse. Nomeadamente em relação a Timor, portanto não merecia a pena estar a investir muito nessa área.

J.Belo: Sim senhor! ...

R.Eanes: Bem e, obviamente, também é necessário considerar que para isso contribuiu também um pouco aquilo que era a posição política dominante em Portugal. Político/ partidária dominante. E a posição política partidária dominante é: em relação a África, mesmo aqueles que não concordam fecham os olhos, porque é difícil dizer que não; mas em relação a esses países, aqueles que entendem que nós nos devemos aproximar, vincular mesmo ao chamado ocidente, entendiam que esse era um percurso perverso e que, portanto contrariava aquilo que eram os seus vínculos.

J.Belo: A sua linha política e a sua prática foram permanentes durante os dois mandatos que fez ou teve de mudar alguma coisa?

R.Eanes: Não, eu diria que houve, naturalmente, correções de percurso, correções na definição de políticas e mesmo na execução. Por exemplo, em relação a Cuba, enfim, tivemos de ter boas relações porque entendíamos que ter boas relações com os que acompanhavam mais de perto, nomeadamente o que se passava em Angola e teve efetivamente alguma interferência, mas a determinada altura concluímos que não, e, enfim, Cuba tinha fortes motivos e interesses muito claros e portanto, por ali, nós não conseguiríamos defender nenhum dos nossos interesses. Bem, isso levou a um afastamento em relação a Cuba. Um afastamento que inclusivamente, em determinada altura, o Fidel, com aquela (...) que lhe era habitual, explicou que faria uma escala técnica em Portugal e foi-lhe dito que era habitual, quando se queria fazer escalas técnicas, se pedia. E ele, enfim, dadas as relações com Portugal e dado enfim, o nosso interesse em Angola, que ele sabia que era grande, e que ele queria de alguma maneira ajudar a contrariar, disse que ..., voltou a dizer que... fazia uma escala técnica, e foi-lhe dito que não havia escala técnica nenhuma, porque não pediram escala técnica. (51 '30)

J.Belo: Isso já foi na segunda parte do seu mandato?

R.Eanes: Já foi na segunda parte. Portanto, isto para dizer que isto é apenas um aspeto formal, é um aspeto caricatural ... Inicialmente, achámos que ele podia ser um parceiro importante para a nossa informação sobre Angola e até para que em Angola executássemos algumas medidas que garantissem aquilo que eram os nossos propósitos permanentes, os nossos interesses. Quando chegámos à conclusão que não era assim, que não era estar só a investir e dali não vem nada, não é?

J.Belo: Isto já não foi no seu tempo, acho eu: aquela utilização da Base Aérea dos Açores para o transporte das tropas para Angola. Foi antes, foi antes de Foi ainda com o General Costa Gomes (eu estava fora disso, portanto se foi, foi antes) Foi antes. Foi da primeira fase quando eles chegaram rapidamente para suster os avanços dos outros e apoio ao MPLA...

Relativamente à questão prévia da preparação da Cimeira, eu tinha aqui muitas coisas que seriam até interessantes, se calhar, relatar ao Sr General: leituras que fiz de jornais, etc, americanos, belgas, suecos, etc. Mas vou cingir-me a isto, a esta questão que tenho aqui: por um lado o Sr Presidente visitou Washington, certo? Esteve em Washington. E tinha tido um encontro com o Presidente Carter. O jornal Le Monde, por exemplo, escreveu que Carter o encorajou para a aproximação a Angola. Por outro lado, um jornal sueco afirmava, em Julho de 78, que os Estados Unidos influenciaram indiretamente a reconciliação entre Portugal e Angola, pois Neto queria reforçar os contactos com o Ocidente através de Portugal. Mas por outro lado, enquanto decorria a Cimeira de Bissau, o embaixador itinerante dos Estados Unidos junto da ONU, visitava Luanda. Finalmente, o jornal alemão, Arbeiter Zeitung, dizia que o presidente Neto teria informado o seu representante especial Melo Antunes, do seu desejo em se aproximar mais do Ocidente.

A minha pergunta é esta: onde é que ficamos no meio disto tudo? O que é que se passou verdadeiramente?

R.Eanes: Bem, os Estados Unidos sempre tiveram um grande interesse naquela parte, em Angola, percebe-se, por razões geopolíticas, não é? E a prova de que tinham um grande interesse é que jogaram sempre em Angola. Primeiro com o Holden Roberto, depois com o Savimbi e depois são eles que, ao fim e ao cabo, permitem ao MPLA ganhar a guerra. Porque quem dá ao MPLA a localização do Savimbi são os americanos, porque eles sempre tiveram interesse. E com o Carter, lembro-me que a questão angolana foi abordada, mas foi abordada, mais para saber, para Carter nos ouvir – Carter entendia que nós tínhamos uma competência distintiva em questões africanas, nomeadamente em relação a Angola e Moçambique.

J.Belo: Se puder fazer um parêntesis só para lhe ler este parágrafo: “Os americanos estavam a mudar a sua política externa face a Angola. Se o Nixon e o Kissinger entendiam que a situação de confronto Leste – Oeste exigia medidas militares, Carter e o Cyrus Vance, passaram a entender que a melhor forma era o diálogo e injetarem influência ocidental para contrabalançar a soviética. Portugal parece ter sido a chave do sucesso e o Sr General o dono dessa chave.”

R.Eanes: Não! Isso é um exagero.

J.Belo: É exagero? Li isso em qualquer lado...

R.Eanes: Eu quando fui a Angola, [talvez quisesse dizer EUA] encontrei-me com o Brzezinski e a posição deles, portanto, era saber o que se passava em relação a Angola e mostrar que tinham um grande interesse em Angola e saber se, no entendimento português, a questão do regime angolano era uma questão fechada ou era uma questão em aberto. E a nossa opinião, se bem me recordo, foi que, tendo em consideração aquilo que era a realidade, sobretudo a realidade demográfica angolana, a realidade cultural angolana, o facto de haver ali duas etnias, uma predominante do MPLA outra predominante na UNITA, as duas maiores etnias em Angola, eles tinham necessidade de um modelo de força para manter aquilo coeso. Mas esse modelo de força, em nosso entender, não se ajustava à realidade angolana e seria, obviamente, modificada. E seria modificada tanto mais depressa, quanto mais depressa acabasse a guerra. Quer dizer, quando o poder angolano tivesse possibilidade, tivesse possibilidade não, tivesse necessidade de exercer poder no sentido de promover o desenvolvimento do país, a partir dessa altura eles careceriam muito do Ocidente porque, ao fim e ao cabo, toda a infraestruturas industrial que era muito, muito importante, toda a infraestruturas industrial era ocidental. O que nós deixámos lá não era nada soviético. Portanto, eles tinham apenas o aparelho militar soviético, o resto era tudo ocidental. Enquanto houvesse guerra os soviéticos iam aprofundando a sua posição, através dos comandos, mas no aspeto militar, puramente militar.

J.Belo: Mas isto estamos a falar em que altura? O Brzezinski já foi depois disto, não foi? Já foi depois da Cimeira de Bissau e tudo isso, não foi?

R.Eanes: O Brzezinski deixe lá ver quando é que foi. Foi quando da minha visita aos Estados Unidos.

J.Belo: Ai foi quando da visita aos Estados Unidos ... então foi ...foi em 78 eventualmente. Devia ter sido em 78, ainda. Foi certamente, porque foi antes da Cimeira de Bissau. [Brzezinski foi S. Estado entre 1977 e 1981, e o Pr. Eanes deslocou-se aos EUA para a Cimeira da NATO em Maio de 1978, onde discursou, bem como na ONU]

R.Eanes: Pois, ... há aqui ... agora não tenho... Não, é que há ...estava a ver a questão das datas. É que o primeiro encontro com os americanos não foi nos Estados Unidos, foi em Londres quando eu fui à Cimeira da NATO [Maio de 1977] em que devido à rotação, eu era o Chairman. E foi aí que houve a primeira conversa sobre Angola.

J.Belo: Foi o Sr Presidente que abordou, que tentou fazer a captação do apoio americano para a nossa posição de aproximação a Angola, ou foram eles? Para que nós entrássemos em Angola e dessa forma eles se aproximassem do Ocidente?

R.Eanes: Eu já não posso precisar. Mas, eu estou convencido que terão sido eles ...terão sido eles a abordar. E acho que terão sido eles a abordar porque eles estavam muito interessados em aproveitar aquilo que era o nosso conhecimento sobre África, nomeadamente sobre estes países, não é?

J.Belo: E não me sabe dizer se essa tentativa deles junto de nós, foi para sermos de facto a chave para a abertura ao Ocidente? Nós fomos, no fundo, um instrumento dos Estados Unidos para que Angola se aproximasse do Ocidente...

R. Eanes: Em larga medida!

J.Belo: Não sabe se não teria sido, eventualmente, o pedido ter vindo do Neto para os americanos? Portanto, a ideia ser ao contrário.

R. Eanes: Pois, é uma questão que eu não posso esclarecer.

J. Belo: É que há alguns que dizem isso: foi o Neto, com a aproximação dos americanos. Foi o Neto que pediu a intermediação dos americanos junto de nós para facilitar a aproximação.

R.Eanes: Os americanos, depois dessa fase que era uma fase de colheita de informações e estudo, a posição deles depois foi progressivamente ..., foi-se progressivamente modificando, passando de um apoio inteiro à UNITA para um apoio decrescente à UNITA, e para contactos cada vez mais intensos com o Neto. O que aconteceu ao Neto foi que o Neto, a partir do golpe do Nito Alves, começa a afastar-se da União Soviética e começa a diversificar as suas relações. E o Neto, que era um bom político, percebe que naquela altura só seria possível conseguir uma certa independência relativamente à União Soviética, fazendo um caminho cuidadoso, mas de aproximação progressiva aos Estados Unidos.

J.Belo: O Sr General pediu ao Neto para ele manter uma posição de estrita neutralidade relativamente aos países ocidentais e as nações da Europa Oriental?

R. Eanes: Não!

J. Belo: Não? Não pediu isto? Tinha lido esta tese que ...

R.Eanes: Não!

J. Belo: Podemos dizer que ao Melo Antunes ..., se deve ... A Cimeira e o sucesso da Cimeira se deve, como dizia um jornal sueco, sobretudo ao Melo Antunes?

R.Eanes: Eu acho que o sucesso se deve, sobretudo, ao Luís Cabral. Ao Luís Cabral. Embora na preparação da visita o Melo Antunes tivesse tido um papel importante.

J.Belo: Nomeadamente acertar os pormenores, o que se ia discutir e todas essas coisas?

R.Eanes: Bem, e até em mostrar ao Neto, enfim, que os receios do Neto em relação à Conferência não tinham grande cabimento.

J.Belo: Ele tinha um bom relacionamento e uma boa aceitação por parte do Neto, não era?

R.Eanes: Todos os que desempenharam um papel na descolonização, ele tinha uma boa relação e uma grande credibilidade junto destes líderes africanos.

J.Belo: É verdade que a partir daqui, Portugal se tornou um centro de influência ocidental e que este feito – depois da Cimeira de Bissau – veio reforçar a nossa pretensão de adesão à CEE, ao mostrar o quanto ela era importante, não só para a estabilização da nossa democracia, mas também pelo papel que o novo Portugal poderia ter em África a favor da Europa?!

R.Eanes: Eu pessoalmente estou convencido que não. Embora nós, enfim, em todos os contactos com os líderes europeus tivéssemos de mostrar que a Europa, tendo em consideração aquilo que era o seu projeto, e dada a sua necessidade de uma retaguarda geoeconómica e geopolítica que só podia ser em África, tivemos oportunidade de mostrar que isto e para satisfazer isto, Portugal poderia ter um lugar importante na medida em que tinha relações privilegiadas com estes países, tinha deixado nestes países uma cultura que era uma cultura distintiva e tinha deixado nalguns países, nomeadamente em Angola, um desenvolvimento, nomeadamente industrial, significativo. Eu creio que a Europa, naquela altura, estava mais preocupada

consigo, estava mais preocupada com o problema da Guerra Fria, e entendia que com África tinha um caminho aberto que ela podia prosseguir sem apoio de terceiros. E o caminho era a Convenção de Lomé. Portanto julgo que eles entendiam, ou pensavam ou pensariam que aquilo era mais ação política nossa, defendendo os nossos interesses e a potenciar a nossa posição. Em relação à NATO, por exemplo, nós tomámos posição, explicando que a NATO nos deveria ajudar, era um quadro diferente em relação ao aparelho militar porque Portugal tinha, naquela altura, o único exército da NATO que tinha uma experiência de guerra contrarrevolucionária e que isso, obviamente, era importante porque havia um conflito de Guerra Fria e guerras daquele tipo poderiam acontecer em qualquer parte do mundo. Aliás, aconteceram naquela altura, infelizmente, aconteceram casos da Guerra Fria, no Afeganistão, etc.

J.Belo: Eu tinha lido aqui num semanário alemão, o Der Spiegel que, consciente que as grandes potências ocidentais se estavam a aproximar de África, Portugal aproveitava para se insinuar acenando com as ex-colónias. Mário Soares ter-se-ia mesmo oferecido, na sua estadia em Bona, para ser o medianeiro entre as colónias e a Comunidade Europeia.

R.Eanes: Não Isso, eu não tive conhecimento disso mas acredito piamente porque o Mário Soares é um político muito hábil, não é?

J.Belo: Portanto também é natural que nós nos tivéssemos servido desta aproximação para jogar com a Europa?! Portanto era mais do nosso interesse do que propriamente do deles...

R.Eanes: É natural que o Mário Soares se apercebesse da existência desse trunfo e ...

J.Belo: o tivesse jogado. Propriamente sobre a Cimeira, eu começava – apesar de já termos falado muito sobre a Cimeira – por fazer-lhe a pergunta mais óbvia: donde é que surgiu a ideia da Cimeira entre os dois países, numa altura em que estávamos tão desalinados e porquê em Bissau?

R.Eanes: Bom, eu tive ocasião de dizer: com Angola havia um contencioso especial. Porquê? Porque nós não reconhecemos a Independência de Angola, nós recusámos fornecer a Angola determinados meios militares que ela pedia, nomeadamente em helicópteros, e havia aqui uma campanha grande contra Angola e Angola sempre foi muito sensível àquilo que se dizia aqui. Portanto, havia uma situação, enfim, de conflito latente muito grande. De maneira que, entendeu-se que para ultrapassar isso seria muito interessante que houvesse uma conversa entre mim e o Neto. É evidente que dada esta situação de conflito, entre aspas, não era possível haver um encontro quer em Angola, quer em Portugal. Porque em Portugal, dificilmente haveria condições políticas para que o Neto viesse e também em Angola, porque o Neto, vindo a Portugal seria de alguma maneira a ex-colónia vir ao país colonizador o que poderia ter uma má interpretação. De maneira que na discussão dessa questão, nomeadamente com o Luís Cabral e com o Neto e com o Melo Antunes, chegou-se à conclusão que seria escolher um país que não tivesse esses dois aspetos negativos. E dada a aproximação já efetuada com Bissau, dada a relação de Bissau sobretudo por razões que têm a ver com a personalidade do Luís Cabral, com todos os ex-Chefes de Estados, entendeu-se que talvez aquela fosse a localização preferida. Primeiro, era um pequeno país no contexto dos países de expressão oficial portuguesa; segundo, tinha uma boa e conhecida relação com Angola e com os outros; em terceiro lugar, uma reunião ali não iria ser explorada negativamente nem em Portugal nem em Angola; quarto, enfim, ali também não haveria uma pressão mediática que existiria, com certeza, se a reunião fosse noutra sítio, nomeadamente em Angola ou Portugal.

J.Belo: A questão dos retornados ou espoliados, como quiser, e das indemnizações foram abordadas em Bissau, ou não?

R.Eanes: Não, essa questão foi tratada, foi abordada ... não a questão..., não a questão das reparações porque, enfim, se percebia claramente que dificilmente Angola por razões ideológicas, por razões políticas e por razões financeiras dificilmente poderia fazer fosse o que fosse. Em segundo lugar, dificilmente Angola poderia, sobre

isso, ter uma posição que nos fosse favorável, isoladamente, sem a discutir e, eventualmente, consensualizar com Moçambique, etc, por isso a questão não foi abordada.

J.Belo: *Ai não chegou a ser abordada?!*

R.Eanes: A questão foi tratada! ... Olhe, foi abordada mas não foi tratada! Abordada porque se entendia que haveria todo o interesse, e tão rapidamente quanto possível, que às zonas classificadas regressassem, sobretudo os brancos que tinham nascido em Angola, que eram angolanos, não é? Que nós aceitámos, mas que eram angolanos. E a regressar, também, muitos dos africanos, dos pretos, que tinham vindo que eram habitualmente os que tinham alguma preparação cultural / profissional, que regressassem. Nós entendíamos que isso era importante e eu também entendia, aliás eu achava que um dos maiores dramas de Angola fora a saída dos quadros e entendíamos que isso deveria fazer-se muito rapidamente, porque, os chamados Retornados estavam, de alguma maneira, a aclimatar-se, a adaptar-se, a refazer a sua vida aqui. Bom, e quando o tivessem feito, o seu deslocamento para Angola era muito mais difícil, porque de Angola eles tinham saído traumatizados. Regressar a Angola numa altura em que não tivessem ainda reconstituído a sua vida, não seria fácil, depois de reconstituir a sua vida seria difícil. Obviamente Angola estava interessada em ter quadros, mas Angola preferia e nós preferíamos também que os quadros que mais interessavam a Angola eram os quadros que eram culturalmente angolanos.

J.Belo: *Mas afinal isso não veio ser facilitado, pois não? Esse regresso não se verificou?*

R.Eanes: Não. Não, porque, enfim, a guerra continuou e, como sabe, em determinada altura, não sei se por influência soviética, ou se por iniciativa puramente cubana, passou a haver uma grande resistência à presença portuguesa. Mas a partir da altura que os cubanos perceberam que eles estavam ali mas que não iam ficar, quem ia ficar eram os portugueses, da parte de Cuba começou a haver uma grande reação em relação às questões portuguesas.

J.Belo: *Para terminar: porque demorou tanto a entrada em vigor do Acordo Geral de Cooperação assinado em Bissau? Só um ano depois, isto já começava a causar muito mal-estar aos angolanos – acho que até o Sr General mandou lá o Melo Antunes para acalmar os angolanos. Não é verdade? O que é que se passou?*

R.Eanes: Eu creio que fundamentalmente por duas razões. A primeira razão é que a burocracia portuguesa é terrível. É verdade. E em segundo lugar porque havia uma manifesta má vontade em muitos, mesmo em muitos quadros da Administração em relação a Angola. Portanto, como a Administração se politizou depois do 25 de Abril, infelizmente, não é? Deixou de ser uma Administração meritocrática para ser uma Administração de confiança política, os partidos que se opunham a relações com Angola, e que cobriam quase todo o leque partidário, nomeadamente tinham, tinham presença ativa e dimensão grande no PS, acabavam por criar dificuldades que impediam que o Acordo entrasse em execução.

J.Belo: *Só para terminar, então uma última pergunta: o homem que cultivava a imagem de frio e austero emocionou-se, quando na visita à Guiné e aos locais onde esteve na guerra, foi recebido daquela forma afetuosa pela população. É verdade?*

R.Eanes: Sabe, é muito ... Isto é muito complicado porque ... É muito complicado de explicar. Porque ... O que é o homem? O homem: o Jean Jacques Rousseau dizia que “o homem é o ser que só honra a sua humanidade quando, todos os dias, sabe que não sabe e aprende. E perfectualiza - se e não se esquece que essa perfectualização deve ser estendida a outro”. Esta definição é muito bonita porque é uma definição intelectualizante do homem. Mas o homem, além de ser um ser muito intelectual é um ser, emotivo, muito emocional. E portanto, regressar aos lugares onde se fez parte da nossa gente, voltar a um lugar onde se pensava num Portugal futuro mas num Portugal que fosse pluricultural, plurirracial, etc, voltar a um sitio onde estes sonhos e aspirações tinham sido feitos, é sempre, é sempre duro, não é? Uma coisa que possivelmente

difficilmente se perceberá, sobretudo por parte dos jovens, o patriotismo moderno, como sabe, substituiu o (...) monárquico. Enquanto o (...) monárquico foi uma coisa de séculos, muitos séculos, o patriotismo moderno é uma coisa relativamente recente. Aparece depois da Revolução Francesa. Mas a verdade é que o patriotismo moderno acabou por, sobretudo, através das Forças Armadas, por ganhar as pessoas com uma interiorização especial. De maneira que ver arrear a Bandeira Nacional nestes territórios, coisa que, enfim, racionalmente se aceita, se compreende, mas emocionalmente custa, é duro de aguentar, de maneira que acaba por se emocionar. Se perguntar porquê, por todas estas razões e por outras razões. Eu creio que ... (1.14'27)

J.Belo: ... portanto, o homem frio, duro, austero, afinal também é humano.

R.Eanes: ... o nosso grande problema é que nós somos todos humanos, demasiadamente humanos, não é? E acabamos muitas vezes, por isso, por não utilizar bem aquilo que é o nosso carácter distintivo na Natureza, que é o raciocínio, o raciocínio abstrato, não é?

J.Belo: Claro! Claro! E o seu gesto, aí também como homem de Estado de ir aos funerais do Agostinho Neto, do Samora Machel, do Luís Cabral, julgo que isto também é significativo da sua maneira de estar perante a vida. Tinham sido seus amigos?

R.Eanes: Não... eu fui lá obviamente por duas razões: uma razão, bom! Eu era amigo deles e eu acho que há momentos em que a amizade exige uma manifestação de presença, mas também por uma razão política, por razões políticas. A presença portuguesa em acontecimentos destes que são acontecimentos de forte emocionalidade acabam por ter efeito positivo. Embora reconhecesse na altura que havia grandes custos: por exemplo, quando fui ao funeral do Agostinho Neto, os angolanos fizeram uma coisa que, aliás é perfeitamente compreensível. Puseram todos os Chefes de Estado africanos em primeiro lugar, o que se percebia naquela altura da descolonização e depois os outros Chefes de Estado. E depois fizeram uma coisa que acho que devia ser, devia ter sido explorada por Portugal, ou seja, entre todos os outros Chefes de Estado não africanos, o primeiro na precedência era o português.

J.Belo: E havia mais da Europa?

R.Eanes: Havia. Da Europa e da Ásia. Mas aqui os jornais de direita, o que disseram, é que o Presidente da República português estava no final ...

J. Belo: Viram a coisa ao contrário.

R.Eanes: de todos os africanos. Eles entendiam, enfim, que tendo em consideração que tínhamos sido a potência colonizante, se calhar devíamos estar em primeiro lugar. Não perceberam que, pelo facto de sermos a potência colonizante, e a descolonização estava ainda muito perto, é evidente que eles teriam que ter isso em atenção e que teriam uma atitude que fosse ajustada, não é?

J.Belo: E agora a sua ida à tomada de posse do Presidente Pinto da Costa, em lugar de ir o Presidente Cavaco Silva, que significado foi esse?

R.Eanes: Eu julgo que o Presidente da República me escolheu ... o Sr Presidente da República não esteve porque tinha outros compromissos. Em segundo lugar, pediu - me para ir porque eu tinha e tenho com o Pinto da Costa uma relação especial. Antes da campanha eleitoral e desta eleição, ele tinha escrito um livro. Era um livro sobre a situação em São Tomé desde a Independência e aquilo que seria, poderia ser um plano de modernização e desenvolvimento estratégicos para São Tomé e quem fez o prefácio fui eu, a apresentação foi feita aqui, portanto ele sabia que havia uma boa relação e obviamente também isso terá motivado a escolha. Mas não houve mais razão para isso.

J.Belo: Pronto, terminamos então por aqui a nossa entrevista que eu agradeço bastante, Sr. General ...

R.Eanes: ...não tem que agradecer! Se houver alguma coisa em que eu possa ajudar ...

J.Belo: Sim senhor. Muito Obrigado..

Entrevista com o ex – Presidente de Moçambique Joaquim Alberto Chissano

Gravado no dia 9 de Janeiro de 2013 no Hotel Pestana Palace em Lisboa

JB: Senhor Presidente, antes de mais os meus agradecimentos por me ter concedido a honra desta entrevista que como tive oportunidade de lhe dizer é sobretudo por causa da tese de doutoramento que eu estou a fazer cujo tema é *As Origens da Cooperação Portuguesa*, o período que vai desde a descolonização até à institucionalização da cooperação em Portugal. O período abrange 1974 até 1980 e é nessa fase, digamos assim, que Vossa Excelência desempenhou funções do mais alto relevo e por isso, para mim, que até agora apenas tinha a visão de Portugal relativamente a esta questão, acaba por ser, de facto, uma autentica pérola, se me permite, o encontro que agora estou a ter consigo. Passo também a ter a outra visão, o outro lado, porque eu achava que me faltava, de facto, esta pérola, digamos assim. Estava um pouco “coxo”, porque só tinha a nossa visão e agora passo a ter também a visão do outro lado. Desde já, os meus agradecimentos por ter anuído a esta entrevista.

Então, começando, eu iria talvez invertendo aqui a ordem das perguntas, iria começar pelo fim. Isto também tem interesse para mim para eu fazer um pouco, também, o balanço daquilo que foi a nossa política de cooperação, esta pergunta vai muito mais além do interesse da minha tese, vai também para o meu interesse pessoal, profissional, como sabe também sou funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portanto eu queria-lhe perguntar, que crítica o Senhor Presidente tem; negativa, positiva, uma crítica construtiva, que crítica faz sobre o balanço da cooperação portuguesa desde esses primeiros tempos no relacionamento pós-independência, até 1980.

Chissano: Bom, não sei se é uma crítica positiva ou negativa porque a situação que era no tempo dessa transição do colonialismo para a liberdade, em que tinha havido nos dois países muitos processos, de libertação. Em Portugal a libertação da ditadura e em Moçambique a libertação do colonialismo. Quando se dá o 25 de Abril muita coisa mudou e começa por haver uma, sei lá, uma dúvida da parte portuguesa se haveria ou não uma descolonização total ou não.

JB: As ideias do Spínola.

Chissano: Do Spínola e outros.

JB: Mário Soares...

Chissano: Não, não. Eu penso que o Mário Soares nunca hesitou em que devesse haver descolonização.

JB: Sim, mas representava as ideias do Spínola, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros tinha de o representar.

Chissano: Não, não, nem por isso. Ele era pela independência mas era uma coisa um pouco diferente da ideia do Spínola. O Spínola era, creio que estava a ver um Portugal com as suas colónias, numa espécie de confederação com estados autónomos e coisas assim. Ao passo que o Mário Soares e outros, mesmo mais à esquerda, estavam a ver um Moçambique independente e Angola talvez, também, mas em fases, portanto pensavam que Portugal poderia assumir o papel de descolonizador, portanto que iria preparar os Moçambicanos para ficarem independentes.

JB: A auto-determinação.

Chissano: Quer dizer, aquilo que as Nações Unidas exigiram de Portugal há muito tempo e que exigiam de todos os outros descolonizadores que era para preparar os seus povos colonizados para a independência. Ora, agora, **isso já não pegava aqui porque nós estávamos a fazer a Luta Armada e que todas as mudanças foram mesmo forçadas por causa da Luta Armada, sobretudo em Moçambique e na Guiné-Bissau** e depois Angola, também, mas esses dois países foram muito determinantes. Então havia essa ideia de que Moçambique não estava preparado para ser independente então **depois se nós não consolidamos a Democracia em Portugal será difícil apoiar Moçambique para ser independente e então é nessa base que há as discussões**. A outra parte, que tem a ver com a pergunta da **cooperação** é que, em Portugal, muitas forças portuguesas estavam a ver com fazer, se iam dar tudo por perdido ou se iriam salvar alguma coisa nas Colónias. Então a ideia do que se passou nos outros países em que **o país independente privilegia para a cooperação o antigo colonizador**, na França foi notório, formou-se a comunidade dos países, a comunidade Franco-Africana e Malgaxe e que a ligação entre as ex-colónias e a França foi muito estreita, a ponto, segundo dizem, que a França desembolsava avultadas somas para pagar os salários dos funcionários daquelas colónias. Portanto, era uma relação, e que, **por causa do conhecimento disso o Presidente Samora tinha dito que em Moçambique tínhamos que cortar o cordão umbilical**. Mas muitos Portugueses pensavam que mesmo assim tinham o direito de serem considerados uma maneira especial. Ora isso, houve conversas e depois ficou claro que, realmente tratava-se de dois países independentes, igualmente soberanos, que haviam de estabelecer a parceria e que Portugal tinha que merecer a cooperação e não por causa de ser antigo colonizador mas por causa do seu comportamento, de um bom relacionamento. Então isso era a parte que podíamos dizer que, negativo por causa da compreensão e depois, sabe que durante as conversações houve aquela história do contencioso económico-financeiro, o que levou o Presidente Samora Machel a dizer: “bom, vamos aceitar que há contencioso, o que é que vocês reclamam?”. “Porque houve muitos aeroportos que foram construídos e depois linhas férreas”. “Então vão lá fazer as

contas”. E depois vão fazer as contas, vocês começaram a mandar trabalhadores para as minas. Quando é que começaram? E quanto é que recebiam por cada cabeça em ouro? E depois, vocês, colheram algodão aqui, e quanto é que pagavam de salário para os que produziam algodão? E quanto é que custava o algodão lá para ir para Portugal? E quanto é que custavam as camisas e os lençóis e tudo o que agente comprava e importava de Portugal? Vamos fazer todas as contas. Quais foram os salários que vocês fizeram para as pessoas que abriram as estradas, etc? Aqui, mesmo estes de terra batida. E numerou uma série de coisas e então aí foi: não há mais contencioso. Porque fazíamos as contas e trocávamos. E portanto, havia uma certa incompreensão de várias coisas. A cooperação depois começou a andar bem, tivemos o problema de Cabora Bassa que foi discutida, no acordo tínhamos dito: ficamos com 82% para Portugal, não, nós ficámos com 18% e Portugal ficou com 82% mas depois irmos pagar. Mas a guerra veio estragar tudo porque destruiu...

JB: As linhas de alta tensão.

Chissano: Mas de toda a maneira a dívida ficava com Portugal. E custou muito negociar para chegar onde estávamos, era uma coisa que perturbava um pouco as relações de cooperação económica e investimentos, essa questão de Cabora Bassa e terminou, felizmente terminou bem e Portugal hoje está convidado e infelizmente cai numa altura em que há crises e tal e tem menos capacidade de concorrer com os grandes que vêm lá...

JB: Mas globalmente ficaram satisfeitos com a cooperação que Portugal acabou por fazer com Moçambique

Chissano: Sim, sim.

JB: Os nossos cooperantes foram sempre muito bem acolhidos, não houve grandes problemas.

Chissano: Até agora. Por exemplo, agora uma corrida de Portugueses que vão para lá, eu fiquei assustado que aquilo podia gerar gritos e tal de pessoas que nos vêm tirar o emprego e tal mas não há assim tão grandes gritos como isso. Há lá Senegaleses, há lá...

JB: Há lá tudo.

Chissano: Tudo corre para lá.

JB: Isso até é bom sinal, é porque a economia está em crescimento, há oportunidades de empregos, porque senão também saiam, os que entraram saiam, como é o caso aqui em Portugal, veio para cá muita gente e agora está tudo a regressar.

Chissano: O que é preciso é que, realmente, se identifiquem melhor as áreas em que Portugal possa trazer essa mais valia nessa cooperação entre Moçambique para que os Portugueses que estiverem lá sejam mais acarinhados no sentido de que fazem a diferença.

JB: É isso que a gente espera sempre dos outros, que nos venham ajudar.

Chissano: Eu não vejo coisas grandes, assim gritantes, de negativo que possa citar.

JB: A questão dos bens dos Portugueses que lá ficaram....

Chissano: Isso foi uma coisa que não foi bem entendida porque de facto foram dados as oportunidades para eles se definirem. Primeiro porque há Portugueses que saíram de lá quando não deviam ter saído, não precisavam de sair, mas os que ficaram ficaram bem. E eu cito:

João Ferreira dos Santos, é um império que estava ali e que ficou, não se nacionalizou nada de João Ferreira dos Santos. Entrepasto Comercial, ficou, não se nacionalizou nada, Madan, valor comercial. José António Maria de Oliveira com as suas carreiras nada, mas pelo contrário o Sá, que tinha também carreiras num percurso de longo curso, com autocarros, esse retirou-se de uma maneira muito feia, mas não precisava. Eles ficaram com um medo que não... Os colonos (nós distinguíamos entre colonialistas e colonos), os colonos eram descolonados e os Madeirenses lá de Niassa, foram transportados para vir para aqui, passaram mal mas não precisavam, porque esses estavam enraizados lá, a população não tinha nada, “cuidado, deve haver retaliação”, nada disso.

JB: Foi o medo.

Chissano: Nem foi o medo deles, foi o medo de cá.

JB: De qualquer maneira, o governo, na altura Moçambicano, deu um prazo de 6 meses, salvo erro, não foi?

Chissano: Sim e depois foram prorrogados para que eles pudessem apresentar...

JB: O direito há...

Chissano: Pelo menos a uma das casas, a mais do que uma casa, tinham direito a morar nessa casa e portanto há os que perderam a casa por abandono.

JB: Sim, mas mesmo que abandonassem durante seis meses eles podiam ainda fazer prova.

Chissano: Sim, sim. E há os que ainda perderam as casas eram de arrendamento e então nós não estávamos de acordo porque eles estavam em Portugal, lá pagavam-se as rendas em Escudos Moçambicanos e nós tínhamos que converter esses Escudos em moeda forte e transferir para Portugal e isso arruinava com a nossa economia. E depois havia ainda casos que irritaram mais o nosso governo que foram os casos em que ainda continuou a verificar-se que havia um certo racismo. Como as pessoas, os donos das casas ainda não se tinham apercebido das mudanças, o quão profundas eram, chegaram uns africanos negros que pediram para alugar as casas e o senhorio dizia “já não, está ocupado”. E tinham lá a escrita mas quando chegava um preto diziam “está ocupado”. Quando nos apercebemos disso dissemos, olha...(risos). Depois havia um outro facto, como não havia casas para as instituições públicas, então havia senhorios que estavam em Portugal e que obrigavam o Estado a pagar para que o Ministério da Educação tivesse umas casas aí.

JB: E não voltaram para lá esses?

Chissano: Não.

JB: E foram nacionalizados?

Chissano: Sim. Então todas as casas de arrendamentos, isso acabou caindo para os Moçambicanos que tinham pequenas casas, até mesmo casas dos subúrbios e tal, e depois a lei tinha que ser igual mas foi o excesso de

zelo de alguns dos nossos que foram mesmo nacionalizadas. Casas assim de caniço dos subúrbios e das favelas, mas pronto, foi bom por um lado, para mostrar aos Portugueses e a outros estrangeiros que estavam lá que era igual.

JB: Que era tudo igual. Então agora vou aproveitar todas essas informações que me deu para fazer-lhe uma citação do nosso único Ministro da Cooperação, seu amigo e antigo Alto-Comissário de Moçambique que aproveitou para lhe dar, desde já, os cumprimentos dele. Eu disse-lhe que vinha cá, eu entrevistei-o há pouco tempo, o Vítor Crespo, e ele disse “então por favor, dê os meus sinceros cumprimentos ao Senhor Presidente, diga-lhe que eu lhe mando um grande abraço e votos de um bom ano”.

Chissano: Muito bem. Igualmente então. É pena é que não temos mais tempo senão havíamos de nos encontrar.

JB: É verdade, ele também disse “eu tenho tanta pena”. Eu sei que ele de vez em quando vem cá mas eu nunca mais o vi e ele disse para eu lhe dizer isto a si.

Chissano: Às vezes, nas anedotas que a gente conta lá, Vítor Crespo é uma boa pessoa, apanhado naquele dia 21 de Outubro, eu faço anos a 22 de Outubro, no dia 21 aqueles tontos dos comandos Portugueses que provocaram a balbúrdia toda então o Crespo diz “Oh Chissano, que música é essa marcial, não pode parar um pouco?” porque a rádio começou a tocar canções da luta revolucionária. Eu pensava que aquilo trazia muita emoção na população e tal e eu disse: “vamos ver se mandamos parar isso”. O Crespo dizia: “Mas não pode fazer nada?”. E eu disse: “Posso, arranje-me um carro blindado, eu entro no carro blindado e vou para a rua, mas eu assim só, não posso sair à rua”. E felizmente estava já lá o nosso Chefe de Estado-Maior, na rua, e que me disse: “eu já estou aqui na rua, então já pode ir à rádio falar”. E fui lá à rádio e parou.

JB: Para acalmar as coisas.

Chissano: Sim, para acalmar as coisas, mas já tinham morrido 450 pessoas.

JB: Com aquela intentona?

Chissano: É. Isso começou por um soldado lá Português que pura e simplesmente sacou da pistola e matou um jovem, assim, engraxou os sapatos e depois foi-se embora, ele não queria pagar. Então houve um senhor que passou e disse “meu senhor, faça o favor de pagar ao rapaz”. E ele disse “mas qual pagar o quê? Pagas tu!”. E tau (disparou). Aquilo houve gritos, nem era preciso telefone, começou a dizer-se “os Portugueses estão a matar o nosso povo”. Então as pessoas fizeram o que fizeram no 7 de Setembro, começaram a convergir para as ruas e então, quando vêm este movimento, esses dos comandos voltam para as casernas e vêm já com camiões já com armas e tudo e vão para o Jornal de Noticias, queriam atacar ali, mas lá já tínhamos uma força, recuaram...Então o Crespo estava a trabalhar e eu também estava a trabalhar e acabaram sendo expulsos. Arranjou-se ali para voltarem. Mas isso ali era o que eles queriam: como punição serem mandados depressa para cá.

JB: Já agora então vou-lhe confessar o que ele disse:

“As negociações que melhor correram, do ponto de vista técnico com as ex-colónias, foram com Moçambique e todo o acordado em Lusaka, foi depois negociado e acordado tecnicamente à posteriori através das negociações levadas a cabo entre as delegações dos dois países”.

Chissano: Pois.

JB: Falhou depois a concretização política, nomeadamente após a entrada em funções do I Governo Constitucional do Doutor Mário Soares. É verdade isto?

Chissano: Sim, pois, houve coisas que por exemplo essa de Cabora Bassa ficou encerrada já desde esse tempo. Essa é a maior coisa

JB: Houve de facto esse contencioso já político e fez-se um pouco “tábua rasa” do que se tinha acordado tecnicamente. Isso aí foi difícil de resolver...

Chissano: Tivemos que continuar a discutir com o Sampaio.

JB: O Sampaio, acho que teve grandes problemas lá, não foi?

Chissano: É.

JB: Vi já alguns documentos em que as coisas tiveram complicadas.

Chissano: Sim, era muito complicado nessa altura.

JB: Acho que o Governador do Banco de Moçambique, como é que ele se chamava? Acho que era um branco, não era? (“ afinal depois me lembrei era o Sérgio Vieira”)

Chissano: O primeiro era o Cassimo mas que era assessorado pelo... O Vice-Presidente dele era ... não sei se era o Prakash Ratilal

JB: Também entrou nas negociações mas não era esse. Agora não me lembro do nome dele mas sei que as coisas tiveram muito complicadas e ele inclusive teve que vir para Portugal.

Chissano: O Carvalho não era do Banco mas era ele que estava nas negociações também e estiveram também no seu grupo, o Mário da Graça Machumbo. Talvez o branco a que se refere seja o Jacinto Veloso.

JB: Não era não.

Chissano: Jacinto Veloso entrou um pouco nas coisas de Cabora Bassa.

JB: Mas não é o Veloso, esse eu sei bem quem é, mas não interessa. O relacionamento era perfeito, pós Lusaka, durante o governo de transição foi perfeito, esfriaram as relações depois, como vimos, então, por isto. Então, isto agora leva-me a outra pergunta: é verdade que nesta primeira fase de relacionamento entre Portugal e Moçambique, os vossos dirigentes confiavam mais nos militares do que propriamente nos políticos?

Chissano: É.

JB: E porquê?

Chissano: Os militares não mostraram nenhuma hesitação quanto à descolonização. Essa questão do governo de transição de 20 anos veio de certos políticos mas pessoas como o Vítor Alves, Melo Antunes, António Saraiva de Carvalho, tiveram sempre claros quanto ao direito da descolonização.

JB: Diziam que vocês tinham admitido, acertado um período mínimo de 3 anos para a transição mesmo com os Governos Conjuntos e de repente radicalizaram a posição.

Chissano: Não, não fizemos isso. Ali foi uma tática de negociação que nós utilizámos e reduzimos o tempo porque eles tinham 20 anos , é brincadeira isso.

JB: Isso foi em Lusaka ou antes?

Chissano: Em Lusaka.

JB: Foram com essa proposta?

Chissano: Uma proposta de 20 anos

JB: Pensava que tinha sido antes, com o Soares, com a proposta do Spínola.

Chissano: Não, mas é que o Soares foi a Lusaka também. O encontro foi em Lusaka.

JB: Sim, sim, o encontro foi em Lusaka também.

Chissano: Porque tivemos um segundo encontro. Então dessa primeira vez é que vinham com isso...

JB: Isso dos 20 anos.

Chissano: Eu não gosto de dizer Soares porque isso era uma atitude muito generalizada no seio dos Portugueses da esquerda e da direita.

JB: Eram os tais 20 anos de transição a preparar a independência. Agarravam-se um pouco à Carta das Nações Unidas, a auto-determinação da escolha dos povos do sistema.

Chissano: Exactamente. Que já não era só essa a nossa situação, nós tínhamos conquistado, nós conquistámos a nossa Independência...

JB: Em Lusaka depois quando as negociações eram com o Melo Antunes, digamos que o entendimento era outro. Era mesmo a concessão da independência e pronto.

Chissano: E tivemos que negociar com os militares separadamente e depois é que voltámos à mesa das negociações com todo aquele aparato.

JB: Mas isso por causa do cessar-fogo que vocês não queriam se não vos dessem a independência, era para garantir a independência.

Chissano: A independência é indiscutível.

JB: A partir daí podemos negociar.

Chissano: Depois o resto vai... Nós acompanhámos as mudanças que iam surgindo com o movimento dos Capitães e não esperávamos que o movimento dos Capitães iria culminar com uma espécie de golpe de estado repentino, como foi.

JB: Vocês sabiam que estava em acção.

Chissano: Sim, sim. Nós sabíamos, tínhamos as nossas ligações através mesmo de Capitães.

JB: De Capitães lá.

Chissano: Não, não, alguns estavam em Timor-Leste e as notícias passavam assim...

JB: Faziam parte da comissão...

Chissano: Tínhamos os nossos labirintos aí. E o Jacinto Veloso foi muito instrumental nisso.

JB: O Jacinto Veloso?

Chissano: Sim, o Jacinto Veloso, porque ele estava na Argélia e então os contactos...

JB: Onde estavam o Manuel Alegre e ...

Chissano: E então nós sabíamos disso...

JB: O Aquilino de Bragança foi também fundamental neste tempo.

Chissano: Ya. No 25 de Abril nós mandámos o Aquilino de Bragança precisamente para vir cá saber onde residia o poder em Portugal e fomos ver que era nas Forças Armadas e não nas mãos de um político aí.

JB: Daí a vossa preferência pelos militares.

Chissano: E depois os militares eram, vamos dizer, os nossos inimigos directos.

JB: Mas que se respeitavam.

Chissano: Sim, e então vieram com muito respeito “olha, já lutámos, já chega”. Eles sabem o quanto custou a lutar, os outros não.

JB: Mas vocês também não jogaram aí, entre aspas, abusivamente, com aquela história da cassete que o Presidente Samora Machel usou nas negociações por causa daquela companhia que foi presa. Foi um jogo baixo...

Chissano: Sim, isso era para mostrar que “vocês já não têm moral para continuar a combater portanto não vale a pena estar a dar voltas porque nós já sabemos que a situação é esta”.

JB: E o truque resultou pelos vistos.

Chissano: Porque nós, de facto, cercámos aquela força e a força rendeu-se, sem sem coiso e então essa cassete foi trazida para dizer... então era o Melo Antunes, daquela boa gente que estava lá.

JB: Eles foram apanhados de surpresa.

Chissano: Foram, foram.

JB: E isso condicionou um pouco a posição eu eles tinham a partir daí.

Chissano: Não, não, eu creio que para o Melo Antunes estava muito bem mas porquê? Porque havia resistência das altas esferas, não é, do poder e sabemos que a Delegação Portuguesa que veio a Lusaka eram duas, sabíamos que eram duas. Havia alguém que estava lá para controlar os outros.

JB: E o Almeida Santos no meio disto tudo?

Chissano: O Almeida Santos dizia assim: “se vocês quiserem eu passo para o outro lado”.

JB: Estava ali meio na corda bamba...

Chissano: Porque o Almeida Santos podia ter escolhido ser Moçambicano, como muitos outros escolheram, porque ele era do Movimento dos Democratas.

JB: Ele era oposição ao regime

Chissano: E era dos Democratas de Moçambique que muitos deles ficaram como Moçambicanos.

JB: E já agora que falou no Melo Antunes, o Melo Antunes foi fundamental para vós durante todo este processo, não foi?

Chissano: Sim, sim.

JB: E o que é que me pode contar sobre esse célebre encontro que teve com ele em Roma?

Chissano: Eu? Não fui eu...

JB: Como Ministro dos Negócios Estrangeiros, em Roma, em 15 e 16 de Junho.

Chissano: Em Roma? Melo Antunes em Roma?

JB: Já foram tantas que já não se lembra. Ele deslocou-se lá para falar expressamente consigo, apanhei telegramas desses no Ministério, agora não soube o que é que se negociou. A não sei que não tivesse chegado a ir lá...

Chissano: Eu creio que não fui, penso que foi outra pessoa. Pode ter sido o Óscar Monteiro.

JB: Eu tinha lá que ele se deslocava a Roma para o encontro com o MNE Moçambicano.

Chissano: É possível que tenha ido lá, mas não tenha sido necessariamente comigo porque não estou a lembrar-me do encontro com ele.

JB: **Passando adiante, o Melo Antunes foi, de facto, uma figura chave para a consolidação da vossa independência e para a resolução do contencioso, inclusive. Julgo que ele até desbravou um problema qualquer que havia no contencioso, já não sei se da dívida pública ou qualquer coisa, certo?**

Chissano: Sim... Eu não posso dizer quais são as coisas concretas que ele fez nessa parte das negociações porque eu já não participava. Tínhamos a nossa equipa que trabalhava as coisas técnicas mas que **politicamente, ele orientou a parte portuguesa e atenuou certas tensões.**

JB: E já agora, como analisa o papel do Presidente Eanes, teria sido ele, como se diz, o responsável pela reaproximação entre Portugal e os países Africanos?

Chissano: Sim...

JB: **Sobretudo o encontro de Bissau com o Agostinho Neto?**

Chissano: Eu posso dizer daquilo que ele fez em Moçambique, o que fez lá em Bissau não sei. ... Mas o Ramalho Eanes quando veio a Moçambique veio com um espírito aberto, com um discurso construtivo em que ele dizia... era um Português muito

JB: **Mais uma vez um militar...**

Chissano: Sim, mas um Português muito fiel, orgulhoso de ser Português, mas que também tinha um alto respeito por aqueles que, para ele, nem eram inimigos, foram adversários, tinha cumprido o seu dever como patriota Português e que apreciava muito os moçambicanos que também tinham cumprido o seu dever como patriotas também. Então devia haver respeito. Então ele trouxe uma espada...

JB: **Daqui para lá?**

Chissano: Daqui para lá e oferece essa espada ao Presidente Samora Machel.

JB: Um episódio significativo...

Chissano: O Ramalho Eanes foi ao Monumento dos Heróis Moçambicanos depor uma coroa de flores e foi criticado mas ele não tinha vergonha disso. E isso foi muito bom porque depois nós viemos a Portugal, fomos visitar os soldados tombados na Guerra Colonial, onde é que é?

JB: Na Batalha.

Chissano: E o Presidente Samora, com o mesmo gesto, não teve espada para oferecer mas tinha flores. E depois houve uma cerimónia simbólica de transladação das ossadas do Gungunhana para Moçambique e isto tudo com aquele espírito do Ramalho Eanes que fez um discurso muito apreciado. Era então a tal coisa que nós queríamos: dois povos que se respeitam, o colonialismo ficou fora...

JB: O virar de página foi com o Eanes, efetivamente. Lembra-se dessa data, quando é que foi

Chissano: Não.

JB: Foi depois da vinda cá do Samora Machel?

Chissano: Não, não, foi antes.

JB: Ai foi antes? Ele foi lá primeiro e depois é que convidou o Samora?

Chissano: Sim, sim.

JB: E, de facto, o Samora a partir daí mudou completamente o posicionamento dele para com Portugal. E mesmo quando ele cá veio, segundo eu li, ele vinha com um certo receio, mas foi recebido de braços abertos pelo povo Português.

Chissano: Já vinha com o espírito de reconciliar...

JB: Não. Ele tinha era receio relativamente aos espoliados, aos retornados que cá estavam?

Chissano: Não, já não tinha receio.

JB: Eu tinha lido na imprensa que ele estava com algum receio mas de facto o povo Português recebeu-o de braços abertos...

Chissano: Ele sabia que ia ser bem recebido. Bom, o Samora sabia fazer as coisas. Aquela visita do Ramalho Eanes tinha posto os pontos nos "ís", já não havia razão para ...

JB: Mas já nessa altura a cooperação com Portugal já estava nos carris, não é verdade?

Chissano: Sim...

JB: Não se pode dizer que foi a partir daí que as coisas... Porque vocês primeiro tiveram uma experiência muito, digamos assim, muito problemática com os cooperantes de Leste, foi verdade? A coisa não correu assim muito bem...

Chissano: Não. Eu vou ter que explicar... Nós, quando ficámos independentes, o único canto do mundo que nos apoiava eram os países socialistas portanto, o campo socialista ou o campo de Leste. Todo o Ocidente, até porque muitos países levaram tempo até estabelecer relações diplomáticas, como a França e a Alemanha, a

própria Inglaterra, os Estados Unidos. Nós pensávamos que podíamos quebrar ou saltar etapas no desenvolvimento e na reconstrução porque os países de Leste haviam de dar apoio. Começámos a negociar esse apoio, que vinha a muito custo, e pensávamos que era por causa do nosso posicionamento ideológico e isso leva-nos a nos afirmarmos como Marxistas e Leninistas quando foi do terceiro congresso da Frelimo. Houve países socialistas que aconselharam nesse sentido que era para nós conquistarmos uma posição de observadores da COMECON, à guiza de Cuba. Cuba tinha ...era observador e nós queríamos “entrar pela mesma porta”.

JB: Isso foi em que ano?

Chissano: Em 77. Mas verificámos que, afinal de contas, os países socialistas não tinham capacidade financeira para apoiar esse desenvolvimento rápido porque era isso que tinha levado o Presidente Samora Machel a declarar a década de vitória sobre o desenvolvimento, porque havíamos de ter aquele apoio todo apesar da guerra que já existia. Pensávamos que íamos ganhar porque os países de Leste haviam de nos dar todo o apoio mas esse apoio começou a fraquejar e compreendemos isso logo 5 anos após a independência, ou 3 anos depois da declaração do Marxismo-Leninismo.

JB: Militarmente até nos ajudavam, tecnicamente é que era pior.

Chissano: Mas mesmo militarmente não aguentavam a guerra. Então em 1980 é quando o Presidente Samora muda e nós vamos para os países socialistas, em primeiro lugar, propor uma nova forma de cooperação...

JB: Quando viram que as coisas estavam a falhar...

Chissano: Que era um investimento porque não eles teriam dinheiro para dar, mas um investimento que lhes pudesse devolver alguma coisa. Só aceitaram muito tardiamente, que era RDA, quando já queriam entrar nas coisas das minas de carvão, treinámos pessoal.

JB: Mas a negociação já estava a ser feita com o campo Ocidental, já não houve recuo.

Chissano: Sim, mas aí já íamos fazer com o Campo Ocidental mesmo para entrar com parcerias, daí o contacto com o Brasil para uma parceria com RDA, com a Rono que era uma empresa Britânica para parceria com RDA, no caso do carvão, e mesmo com a África do Sul com o Apartheid. Porque como eles sabiam muito sobre engenharia das minas...

JB: Era pragmática...

Chissano: Era pragmática. Mas a coisa falhou por causa da guerra, pura e simplesmente. Portanto, nós propusemos aos países socialistas uma nova forma de cooperar para que eles pudessem ajudar-nos, afinal de contas, ajudávamo-nos mutuamente.

JB: Nunca houve cooperação com a RDA e com o mundo Ocidental em conjunto convosco?

Chissano: Não conseguimos por causa da guerra.

JB: Da guerra com a Renamo?

Chissano: Pois. Com a Renamo e África do Sul, é melhor dizer. De facto, a maneira como destruíram a linha férrea que vai da Beira para as minas do Moatize, foi de uma perícia tal que não era Renamo a fazer isso. Eram peritos engenheiros que fizeram isso para que a linha férrea fosse irreparável, a maneira como eles partiram a ponte de Dona Ana via-se que ali havia peritos de primeira. Felizmente foi repostada por peritos de primeira que vieram dos Estados Unidos (risos) e que repararam a ponte muito bem.

JB: Isso foi em que data?

Chissano: Bom, a reparação foi depois da guerra.

JB: Sim, mas eu digo essa sabotagem...

Chissano: Foi nos anos 80, 82 ou 83...

JB: Já vocês estavam com um bom relacionamento com os Estados Unidos?

Chissano: Já.

JB: Portugal teve um papel importante na vossa aproximação aos Estados Unidos, não teve?

Chissano: Sim... como é que se chamava aquele senhor que visitou Portugal... o Carlucci

JB: O Carlucci era Embaixador aqui nessa altura.

Chissano: **Parece que aqui houve alguma influência...**

JB: Para a aproximação dos interesses de Moçambique...

Chissano: Mas o que mais nos trouxe a aproximação foi uma visita que eu fiz aos Estados Unidos, apoiado por um amigo africano que tinha amigos dele lá no mundo empresarial dos Estados Unidos que calha serem pessoas como o Malcon Leb (!) que tinha sido Ministro da Defesa, portanto Secretário de Estado para a Defesa e que, agora, era um bilionário, porque era o dono o maior acionista da Reader Digest e era o acionista maioritário da Playboy. Está a ver todas as línguas da Reader ...

JB: Então depois dessa visita ele mudou

Chissano: Eu fiz uma visita em que lhe expliquei tudinho, como nós queríamos a cooperação com os Estados Unidos da América desde antes da nossa Luta Armada de Libertação Nacional. Como nós pensávamos que os Estados Unidos estariam do nosso lado e depois fomos rejeitados por causa da Guerra Fria que havia e, depois da independência, apesar disso tudo, porque nós começámos a ajuda moçambicana com a Ford Foudation e depois como fomos para a Luta Armada eles recuaram.

JB: O Mondlane veio dos Estados Unidos.

Chissano: Sim. E eles pensavam que nós estávamos a enviar milhares de estudantes para a União Soviética.

JB: Mas isso já depois da independência?

Chissano: Não, naquela altura.

JB: Para formar os jovens?

Chissano: Para formar os jovens e nessa altura em que eles pensavam assim, só tínhamos mandado cinco pessoas para serem formadas na União Soviética, em Moscovo. Eles pensavam que estávamos a mandar

muitos para lá, então começaram a recrutar muitos moçambicanos para irem para os Estados Unidos da América. Começa aí a tensão já em 1973 mas, a maior parte que tinha saído tinha ido para a Argélia, não para Moscovo.

JB: A Argélia foi um ponto importante na luta dos povos Africanos.

Chissano: Foram 250 guerrilheiros que foram formados na Argélia.

JB: Moçambicanos?

Chissano: Moçambicanos! E não na União Soviética mas eles pensavam que tudo isso se passava na União Soviética e que, além disso, estávamos a mandar estudantes para as Universidades. Naquela altura não tínhamos muitos estudantes a entrar para lá, cinco, seis talvez. (risos). Eu expliquei-lhe isso tudo, como eles se distanciaram mas pronto, insisti mais depois da independência, eu fui fazer o discurso nas Nações Unidas onde convidava todos os países que não estiveram ao nosso lado durante a libertação, nós estávamos em boas relações com os Portugueses, então, maior era a razão de estarmos em relações com aqueles que estiveram do lado de Portugal durante a nossa luta. Bom, mas se os governos lá dos Estados Unidos não estavam a entender... As relações demoraram, isto foi já em 1982 quando o Malcon Led(!) disse: “já compreendi o que você disse”. E íamos terminar a conversa assim e eu disse: “não, eu quero saber o que você diz, o que é que você pensa?” E ele disse: “se eu fosse governante desta terra, a melhor coisa que havia de fazer era defender os interesses do meu país, os Estados Unidos da América e na vossa parte do mundo, a melhor maneira de defender os interesses era ter boas relações com Moçambique”, disse Malcon Led (!). Depois disse: “olha, esteja sossegado, vamos mudar o Governo agora, o Secretário de Estado não será o mesmo, o Haig vai-se embora, e há-de vir um bom da Califórnia e quando estiver esse então, ele marcará um encontro consigo. E assim foi.

JB: Ele tinha então grande poder, na altura, no Governo.

Chissano: Estava ele mais o Sheilit (!). Este estava no armamento, no negócio de armamentos, o chamado Sheilit (!) E eles proibiram-me de eu ir ao Departamento de Estado, disseram: “se você não é recebido ao mais alto nível lá pelo Haig, não ponha lá os pés, nós vamos mandar para o teu hotel o Chester Crocker” e depois disseram “não vamos mandar o Chester Crocker porque o Chester Crocker também há-de ser posto fora, há-de ir o Wisener (!) e mandaram para o meu hotel o Wisener (!). A partir daí o veio o Shultz e convidou-me, lá nas Nações Unidas, lá na representação deles, e lá disse-me: “olha, já me contaram tudo o que você contou, vocês têm razão mas para haver uma boa recuperação e investimentos etc, vocês têm que fazer isto e aquilo”, que era aderir ao BIC (!) e àquelas Instituições que davam segurança aos investimentos.

JB: Mas nessa altura já tinham reconhecido Moçambique?

Chissano: Já, tinha sido o Kissinger. Também houve um episódio quando o Shultz disse: “não tenham pressa porque antes de andar é preciso pôr-se de pé”. Mais tarde, 2 anos talvez, ou no ano seguinte, eu fui ter com

ele e disse: “olhe, eu creio que já estamos de pé e que já começámos a andar, agora precisamos de correr um pouco” (risos) . O Shultz era uma boa pessoa.

JB: Com o Kissinger as coisas foram mais difíceis.

Chissano: Nem tanto porque não ficou muito tempo o Kissinger não teve muito tempo para lidar depois connosco porque o foi substituído pelo Haig e o Haig depois não chegou a fazer nada. O Kissinger foi no estabelecimento de Relações Diplomáticas que ele arrastou o pé e quando decidiram que íamos estabelecer relações ele queria mandar-me assinar o acordo com o Embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas. E eu também mandei dizer: “também tenho aqui um representante, os dois vão assinar”. E foram dizer-lhe isso e então ele organizou no hotel a Astória para nós irmos assinar.

JB: E foram assinar os dois...

Chissano: Fomos assinar os dois.

JB: Era um estatuto de menoridade que vos estava a conceder.

Chissano: Exactamente. As relações que nós tínhamos eram ainda muito fracas porque, até aí, o que nós recebíamos era ajuda humanitária, muito pouco dinheiro, muitíssimo pouco dinheiro...

JB: Através da USAID?

Chissano: Sim, através da USAID. E depois a ajuda muda já nos anos 83 ou 84 quando o Presidente Samora Machel foi visitar o Reagan e tiveram uma boa conversa aí, como eu disse, o Presidente Samora sabe fazer as coisas, de uma maneira teatral, chegou ali, pegou no Ronald Reagan e disse: “Ronald!”, abraça-o e depois bate nas costas, o Ronald ficou descontraído, aquele protocolo todo caiu, então ficaram como se tivessem conhecido...(risos)

JB: Há séculos atrás, Era mesmo à Samora.

Chissano: E pronto, o Ronald ficou bem. Nós tínhamos feito um bom TPC, nós sabíamos quem estava a orientar o Ronald Reagan e sabíamos que havia dois senadores que ditavam o que o Ronald nos devia de dizer e já sabíamos o que ele haveria de dizer.

JB: Então esses dois é que iam influenciar as tomadas de decisão dele.

Chissano: Sim, sim. E então já sabíamos quais eram as perguntas que iriam colocar para nós.

JB: Mas sabiam através desses dois, era?

Chissano: Não, não. Nós tínhamos um loby muito forte da direita e então nós preparámos um comunicado, como sempre, no fim há um comunicado e esse comunicado é negociado.

JB: Claro.

Chissano: Já tínhamos preparado o nosso comunicado e então respondia a todas as perguntas que o Reagan iria fazer. E então quando chegámos à White House disseram ”, “ They have ... to us “ e ouvimos eles a dizerem isto. Sabíamos que éramos os primeiros a falar, respondemos a todas as perguntas que ele iria fazer e

teve que nos interromper antes dos nossos 10 minutos, ele teve que nos interromper porque senão não tinha nada...

JB: Não tinham nada para dizer.

Chissano: E tínhamos reparado ainda mais, as anedotas...

JB: Pois, essas também faziam parte e às vezes ajudam.

Chissano: Eu fiquei encarregue de preparar as anedotas.

JB: Mas não era aquelas anedotas que se contavam do Samora Machel, ou eram?

Chissano: Eu contei do Samora Machel com ele.(risos)

JB: Ele brincava com isso também?

Chissano: Com Reagan e com Brejnev (risos)

JB: Mas anedotas sobre o Samora ou sobre o Reagan?

Chissano: Era sobre o Samora, mas o Samora estava lá. Eu contei aquela em que estão os três (bom, não vai usar isso, quer dizer, pode usar)... [o Chissano conta as anedotas] (muitos risos)

JB: Eu não sabia que vocês lá também contavam as anedotas do Samora porque cá era muito normal, foi um período extraordinário de anedotas do Samora, eu não sabia que vocês também usavam isso. E ele achava piada?

Chissano: Ele ficou encantado. Depois contei-lhe uma anedota do Apartheid... [o Chissano conta a anedota].(novamente muitos risos)

JB: Acho que foi a melhor maneira de nós acabarmos também esta entrevista que, para além dos aspetos sérios, também ainda bem que tivemos um momento de brincadeira.

Chissano: Há muitas coisas que é preciso lembrar, vou ler o livro que fizeram da biografia do Melo Antunes, vai-me fazer lembrar de muita coisa e eu aconselhava essa parte das negociações económicas, podia ver alguns...

JB: Eu também tenho esse livro, foi a Professora que agora o apresentou há pouco tempo e vou até perguntar-lhe se ela sabe mais pormenores.

Chissano: Foi o Fernando, o irmão, que me ofereceu o livro.

JB: Hoje?

Chissano: Hoje. E então vou lembrar-me de várias coisas e claro, eu não vou escrever estes detalhes, quando escrever...

JB: As suas memórias.

Chissano: Mas há o Machumbo, há o Joaquim de Carvalho, Prakash Ratilal, o Jacinto Veloso, que podem ajudá-lo muito bem nisso.

JB: Pois, mas eu tive a sorte de o encontrar aqui...

Chissano: Mas eu estou a falar de coisas que já não tem bem presentes...

JB: Pois, que já não tem presentes.

Chissano: Sim até porque há coisas em que eu não participei diretamente, essas partes concretas que precisa para um trabalho científico como quer fazer, eu aconselharia a ver essas pessoas.

JB: Se eu tiver oportunidade de acesso a elas, o problema é ter acesso a elas.

Chissano: Conhece o Gonçalves do BCP?

JB: Como é que ele se chama?

Chissano: O Gonçalves que era o Presidente do BCP.

JB: Do BCP? (“ Era afinal o Jardim Gonçalves”)

Chissano: Do Banco Comercial Português. Porque criou o BIM em Moçambique e está lá e esse poderia ser um elo de ligação. Qualquer pessoa do BIM do BIM não, do Millennium BCP, conhece o Mário Machumbo e através do Mário Machumbo pode encontrar a...

JB: Através do Millennium pode ser que eu consiga. Pronto, terminamos por aqui, fico-lhe muitíssimo grato.

Entrevista com o 1º Diretor Geral da Cooperação e ex. Secretário de Estado da Cooperação Emb. Luís Gaspar da Silva.

JB - Estamos aqui reunidos com o ex Secretário de Estado da Cooperação, Dr. Gaspar da Silva e o Sr. Dr. José Manuel Graça Martins, responsável pelo projecto EDI e esta é a primeira das entrevistas que estou a fazer para a minha tese de Doutoramento acerca das origens da cooperação portuguesa. Começarei por colocar as questões ao Sr. Embaixador Gaspar da Silva, de uma forma informal para que ele possa desenvolver as suas ideias. Eu iria-lhe perguntar: como surgiu na sua vida a cooperação?

GS - A minha vida na cooperação surgiu de um telefonema do Melo Antunes, era eu Embaixador na Índia, dizendo "Luís, falei com o general Ramalho Eanes e acho que deves ser tu o indivíduo que vai para ser o primeiro Diretor Geral da Cooperação" e eu disse-lhe "Dr. mas eu não percebo puto da cooperação simplesmente, você sabe, eu tenho umas relações excelentes com a senhora ***". Falei com ela e ela deu-me conselhos excelente e uma das coisas fundamentais que ela me disse foi esta: " Sr. Embaixador, se for nomeado Diretor Geral da Cooperação, não trate as suas ex-colónias como depositários de um histórico passado, trate-as como novos e soberanos estados". Isto foi fundamental para mim na medida em que *** de maneira clara, concreta e objectiva, que as minhas relações com as ex-colónias não eram de maneira nenhuma um passado altamente (repetiu 4 vezes) glorioso para Portugal mas uma época nova em que as novas colónias eram estados soberanos. Tratei esses estados soberanos como tratei os ingleses, os franceses e os espanhóis e, aliás, isto foi de tal maneira que os meus amigos ***.

JB- Então o convite surgiu através do Melo Antunes que na altura era Ministro.

GS - Não, não, o Melo Antunes nessa altura era Presidente do Concelho da Revolução, ele falou com o General Eanes e os dois concordaram.

JB - Ele era Conselheiro do General Eanes na altura, não era?

GS - Era. Quando eu mandei um telegrama para Lisboa a dizer "não vou de maneira nenhuma, tenho aqui os meus filhos" e o Ministério dos Negócios Estrangeiros respondeu a dizer "não pode ser". Aliás, este telegrama está nos arquivos do Ministério, em que o Ministério diz "**** da Presidência da República em que o nomeiam".

JB - Não havia hipótese de recusa. Iria então agora perguntar quais foram os lugares ocupados por si na área da cooperação?

GS – Primeiro fui Diretor Geral da Cooperação deste país, depois com a vitória do Partido Socialista, o Mário Soares e o Gama convidam-me para Secretário de Estado da Cooperação e eu aceitei *** a minha vida diplomática em Roma.

JB - E que medidas mais significativas ajudou a implementar enquanto Diretor Geral?

GS - Enquanto Director Geral tive a sorte de ter como Secretário de Estado um indivíduo que era monarca (era e é, ele felizmente ainda é vivo) Luís Azevedo Coutinho. Excelente homem, de uma *** de um sentido exclusivamente do interesse do Estado. É curioso como é que *** a convergência dele *** republicano ter tido um entendimento excelente com um Secretário de Estado monárquico, inclusivamente, *** aliás, também foi fácil na medida em que a morte do Sá Carneiro levou-o a ser ele o indivíduo responsável pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros *** Amaral por razões exclusivamente *** de administração para São Bento, a extraordinária ligação com o Azevedo Coutinho, na medida em que me deu, e isso foi excelente, uma capacidade de autonomia, sobretudo de responsabilidade e mais do que isso, um entendimento de todos os problemas africanos do ponto de vista em que era eu que tinha que decidir para depois lhe apresentar e ele, normalmente, decidir. E então resolvemos uma questão *** e esses não me interessavam, os outros *** "isto é necessário que o Sr. pense bem porque qualquer político ... (e então aí entendemo-nos lindamente) na medida em que a direcção *** com um homem como o Azevedo Coutinho deu-me toda uma abrangência total de experiência e de entendimento, que é uma coisa muito mais importante e que infelizmente não se entende neste país nem nestes responsáveis do que é o pensamento africano e um entendimento completamente diferente dos interesses africanos na convergência dos interesses universais, luso-africanos e, sobretudo, aquilo que depois *** Lopes, convenientemente na nossa *** um privilégio de entendimento ou de comunicação as o triângulo do Atlântico em que eu punha, não só, Portugal e mesmo Cabo Verde antes de Portugal, no ponto de vista de *** era Portugal, Brasil e Angola, eu punha Cabo Verde, Brasil e Angola tendo como cúpula Portugal do ponto de vista de um entendimento e de uma estratégia táctica do ponto de vista de ligação do mundo lusófono do ponto de vista as estratégias que, naquela altura, eram da guerra fria como entendimento de uma política excelente de desenvolvimento das nossas ex colónias.

JB - Diga-me de seguida: como foi a sua entrada para Director Geral da Cooperação? Como é que iniciou essa actividade? Como é que criou essa Direcção Geral? E quais foram as pessoas importantes que o ajudaram no início do desempenho das suas actividades?

GS - Eu estava na Índia e recebi um telegrama do Ministério, reagi imediatamente a isso na medida em que tenho as melhores relações com o Sr. ***, sentia que do ponto de vista das relações luso-indiana eram excelentes do ponto de vista da política económica que começava e interessar a Portugal na medida em que tínhamos as melhores ligações com o Encarregado do Comércio *** e o Ministério disse "não senhor, não pode de maneira nenhuma reagir na medida em que o seu nome veio indicado pelo Presidente da República *** e Melo Antunes. De maneira que, evidentemente, eu fiquei um bocado *** na medida em que o Melo Antunes só mais tarde é que me telefonou a dizer que tinha pensado na minha *** para Director Geral da Cooperação. Eu vim da Índia e tomei posse no cargo de Director Geral da Cooperação e tive por completa, total e absoluta independência completamente imposta pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de nomes pelos quais não foram de maneira nenhuma escolhidos por mim. O Coronel da Silva, que tinha sido meu colega em Paris, quando fui Cônsul Geral, e o ***. Felizmente tive a sorte de encontrar um homem, que se chama Costa Oliveira, com uma capacidade de entendimento e de convergência extraordinárias do ponto de vista dos interesses portugueses na convergência luso-ex colónias, de maneira que eu logo desde início tive a convergência e sobretudo a certeza de que com ele podia trabalhar. Nessa altura ele era Presidente do Instituto *** Económica e Director Geral da Cooperação. De qualquer maneira, tive a sorte de ter no Costa Oliveira, o indivíduo que tinha o conhecimento pleno de Angola. Não sei se as pessoas que eu tinha relações excelentes com a senhora *** quando me despedi dela e fui tomar um chá com ela ao *** que era a residência dela, ela disse-me "nunca trate as relações com as suas ex colónias com um sentido paternalista, trate-as como entidades

soberanas". E é curioso, foi uma das coisas que sempre me meteu impressão porque foi sempre isso que eu tive na minha mente, de pensar nas entidades ex colónias hoje (ou já naquela altura) soberanas, um ponto de vista de parceiros internacionais, coisa completamente contrária aquilo que eu tinha encontrado (ou que encontrei) que era num sentido de culpabilidade colonial portuguesa num sentido paternalístico. Tenho variadíssimas ocasiões em que demonstrei este tipo de acção (não vale a pena estar agora aqui a particularizá-las), simplesmente, o que é certo, e disso não tenho a mínima dúvida, é que os meus amigos entenderam perfeitamente que eu os via não como ex colónias mas que os via como sujeitos ***. Uma das razões fundamentais pelas quais os meus amigos angolanos, como o Paulo Jorge e o *** que lhes disse " vocês têm que me dar total apoio, é fundamental que a gente faça uma cooperação não só do ponto de vista do desenvolvimento mas que esse desenvolvimento seja do comércio interno vosso porque só vocês com sentido de desenvolvimento interno podem *** com os sujeitos do comércio internacional. Isto infelizmente não foi para a frente por razões da particulares da política interna de Angola, com o Sá Bimbi não foi possível (mas isso é um problema que não me diz respeito), mas o que é certo é que conseguimos desenvolver de tal maneira *** que as situações totais com as relações totais, completamente rotineiras que eu tinha encontrado, determinaram no sentido do desenvolvimento, não naquela perspectiva que eu tinha mais ou menos pensado, mas do ponto de vista exclusivo do desenvolvimento de Angola. Simplesmente, a comparação entre Angola e Moçambique o problema é que há um denominador comum e um sentimento de afirmação da personalidade completamente racial (e é uma coisa que me entristece dizê-lo) dos nossos amigos angolanos em relação a nós.

JB - Iria-lhe perguntar: a sua relação de afectividade com os dirigentes notou-se de um modo bastante particular naquela recepção que teve por parte do Samora Machel quando chegou a Moçambique enquanto Director Geral.

GS - O caso com o Samora Machel é completamente diferente. A primeira vez que cheguei a Moçambique, por razões de uma empatia especial, o Machel recebeu-me sozinho, pondo fora do gabinete o Chissano que era, na altura, Primeiro Ministro. E foi curioso porque falou-me da sua capacidade de antigo ***, de estar completamente determinado do ponto de vista do domínio português mas, dizia-me ele numa sala que dava para *** (antes de ele ter feito o novo edifício), dizia-me "Sr. Embaixador, *** vejo de vez em quando passar aqui as naus de Portugal". E é curioso que para um homem como o Machel uma frase destas era completamente fora do contexto *** muito especial que era a de um denominador comum, uma relação de cordão umbilical ao passado. A um passado presente. Esse passado presente era um passado completamente de convivência porque quem fez o império português não foram, de maneira nenhuma, esses Noronhas e esses tipos completamente especiais, quem fez o império português foi o homem comum, o homem normal na convivência permanente que teve com as etnias coloniais. Ora, era isto que o Machel me queria dizer e mais tarde disse-me, não foi só no privado, ele disse-o mais tarde num discurso que fez no ***. *** voltámos novamente à antiga manutenção dos cantineiros portugueses no interior de Moçambique para que Moçambique pudesse ver com um denominador comum, como uma entidade linguística, moral e ética de um sentido *** a um denominador externo, mas a um denominador que era a unidade de um coisa a que se chama Moçambique.

JB - Será que eu posso deduzir que o Samora Machel, a afectividade a Portugal trilhou caminhos de radicalismo ideológico em face, sobretudo, das pessoas que o rodeavam?

GS - *** depois da morte do *** em que ele teve um sentido que era completamente errado que era a africanização da administração de Moçambique *** para o multipartidarismo e a multiétnica de Moçambique. Hoje Moçambique tem um série de escritores e de magníficos artistas como o *** que são homens que afirmam a unidade de Moçambique na pluralidade da raça, entre aspás. É melhor dizer não rácica mas étnica da pluralidade da sociedade moçambicana.

JB - Mas há aqui uma coisa que me intriga que é o seguinte: porque é que ele o recebeu da maneira que o recebeu perante a televisão quando chegou ao aeroporto? Tinha estado a trabalhar com ele?

GS - Não a trabalhar mas tinha estado a conversar imensas vezes com ele e ele sentiu que eu falava verdade que, de maneira nenhuma, me *** das responsabilidades e dos erros da política portuguesa, que sentia completamente a épica da história de Portugal mas de maneira nenhuma o passado era, para mim, uma questão de responsabilidade, era a responsabilidade pela projecção no futuro. De maneira que, o Machel, desde o início, foi uma questão de aceitar a minha completa e total permanência *** numa convergência mútua entre Portugal e Moçambique.

JB - Ora bem, então agora ia passar a perguntar, ainda dentro deste princípio das ajudas que teve quando chegou para criar a Direcção Geral da Cooperação. Falou-me aqui de uma pessoa que foi extremamente importante para si que foi o Dr. Costa Oliveira mas, segundo me parece, o Embaixador Matos Parreira também teve um papel muito importante. É capaz de me falar do papel que o Embaixador Matos Parreira teve no âmbito da cooperação?

GS - É muito simples, resume-se a uma única frase, o Matos Parreira deu-me, logo desde início, toda a sua experiência e, sobretudo, o que pensava, do ponto de vista geral do sentimento das ex colónias em relação a Portugal. Ora como eu sempre pensei numa questão completamente académica, de que era fundamental de conhecer, em relação às ex colónias, o pensamento africano, das etnias africanas do ponto de vista da convergência do denominador comum luso-africano, O Matos Parreira deu-me, logo desde início, esse sentimento *** em relação às ex colónias. Nessa altura de marxismo e leninismo eram completamente separação com Portugal, uma atitude que eu tenho muita *** em dizer, anti- racista e anti-portuguesa.

JB - Então o Embaixador Matos Parreira era, nessa altura, ainda Director do Gabinete de Coordenação, não era? E como tal era o elemento de ligação entre o governo e...

GS - Era o único elemento de ligação do governo com as ex colónias.

JB - E estamos a falar numa época em que o governo era liderado por quem? Pelo Mário Soares?

GS - Não, já era pelo Sá Carneiro e pelo *** Pereira.

JB - Ele fez a ligação entre o governo do Soares, digamos assim. Vem o Soares com o Medeiros Ferreira e depois vêm os governos de iniciativa presidencial, o Nobre da Costa ***, e depois é que vem o Sá Carneiro. Este Matos Parreira, faz uma ligação transversal independentemente dos regimes políticos.

GS - Eu vim da Índia em 79...

JB - Foi logo para Director Geral então. De qualquer maneira, é uma figura de referência o Matos Parreira. Queria agora perguntar-lhe, como Secretário de Estado, quais as medidas mais significativas que implementou e lançadas porquê?

GS - Exclusivamente por mim, repito, exclusivamente por mim.

JB - Então quer dizer que foi, na altura, seu Secretário de Estado Gaspar Nobre da Silva e que o Sr. Embaixador tinha carta branca do Ministro Jaime Gama para orientar a estratégia da cooperação.

GS - O Jaime Gama deu-me num despacho de competência excelente, tinha liberdade completa.

JB - Quais foram as orientações que traçou nessa altura como Secretário de Estado? O que é que idealizou fazer da cooperação?

GS - Numa perspectiva exclusiva das minhas convicções, manter um diálogo democrático com todas as colónias. Segundo, fazer a tentativa de um estabelecimento de um desenvolvimento não só económico mas de desenvolvimento humano. Terceiro, a questão do problema da mulher, do problema da alfabetização social. Do ponto de vista político a coisa foi excelente, do ponto de vista *** foram todas as colónias, sobretudo com Moçambique mas com certas restrições do ponto de vista político com Angola na medida em que Angola tinha o pensamento de interesses, não digo exclusivos, mas especiais, do ponto de vista das suas ligações com a União Soviética. Porque nessa altura, não nos esqueçamos, estávamos com o problema da Guerra Fria e era fundamental, não a questão do Ocidente, mas sim a ligação de Portugal com exclusivo ponto de vista de denominador comum de interesses luso-angolanos do ponto de vista de desenvolvimento de Angola. Para explicar bem isso vou citar uma frase do Neto em que dizia "é curioso, antigamente a Bahia dos Tigres dava uns carapaus excelentes, hoje os carapaus foram todos para a União Soviética".

JB - Então agora vou lançar-lhe ideias para que possa desenvolver, ideias que são, no fundo, medidas tomadas por si que eu gostava de ver melhor explicadas. Por exemplo, tenho conhecimento que lançou o primeiro projecto de formação de formadores em Angola, o EDI foi outra iniciativa sua no campo da informática. Diga-me, por favor, o que é que pretendia, como é que isto surgiu e quais foram os resultados alcançados?

GS - A ideia é muito simples, o antigo Reitor de Angola, o Leitão, e o antigo, que depois foi Embaixador de Angola nas Nações Unidas em Genebra, o Martins, em que me puseram o problema da reorganização da Escola Superior Africana. Evidentemente que apareceu aí duas coisas fundamentais, a perspectiva da projecção de uma universidade modernizada em que indivíduos da escola do Porto, que fizeram um excelente trabalho de reorganização da Escola Superior de Angola (não me lembro do nome deles) mas o importante foi que nós verificamos que era fundamental a divulgação do colégio português. E a Professora Maria de Lurdes propôs-me uma formação de formadores que foi excelente (aliás, você já contactou com ela e ela dir-lhe-á, melhor do que eu as motivações e as fundamentações da formação de formadores). Eu considero como o problema mas puro e mais perfeito de toda a colaboração portuguesa, foi a projecção de Angola na modernidade tecnológica da informação, na modernidade tecnológica da internet, na modernidade das tecnologias informáticas e na questão da afirmação de Angola com a formação de todos os engenheiros informáticos de Angola que nós conseguimos. *** desenvolvimento de Angola. *** como professor a Graça

Martins e a Madalena *** foram dois indivíduos excepcionais que foram os dois os iniciadores a da informática em Portugal.

JB - Então e outras acções que foram lançadas por si, eu pelo menos tenho essa ideia, algumas foram concretizadas, outras não, dir-me-á as que foram e as que não foram e, no seu entender, porque é que não foram. Tenho ideia do serviço cívico...

GS - Esse é excelente, essa é uma historia um bocado complicada. Quando estava em Madrid, no tempo ainda do Marcelo Caetano, eu tinha tido várias relações por causa da ligação de Portugal com a Espanha do ponto de vista da NATO, e tínhamos recebido *** e veio de Portugal, na altura o Major Pedro Cardoso para encontros com ***. Ele deve ter reparado (não sou eu que o digo, foi ele que o disse) quando chegou a Lisboa, que não era necessário regressar a Madrid na medida em que havia lá um jovem diplomata chamado Gaspar da Silva que podia manter essa ligação. E assim fui nomeado pelo *** Nogueira para uma ligação com o ***. De maneira que só consegui ter um certo *** nas preparações da visita dele a Lisboa com o Salazar exclusivamente pelos telefonemas que tinha com o Pedro Cardoso que me dizia como devia actuar. Ora isso deu uma grande dose de afectividade entre mim e o Major e o General Pedro Cardoso e depois o Secretário do Spínola em Angola e, mais tarde, o Pedro Cardoso como responsável do Exército Português, nessa altura já era Secretário de Estado. Fui ter com ele e disse-lhe "toda a gente fala aí em acabar com o serviço militar obrigatório, Pedro Cardoso, porque é que não arranjamos uma coisa *** porque é fundamental que haja uma ligação obrigatória para que o *** português se sinta ligado a esta terra e substituir o serviço obrigatório por um serviço de cooperação". Ele ficou encantado com a ideia e chamou o seu assessor que era o *** Carneiro que tinha sido meu alferes quando eu tinha feito a minha passagem no Ministério em Mafra como candidato oficial ***. E o *** Carneiro fez um relatório para o Pedro Cardoso do ponto de vista do *** dessa ideia. Com a minha ida para Paris ***. Ora, na altura era fundamental, não era a questão de o serviço militar ser substituído pelo ***, é uma questão filosófica que é na projecção transcendental da ética de ter um cordão umbilical de responsabilidade de cada cidadão em relação à sua terra, isso para mim era fundamental e o Pedro Cardoso percebeu isso.

JB - Seriam os agentes da portugalidade digamos assim...

GS - Com a minha ida, hoje o Excelentíssimo Director da Europa Durão Barroso esteve-se perfeitamente nas tintas, como esteve para tudo.

JB - Na sua altura os cooperantes ainda foram aqueles que mantiveram a nossa ligação.

GS - Outra coisa fundamental é que eu de acordo com o Gama fiz um decreto em que determinei a criação do aviso de cooperação junto dos países luso ***.

JB - Então começou nessa altura a ser preenchido o quadro dos *** da cooperação. Os primeiros foram quem?

GS - *** era uma mulher excelente, com uma capacidade extraordinária que foi, salvo erro, para a Guiné.

JB - A ideia da avaliação também acabou por não me falar...

GS – É curioso como o nosso querido e amigo e Ministro Gama, ele e o *** Barroso dos melhores Ministros de Portugal, ia muitas vezes para fora e eu ia dezenas de vezes representar o Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Conselho de Ministros e aí falei da avaliação. Ele quase que me ia insultando, só houve um indivíduo que ficou a meu favor que foi, na altura, o antigo Ministro da Cultura Pedro Martins. *** a avaliação era fundamental.

JB - E hoje está provado que sim mas também não foi nada avante.

GS - *** eu tinha as melhores relações com os brasileiros, falámos imensamente na possibilidade de uma questão conjunta de desenvolvimento lusófono e o Embaixador do Brasil disse-me "eu já mandei o relatório para Brasília *** de acordo em receber do ponto de vista daquilo que você me disse" *** teve uma ideia que não é minha, que era de um antigo Ministro do Trabalho do Governo do PSD, Luís *** que era a conjunção do nosso o trabalho e dos países africanos. Ora *** tinha-me mandado um livro e eu tinha falado com ele *** era fundamental irmos a Brasília resolver esse problema porque infelizmente nós não tínhamos capacidade financeira para manter e desenvolver a formação de tipos *** de forma política e ética e sobretudo profissional com essas colónias, hoje de países soberanos, e nessa altura estava já numa questão de desenvolvimento, havia a possibilidade de o Brasil nos ajudar. Felizmente que o Embaixador *** disse-me "Luís, tenho já a questão de Brasília resolvida que vos convida para vocês irem para o Brasil. Quem é que tu queres levar?" e eu disse "eu acho que tenho que levar o Almeida Azevedo" (que tinha sido meu colega em Coimbra quando era estudante) mas sobretudo era fundamental levar *** africano. Ora eu tinha as minhas relações com o *** se determinar ou se pensar como representante de África desse tipo de relação. Fomos a Brasília, convidados pelos brasileiros, eu como Secretário de Estado ***, o Almeida Azevedo como Ministro do Trabalho, o Costa Oliveira como Director do Instituto *** Económica e o *** como representante de África, fomos recebidos de um maneira excelente, simplesmente com a perda das eleições do Partido Socialista, Sua Excelência Durão Barroso não continuou com este tipo de acção. Na minha opinião, tinha sido excelente temos tido um denominador comum de entendimento entre nós e o Brasil para a preparação de uma conjunção colectiva da preparação do trabalho entre Portugal e Angola.

JB - Nessa altura diz-me que era Secretário de Estado da Cooperação mas o Almeida Azevedo não era Ministro nesta altura, ele não era do PSD? Então como é que ele era Ministro no governo do Mário Soares? O Sr. Embaixador como secretario de estado não foi no governo do Mário Soares?

GS - Foi na altura do bloco central.

JB - Passava agora para outra questão, penso que foi o iniciador da formação diplomática e consular, como foi isso?

GS – c

Como já lhe disse, eu tinha as melhores relações com o Machel e um dia falando com ele já no novo edifício, falámos da preparação fundamental dos nossos quadros dos novos países. Aí o erro total de Portugal (e isto é uma coisa que me dá imenso orgulho) que todos os países da lusofonia, o Machel disse-me que era fundamental mas, no outro dia quando falámos nisso, o Sr. Presidente disse-me que já tinha mandado os seus quadros para a Nigéria. Cheguei a Lisboa e ligo ao Gama, o Gama completamente de acordo, meti-me num

avião e fiz uma viagem por todas as ex colónias portuguesas. Quando cheguei a Portugal fiz o relatório e instituí esse Instituto ali com o meu amigo *** dos Negócios Políticos que me disse *** simplesmente uma coisa curiosa *** . E nessa altura como Ministro o "monhé" (continuo a chamar-lhe monhé) não me deu possibilidade para ir a um sitio para fazer isso. O Marques Noronha disse que resolvia o problema, e resolveu, resolveu o problema arranjando no Convento do Carmo uma sala em que eu pagava 3 contos por mês para ter os nossos africanos a serem educados ou elucidados das novas técnicas diplomáticas. Quem veio primeiramente não foram os nossos africanos (quando digo nossos é do ponto de vista *** e não do ponto de vista político ou colonial) quem vieram foram zimbabuanos porque isso era de tal maneira importante do ponto de vista político que os zimbabuanos mandaram mesmo.

JB - À pouco esqueci-me de lhe perguntar uma coisa, dado o êxito do programa de formadores e do EDI, porque é que isso não foi aplicado a outros países para além de Angola?

GS - Essa pergunta deve ser feita ao Durão Barroso. Eu antes de ir para Paris o Durão Barroso disse-me para ir ao gabinete dele e eu expliquei-lhe todas as minhas diligências e influências em África e mais do que isso, indiquei-lhe os nomes das pessoas em todas as ex colónias que tinham ligações connosco. Mais tarde, em Roma, ele explicou-me que não tinha feito isso dada a importância política das relações e das guerras em Moçambique e em África que tinham obrigado a ***.

JB - Falta agora falar de outra medida tomada por si que me parece de grande alcance, as relações com a Cruz de Malta.

GS - Eu tinha todo o interesse em ter as melhores relações com as organizações não governamentais, como tive com a *** e através do Marques de Noronha, que era (ou é) um elemento da Cruz de Malta, dizer da possibilidade de Malta de nos ajudar nas cooperações africanas. Fiz uma reflexão acerca desse problema, informei-me e cheguei à conclusão que a Cruz de Malta podia ajudar a cooperação portuguesa. O Marques de Noronha deu-me a possibilidade de entrar em contacto com um indivíduo do Porto (que agora não me recordo do nome) que era um dos chefes da Cruz de Malta que depois me ligou com um indivíduo que era o "Ministro dos Negócios Estrangeiros" o Conde Pierre Don. Falei não só com o Gama mas com o General Eanes e foi fundamental fazer uma ligação não só de tratado com a Cruz de Malta do ponto de vista de cooperação mútua em África mas também a vinda para Lisboa do Príncipe da Cruz de Malta (não me recordo do nome dele). Assim foi. Isto foi de tal maneira importante que os países europeus, sobretudo a França, que um Embaixador (não me recordo do nome) escreveu um livro acerca dos chefes de gabinetes dos Ministros. Tive a gentileza de lhe dar todos os elementos da nossa ligação com a Cruz de Malta porque ele ia tentar resolver esse problema da mesma forma que nós tínhamos feito entre a França e a Cruz de Malta. Assinou-se esse tratado, o Príncipe veio cá a Portugal, recebido pelo Eanes, e o que é certo é que a Cruz de Malta montou em todas as colónias uma assistência fundamental do ponto de vista sanitário, de hospitais, de tendas, que foram fundamentais do ponto de vista da sanidade das colónias portuguesas.

JB - E os médicos eram portugueses?

GS - Já não me recordo. O que importa é a ligação entre nos e a Cruz de Malta do ponto de vista da saúde pública de tal maneira que a França tentou fazer o mesmo.

JB - Foi também em outras áreas ou só ao nível da saúde?

GS - Só ao nível da saúde.

JB - Iria agora perguntar-lhe, não sei se não se lembra de mais alguma medida tomada de alcance importante, caso contrário iria passar para a "outra face da moeda": contenciosos que tenha encontrado e que tenha sido capaz de resolver e outros que ficaram pendentes, lembra-se?

GS - O contencioso que foi tremendo, o contencioso do pagamento das nossas responsabilidades com o porto da praia em Campo Grande. Aí foi o Costa Oliveira que de uma maneira excelente pôs o dinheiro do seu conjunto orçamental para pagar todas as de *** de Portugal no ***. Outro que foi mais chato, que eu reagi de uma maneira total, que foi o das estátuas portuguesas em Angola e Moçambique. Em Angola resolveu-se o problema na medida em que as estátuas foram todas para uma fortaleza (não sei se continuam lá mas de qualquer maneira não foram destruídas), as de Moçambique foram bem guardadas. O terceiro contencioso foi com o Secretário de Estado e as antigas colónias, foi o problema dos cooperantes. Não entendia de maneira nenhuma como é que em Cabo Verde o problema tinha sido resolvido, porque uma pessoa não faz ideia o que foi a administração extraordinária dos cabo verdianos. Contrariamente àquilo que acontecia em São Tomé e na Guiné em que determinaram que determinaram que os nossos cooperantes estavam *** e rapidamente em São Tomé numa iniciativa tomada não por mim mas pelo Secretário de Estado da altura e eu mantive a mesma ligação e a mesma atitude na Guiné porque você não faz ideia da maneira vergonhosa como os nossos amigos africanos determinavam as instalações dos nossos cooperantes e com a atitude que eu mantive (não é minha) foi uma cópia que eu fiz da atitude do *** : " ou vocês sobem isto ou eu acabo com ***".

JB - A luta dos cooperantes contra os *** já vinha desde o tempo anterior.

GS - Na altura já tinha sido descoberto em São Tomé e eu segui o mesmo sentido de limite porque tinha resultado em São Tomé e eu segui com o mesmo radicalismo na Guiné.

JB - Fale-me de outro assunto que me parece que também é importante, a questão das rotas em São Tomé.

GS - Tem que ser uma coisa com uma conversa anterior. Eu já não me recordo do nome do Embaixador de Portugal em São Tomé nessa altura que também tinha relações com o Pinto da Costa. Fui jantar convidado pelo presidente ou Embaixador e ele disse que estava muito preocupado porque a vinda dos coreanos que tinham sido contratados para tratar do *** estava a resultar de uma maneira miserável.

JB - Mas isso era os norte coreanos não era?

GS - Sim. Os norte coreanos ou os ilustres engenheiros agrónomos norte coreanos tinham cortado nas árvores e tinham feito desaparecer a protecção do ***. Daí que queriam saber *** entrava a luz do sol pelas árvores que *** eu disse ao Presidente "Sr. Presidente, não faço a mínima ideia mas quando chegar a Portugal vou-me informar". Cheguei a Portugal e falei com o Mendes Parrão e ele disse-me "é facilimo", e o que é certo é que em menos de um mês o problema ficou resolvido, o Mendes Parrão resolveu o problema em relação a São Tomé, ora isso deu-me uma clara *** em relação aos são tomenses porque mais tarde eles vieram dizer-me "as coisas estão a correr mal do ponto de vista económico, o preço do cacau está a descer, não temos a

capacidade de manter a mesma ordem de grandeza que vocês tinham no tempo colonial, é fundamental resolver o problema e estamos a pensar privatizar as ***". Cheguei a Portugal e falei com o meu chefe de gabinete *** disse-lhe "tu disseste-me que tinhas uma relação com *** dos açúcares *** no cacau".

Entrevista com o ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Emb. Paulo Manuel Lage David Ennes, na Av. 5 de Outubro em Lisboa.

JB: Paulo Ennes quero agradecer-lhe a gentileza que teve em conceder-me esta entrevista, no seu gabinete, para efeitos da minha tese de doutoramento relativa ao tema da Descolonização às Origens da Cooperação. Hoje que é dia 20 de Maio de 2013 e eu começaria de seguida por lhe perguntar se recorda quais os Governos e as respectivas datas e em que qualidade neles participou porque em alguns foi como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, noutro foi como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, salvo erro...

Ennes: Exacto.

JB: Por isso eu precisava de aceder a isto.

Ennes: Ora bem, o primeiro que foi o I Governo Presidencial do General Ramalho Eanes em que foi nomeado Primeiro-Ministro o Engenheiro Nobre da Costa e nessa altura fui nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, aliás, à semelhança do meu antecessor que era o Doutor João Lima.

JB: Portanto, o I Governo de nomeação presidencial que corresponde ao III Governo Constitucional.

Ennes: Nobre da Costa.

JB: Nobre da Costa. O Carlos Gago era o Ministro...

Ennes: Carlos Correia Gago era o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

JB: E o Senhor Doutor?

Ennes: Eu era Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

JB: É isso mesmo. Já agora, esteve durante toda a legislatura?

Ennes: Não porque o Governo não teve aprovação da Assembleia da República e caiu.

JB: Sim, caiu, eu tenho aqui a 22 de Novembro de 78.

Ennes: Caiu e foi nomeado o Professor de Coimbra.

JB: O Mota Pinto. A minha pergunta ainda relativamente a este III Governo Constitucional era o seguinte, aparece-me na lista dos Ministérios na Internet, uma segunda vez, em 78/79 o Doutor Medeiros Ferreira como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Isto bate certo?

Ennes: Eu posso dizer-lhe depois do Ministro dos Negócios Estrangeiros, eu tenho aqui a lista...

JB: Ele foi Ministro...

Ennes: Tive a ver aqui há pouco...

JB: Com o I Governo Constitucional...

Ennes: Era o Freitas Cruz... Estamos em ...

JB: No primeiro Governo Constitucional foi o Mário Soares...

Ennes: O Medeiros Ferreira foi Ministro em 23 de Julho de 76 e entretanto tinha sido Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros com o Melo Antunes, a 26 de Setembro de 1975.

JB: Isso mesmo. Portanto, Melo Antunes era o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Ennes: Era e tinha mais dois Secretários de Estado que era o Doutor Machete, para a Emigração, Secretário de Estado da Emigração. E deve ter sido substituído um ano depois pelo Sérvulo Correia, advogado. José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia em 14 de Janeiro de 76. O Machete terá saído por qualquer motivo que eu não me recordo e foi substituído. E o Medeiros Ferreira só foi nomeado Ministro em 23 de Julho de 76.

JB: Sim, 76. Disse-me que ele teve dois Secretários de Estado...

Ennes: Quem? O Medeiros Ferreira?

JB: O Melo Antunes.

Ennes: O Melo Antunes teve dois Secretários de Estado.

JB: Foi o Secretário de Estado da Imigração...

Ennes: E o dos Negócios Estrangeiros e o da Emigração foi substituído.

JB: Que era o...

Ennes: O Medeiros Ferreira. E o da Emigração foram dois porque foi substituído o Machete pelo Sérvulo Correia.

JB: Depois, no I Governo Constitucional, era o Mário Soares Primeiro-Ministro, o Medeiros Ferreira o MNE...

Ennes: Só um momento, no primeiro...

JB: No I Governo Constitucional...

Ennes: Foi o Doutor Mário Soares e foi o Professor Campinos o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

JB: E o Medeiros Ferreira era o Ministro...

Ennes: Não, não, era o Mário Soares.

JB: O Mário Soares foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Ministro ao mesmo tempo?

Ennes: Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em 74. Não, ele não era Primeiro-Ministro.

JB: Não, eu digo no I Governo Constitucional.

Ennes: Agora já não sei qual foi o I Constitucional.

JB: Porque o I provisório foi, de facto, o Mário Soares como Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Jorge Campinos.

Ennes: Depois foi substituído pelo Melo Antunes.

JB: Pois, isso mesmo.

Ennes: Que teve como Secretário de Estado da Cooperação Externa, foi na altura em que eu o conheci, em 26 de Março de 75, o Jorge Sampaio.

JB: 26 de Março de 75, ainda no IV Governo Constitucional.

Ennes: E o do V, que durou pouco tempo, o famoso Verão de 75, foi o Mário Ruivo.

JB: E este Secretário de Estado da Cooperação Externa?

Ennes: Exactamente.

JB: O MNE estava adstrito ao Melo Antunes.

Ennes: Estava. O Melo Antunes era o Ministro e o Jorge Sampaio foi Secretário de Estado da Cooperação Externa dele.

JB: Isso mesmo. E depois e em Dezembro...

Ennes: Depois foi o Mário Ruivo, nomeado a 8 de Agosto de 75, no chamado Verão Quente, antigo Secretário de Estado das Pescas.

JB: Isso mesmo. E o Secretário de Estado? Não tinha?

Ennes: Não, não teve. Depois o Melo Antunes foi nomeado novamente Ministro em 19 de Setembro de 75.

JB: Isso mesmo, 19 de Setembro de 75. E aparece aí pela primeira vez e única o Ministro da Cooperação que foi o Vítor Crespo. Com Secretário de Estado da Descolonização...

Ennes: Vítor Crespo era o Almirante?

JB: Sim, era o Almirante. Que era o João Cristóvão Moreira e o Secretário de Estado da Cooperação que foi o Gomes Mota. O Gomes Mota resignou depois em Março de 76.

Ennes: Isso já não tenho ideia, era outra pasta...

JB: Depois o Almeida e Costa ficou interinamente a substituir o Pinheiro de Azevedo quando entretanto houve problemas no Governo e o Almeida e Costa assegurou até às eleições. Depois no Primeiro Governo Constitucional, então o Mário Soares é Primeiro-Ministro e o Medeiros Ferreira, em 23 de Julho de 76...

Ennes: Exactamente é Ministro dos Negócios Estrangeiros e teve só um Secretário de Estado que foi o Doutor João Lima, João Alfredo Félix Vieira Lima.

JB: João Lima, Secretário de Estado da Emigração e dos Negócios Estrangeiros.

Ennes: Digamos dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, pelo menos era o título que aqui figura.

JB: Vem o II Governo Constitucional, o Governo do Bloco. Mário Soares é Primeiro-Ministro e é substituído o Medeiros Ferreira pelo Vítor Sá Machado, é isto?

Ennes: O Vítor Sá Machado foi Ministro dos Negócios Estrangeiros.

JB: Está certo então.

Ennes: Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em 30 de Janeiro de 78.

JB: Eu tinha aqui 23 de Janeiro o Mário Soares...

Ennes: O Mário Soares foi interino, a 17 de Outubro de 77. Estes dados dados devem ser fidedignos.

JB: Com certeza. E foi interino...

Ennes: Como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

JB: Então era Primeiro-Ministro e assumiu a pasta...

Ennes: Muito possivelmente terá sido isso...

JB: Eu também tinha isso aqui, risquei e pus Medeiros Ferreira. Houve qualquer coisa que o Medeiros Ferreira saiu.

Ennes: O Medeiros Ferreira saiu quando foi nomeado o Mário Soares em 17 de Outubro de 77. Não havia Secretário de Estado nessa altura e o Sá Machado foi nomeado Ministro a 30 de Janeiro de 78.

JB: Mas o João Lima continuou como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração?

Ennes: Não, não consta aqui.

JB: Então saiu quando saiu o Medeiros Ferreira, pelos vistos.

Ennes: Sim, deve ter saído. Eu recorro-me que o meu antecessor na Emigração foi o João Lima mas possivelmente terá havido este teatro, não é, de uns meses.

JB: Pois, é natural. Bem, então no II Governo Constitucional, aí já aparece o Senhor Doutor, no Governo de Mário Soares, Vítor Sá Machado e Secretário de Estado...

Ennes: O Ministro foi o Correia Gago, o meu Ministro dos Negócios Estrangeiros, o primeiro, Carlos Correia Gago.

JB: Pois, o Senhor Doutor não esteve com o Vítor Sá Machado?

Ennes: Não, não. O Vítor Sá Machado estive com ele no Liceu, fomos colegas de camarata em Sá da Bandeira, em Angola.

JB: Mas como Ministro não.

Ennes: Como Ministro não.

JB: Já agora só lhe peço que me confirme aí o seguinte, é que eu tenho aqui que o Secretário de Estado da Emigração e dos Negócios Estrangeiros, volta-me a aparecer aqui o João Vieira Lima com o Vítor Sá Machado também.

Ennes: Mas não consta aqui. Normalmente são repetidos os nomes quando eles continuam como Secretários de Estado, mas eu não lhe posso confirmar.

JB: Eu verei isto depois. Depois o III Governo, então, do Nobre da Costa...

Ennes: O Nobre da Costa pois... O Ministro dos Negócios Estrangeiros foi o Engenheiro Correia Gago...

JB: O Doutor Paulo Ennes era Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

Ennes: Eu fui a terceira escolha porque houve dois colegas meus que foram contactados e que não quiseram aceitar, e eu aceitei.

JB: Nessa altura o Doutor Paulo Ennes estava no MNE, não estava?

Ennes: Estava, estava. Eu fui colocado no Ministério em 75, em princípio de 75, posso-lhe dizer que quando eu tinha estado na Tunísia, encarregado dos interesses estrangeiros na Tunísia, e depois creio que foi em Fevereiro de 75 que fui colocado no Ministério. Primeiro fui Chefe da Repartição de Pessoal da Europa e América, depois fui promovido a Director-Geral Adjunto dos Negócios Económicos, encarregado das questões bilaterais e foi nessa situação que eu fui escolhido pelo Engenheiro Correia Gago.

JB: Também era Diplomata, portanto?

Ennes: Sim, eu sou Diplomata do Ministério em 58.

JB: Eu encontrei vários papéis da sua pessoa mas não na qualidade de Secretário de estado ligado a esta área.

Ennes: Aliás devo dizer que foi o período mais interessante da minha vida profissional, foram esses 5 anos, terríveis mas apaixonantes!

JB: Estimulantes...

Ennes: Absolutamente!

JB: Então, Doutor Paulo Ennes, não havia mais nenhum Secretário de Estado naquela altura com o Correia Gago, pois não?

Ennes: Não, fui só eu e depois no Governo seguinte em que o Correia Gago foi substituído pelo embaixador Freitas Cruz, eu continuei também com as duas secções, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Só que depois no Governo da Engenheira Pintassilgo é que o General Ramalho Eanes perguntou o que eu achava sobre o assunto, eu disse-lhe que achava que eram dois sectores muito díspares e que seria vantajoso voltar outra vez e haver um Secretário de Estado da Emigração autónomo. Ele perguntou-me o que é que eu preferiria e eu preferi os Negócios Estrangeiros, e foi nomeado para a Emigração com um grande amigo meu, o Embaixador Mário Neves, jornalista, no Governo da Engenheira Pintassilgo.

JB: Finalmente descubro quem é que era o Mário Neves, eu ia colocar-lhe esta pergunta...

Ennes: Porque havia dois Mários Neves, havia um Mário Neves que era Embaixador de Carreira, cujo filho creio que já está aposentado mas também seguiu a carreira diplomática e havia este, o jornalista, que acompanhou a Guerra Civil de Espanha.

JB: E foi este jornalista...

Ennes: Exactamente! O Embaixador Mário Neves, ele era muito mais velho que eu.

JB: E o Doutor Paulo Ennes ficou como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Ennes: Não consta deste anuário, não encontrei o outro mas enfim. Foi com o Governo da Engenheira Pintassilgo.

JB: Eu tenho aqui, de Julho de 79 a Janeiro de 80 foi Secretário de Estado da Emigração Mário Viçoso Neves.

Ennes: Exactamente.

JB: Depois no VI Governo Constitucional já aparece o Sá Carneiro, Freitas do Amaral...

Ennes: Eu entretanto fui nomeado Embaixador em Bona na Alemanha...

JB: E saiu para o estrangeiro...

Ennes: Sim.

JB: Portanto já não tem conhecimento de quem foi este.

Ennes: Não, não. Quer dizer, lembro-me deles, inclusivamente estiveram todos em Bona logo a seguir.

JB: Por exemplo, eu tenho aqui, o Freitas de Amaral era Ministro dos Negócios Estrangeiros, não tenho os Secretários de Estado. Depois, no VII Governo Constitucional, o Pinto Balsemão substitui o Sá Carneiro, o Gonçalves Pereira, salvo erro, era o Ministro e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros era o Leonardo Matias. Era, não era?

Ennes: Exactamente!

JB: Depois, no VIII Governo Constitucional, o Pinto Balsemão continua e o Ministro (aqui é que eu tenho dúvida) se era o Futscher Pereira ou se era o Gonçalves Pereira outra vez.

Ennes: Eu acho que era o Futscher Pereira, não tenho ideia que o Gonçalves Pereira tivesse continuado. Mas em que data é que...

JB: Na primeira em que ele foi de certeza foi de 9 de Janeiro de 81 a 4 de Setembro de 81. Portanto foi ali 8 meses, 9 meses... Depois o VIII Governo, ainda agora do Balsemão, era de 4/ 9 de 81 a 9/6 de 83, portanto foram 2 anos.

Ennes: Depois de acabarmos a conversa eu vou ver se encontro, tenho a impressão que há um anuário posterior, um anuário do ano em que eu saí do Ministério e aí podíamos confirmar essas alterações.

JB: Lembra-se de quando é que foi criada a Secretaria de Estado da Cooperação? Houve uma primeira com o Ministro da Cooperação, com o Almirante...

Ennes: Eu acho que no Ministério só se começou a falar nisso quando entrou o Doutor Sampaio.

JB: Mas esse era Secretário de Estado da Cooperação Externa mas em 81, foi criada a Secretaria de Estado da Cooperação.

Ennes: Foi. Eu tenho a impressão de que quem foi também Secretário de Estado foi também um colega meu...

JB: O Secretário de Estado foi o Embaixador... foi o Primeiro Director-Geral da Cooperação e depois Secretário de Estado da Cooperação.

Ennes: Sim mas antes disso houve umas missões, até deve ter aí referência a uma coisa chamada MIOC.

JB: Tenho sim senhor, eu também vou-lhe perguntar sobre isso. Vamos então...

Ennes: Deixe-me ver se descubro o nome...

JB: Gaspar da Silva. Eu entrei para o Ministério com o Embaixador Gaspar da Silva, quando ele era Secretário de Estado.

Ennes: Eu estava na Alemanha nessa altura.

JB: Então, vamos avançar. Eu dividi isto por áreas e a primeira área que eu tenho aqui algumas perguntas para lhe fazer é sobre o contencioso. Então a primeira pergunta é: como decerto recordará, as negociações sobre o contencioso bancário com Moçambique foram extremamente difíceis de resolver e atravessaram vários Governos. A situação mais melindrosa aconteceu numa negociação em Moçambique entre o Doutor Jorge Sampaio, já não era Secretário de Estrado da Cooperação Externa, e o Governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira, durante o IV Governo Constitucional de Mota Pinto. Lembra-se disto?

Ennes: Da intervenção do Jorge Sampaio não me lembro, lembro-me da minha e da do Ministro do Comércio, fomos os dois em missão a Moçambique. Eu fui primeiro numa missão exploratória e depois acompanhei o Engenheiro António Barreto.

JB: Eu tenho isto aqui... Eu estava perguntar se se lembrava, se não se lembra... E a pergunta seguinte era: mais tarde, também Álvaro Barreto, Ministro da Indústria, agarrou nas negociações e parece que, sem resolver o contencioso, melhorou bastante as relações. É verdade? Nesta altura fazia parte desta delegação?

Ennes: Fazia parte dessa delegação. Eu fui antes, não me recordo em que data, mas um par de meses antes, eu fui a Moçambique acompanhado por um colega, fomos só os dois e tínhamos uma missão exploratória. Eu recordo-me de que tive lá umas conversas com o Chissano (nessa altura creio que era o Ministro dos Negócios Estrangeiros) e essas conversas, a minha ideia é que foram bastante produtoras. Depois regressei a Lisboa e então o Primeiro-Ministro decidiu nomear-me como Chefe da Missão que iria tratar do contencioso com Moçambique, com o Ministro da Indústria. Teve várias reuniões lá no Ministério dos Negócios Estrangeiros e então foi uma missão maior em que eu também participei em Moçambique. Essa missão correu muito mal, uma missão chefiada pelo Álvaro Barreto, correu muito mal porque enquanto nós lá estávamos, inclusivamente, foi anunciado o fuzilamento de um cidadão português.

JB: Então é ao contrário do que aqui diz.

Ennes: O que é que aí diz?

JB: Porque eu disse-lhe: agarrou nas negociações e parece que, sem resolver o contencioso, melhorou as relações...

Ennes: Não, não, pelo contrário, inclusivamente o Álvaro Barreto “deu um murro na mesa” e abandonámos as negociações.

JB: Então quer dizer, houve a do Sampaio que correu mal, depois foi o Senhor Doutor...

Ennes: Não, não foi propriamente negociar, foi preparar essa continuação.

JB: Veio o Álvaro Barreto e a coisa correu muito mal...

Ennes: A coisa correu muito mal outra vez.

JB: E depois, a seguir?

Ennes: Depois eu deixei de ser Secretário de Estado.

JB: Não voltou lá?

Ennes: Não, não voltei lá.

JB: Eu tenho aqui uma em que o Senhor Doutor Paulo Ennes foi lá com o Doutor Paulouro das Neves e o Costa Oliveira.

Ennes: Exactamente, foi nessa missão de preparação.

JB: Está bem... Que depois levou a que assim fosse o...

Ennes: Dois elementos fundamentais, tanto o Paulouro como o Doutor Costa Oliveira. Por acaso o Senhor Doutor prometeu-me no outro dia dar-me o número de telefone dele, eu gostaria muito de o contactar, esse é um homem notável.

JB: Logo à noite ou amanhã dou-lhe o telefone dele.

Ennes: Eu não estive mais envolvido em negociações com Moçambique, se eu me recordo enquanto fui Secretário de Estado da Cooperação só tive uma missão, a primeira Comissão Mista com a Guiné, correu muito bem por acaso, foi uma missão muito grande, era Presidente o...aquele senhor Cabo-Verdiano...

JB: O que era Secretário-Geral do PAIGC e que depois foi Presidente...

Ennes: Exactamente.

JB: O Aristides Pereira?

Ennes: Não, não.

JB: Não foi o Aristides Pereira? Bem, adiante...

Ennes: E depois tive ainda uma outra missão, só tive duas. Foi essa da Guiné.

JB: Presidente não poderia ser o Aristides Pereira, o Aristides Pereira foi de Cabo-Verde, da Guiné foi o Luís Cabral.

Ennes: Luís Cabral, exactamente. Essa correu muito bem, inclusivamente, eu tinha lá o Ministro da Cooperação do Luís Cabral, ele tinha sido meu colega na faculdade, já morreu também, o José Eduardo Figueiredo Araújo. E depois também iniciei a primeira Comissão Ministra com Angola mas depois fui substituído pelo próprio Freitas Cruz, ele tinha uma magnitude grande e ele assumiu a presidência da Delegação Portuguesa. E depois não me recordo de ter... enfim para além do trabalho de coordenação que nós tínhamos em Lisboa e que era uma grande trapalhada porque o Ministério da Coordenação Interterritorial foi desmembrado, uma série de serviços passaram para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, outros passaram para o Ministério da Educação, nessa qualidade eu recordo-me de ter colaborado até muito com o

Engenheiro Valente de Oliveira que era o Ministro da Educação nessa altura. E fiquei com organismos muito estranhos como o Instituto do Café e o Instituto da Cooperação (esse sim, esse tinha importância com o Costa Oliveira), tinha também a Direcção-Geral de Minas com o Engenheiro Cabral de Moncada para me fazer a “vida negra”.

JB: Havia o Plano do Zambeze

Ennes: Sim, havia uma série de coisas mas estava tudo aí espalhado por Lisboa, era uma confusão tremenda.

JB: Isto faz-me recordar, já aqui referiu várias vezes que encontrou nos nossos parceiros Africanos vários que foram seus colegas, isto leva-me àquela pergunta de que, de facto, na primeira fase da cooperação, esta que nós agora estamos a estudar, era uma cooperação um pouco casuística, um pouco feita do nacional porreirismo porque encontravam os amigos, os amigos pediam...

Ennes: O que acontece é o seguinte, é que eu fiz a parte final do meu Liceu fi-la em Angola porque o meu pai era funcionário da Administração Ultramarina, de maneira que eu no Liceu tive colegas que depois encontrei no lado oposto. Por exemplo, no meu primeiro posto, fora de Lisboa, em 1960, foi na República do Congo Brazzaville, que fica a paredes meias com o antigo Congo Belga, não é? Bastava atravessar o rio e eu encontrava-me constantemente com tipos que estavam no MPLA, encontrávamo-nos no barco a atravessar e, naturalmente já não podíamos ter as mesmas conversas de antigamente mas mantivemos sempre o tratamento por “tu” e uma boa amizade. O Figueiredo Araújo que era, esse também foi meu colega até ao 5º ano da faculdade, depois estava também ali metido na Casa dos Estudantes do Império, acabou por não concluir o curso, fugiu para a Rússia e formou-se lá e depois vim a encontra-lo como Adjunto do Luís Cabral em Moçambique, isso facilitava algumas coisas...

JB: Pois claro, e não lhe acontecia às vezes virem diretamente a ter consigo e pedir-lhe alguns...

Ennes: Nunca me pediram nada, abordavam-me com uma grande reserva...

JB: Isso era conhecido...

Ennes: Era, era mas havia uma desconfiança porque naturalmente eles sabiam que eu não podia falar livremente. Mas enfim, as coisas pelo menos passavam-se, em certos aspectos, com alguma cordialidade.

JB: Então agora ia passar para a segunda questão antes de chegar ainda à cooperação verdadeiramente que é a questão da diplomacia paralela. Julgo não ter estado no Governo quando o Presidente Ramalho Eanes acalmou as relações com Angola com o encontro de Bissau, pois não? Nessa altura não estava porque era altura do Ministro Vítor Sá Machado, portanto nessa altura não estava no Governo. Mas quer comentar este facto histórico uma vez que também contribuiu antecipadamente para este encontro que teve na Guiné? Eu li entrevistas suas dizendo que as coisas estavam muito bem encaminhadas...

Ennes: Na Guiné sim...

JB: E portanto, como o Luís Cabral teve muita importância para esta aproximação, o que é que se lembra deste facto?

Ennes: O Senhor Doutor pronunciou a palavra da Diplomacia Paralela e eu recordo-me que, nessa altura, havia muita especulação sobre a posição do Presidente da República, do General Ramalho Eanes, que eu acho que foi sempre extremamente positiva porque ele de facto tinha boas relações com muitos dos protagonistas africanos e, que eu me recorde, em nada afetou o funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros nem a ação do respetivo Ministro. Mas esse tema era muito popular na opinião pública, inclusivamente, eu até me recordo que depois da nossa vinda, minha e do Engenheiro Álvaro Barreto, de Moçambique, fomos entrevistados pela televisão pública e começaram por nos pôr uma série de perguntas e tal, previamente, a que o Engenheiro Álvaro Barreto respondeu, eram questões relacionadas com a nossa missão e depois, no fim, o jornalista (já não me lembro quem era) pergunta “então isso, a ação do General Ramalho Eanes não traduz uma atividade de diplomacia paralela?”, o Álvaro Barreto disse “o Secretário de Estado responde” e eu disse que não, que não tinha essa opinião, que tinha havia sempre uma boa colaboração entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o General Ramalho Eanes. Mas não há dúvida que o General Ramalho Eanes teve uma posição fundamental, eu até me recordo que depois dessa vinda de Moçambique tivemos uma reunião com o Doutor Costa Oliveira para saber exatamente quais seriam as sequelas do fracasso dessa missão a Moçambique e foram aprovadas uma série de medidas, aliás, na sua maioria sugeridas pelo Costa Oliveira, isto no Gabinete da Presidência da República. Portanto, não há dúvida que o Presidente teve uma intervenção decisiva nesse processo, mas sempre com o conhecimento do Ministro.

JB: A pergunta seguinte já me respondeu. O Doutor Costa Oliveira contou-me que qualquer missão antes de ir para África discutia ponto por ponto na Presidência e no regresso o chefe da missão passava obrigatoriamente por Belém para informar o Presidente.

Ennes: Pelo menos no que me diz respeito foi assim que decorreu.

JB: Então depois que voltou ao Governo e à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros no âmbito da cooperação, teve contactos estreitos com o Presidente da República?

Ennes: Não posso dizer que estreitos mas tive contactos muito cordiais sempre que o Presidente queria falar comigo.

JB: Nessa altura assumia já a pasta da cooperação porque aqui não havia pasta da cooperação era o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros que assumia...

Ennes: Sim, sim, sim. Já me recordo quando foi a segunda missão a Moçambique mas logo a seguir o Governo caiu, foi substituído pelo Governo da Engenheira Pintassilgo para a preparação das eleições e durante esses 3 meses tenho a impressão que do ponto de vista da Cooperação não se fez grande coisa.

JB: Não se fez mais nada?

Ennes: Não sei, não posso afirmar.

JB: Portanto quando foi com o Álvaro Barreto foi já no final da legislatura do Mota Pinto?

Ennes: Sim.

JB: Com o Freitas Cruz. Sim senhor. O Acordo Geral de Cooperação com Angola foi assinado em Bissau, em 26 de Junho de 78, com a célebre Cimeira de Bissau, e só vem a ser publicado em Diário da República a 24/7 de 79, com certeza que se deve lembrar disto porque apanha o seu período. Porque é que demorou um acordou tão importante, como parte tão difícil, recorde que os outros Acordos Gerais de Cooperação, todos com as outras ex-colónias foram celebrados em 75, com Angola só foi em 78 e depois demorou um ano a ser rubricado. Com este atraso voltou a desconfiança que já tinha sido eliminada entre Agostinho Neto e o Ramalho Eanes.

Ennes: Confesso que não lhe posso responder a essa pergunta, não me recordo. A única coisa de que me recordo é que houve efetivamente uma reunião importante aqui em Lisboa no Ministério dos Negócios Estrangeiros justamente talvez até para, como direi, refrescar esse acordo. As primeiras reuniões até foram presididas por mim e depois, como lhe disse há pouco, foi o Embaixador Freitas Cruz quem assumiu a Presidência da Delegação Portuguesa. Se bem me recordo parece-me que a coisa correu bastante bem nessa altura, não lhe posso dar mais pormenores.

JB: Vamos agora à Cooperação. Como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, do I Governo Constitucional com o Ministro Medeiros Ferreira, recorda-se certamente...

Ennes: Não, com o Medeiros Ferreira não.

JB: Não foi com o Medeiros Ferreira?

Ennes: Não, não.

JB: Pois não porque só entrou no III Governo com o Gago, há aqui um lapso qualquer. Então isto que eu ia perguntar esqueça, foi noutra era, com o Medeiros Ferreira. Lembro-me que nesta altura havia uma série de organismos no MNE a tratar de assuntos da Cooperação, havia bastantes. Inclusive havia o António Leite Cruz lembra-se? Não era o Ministro.

Ennes: Não, não, nem sei se ele ainda é vivo. Era um senhor bastante mais velho do que eu, por acaso tive há pouco a ver a biografia dele.

JB: O Medeiros Ferreira tinha feito um despacho em que ele superentendia ao funcionamento de todos os organismos.

Ennes: Ele fazia a coordenação dos vários organismos, de um organismo que se denominava MIOC. Deixe-me ver, António de Almeida Leite Cruz, ele nasceu em 24, tinha mais 11 anos que eu. A missão chamava-se Missão Integradora dos Organismos de Cooperação e ele foi nomeado a 1 de Setembro de 76, era o chefe desta missão.

JB: Em 78, apesar de todas estas tentativas de reorganizar os serviços internos, eu tenho aqui que em Outubro de 78, já no III Governo de Iniciativa Presidencial, que é quando o Senhor Doutor aparece, ainda estava em funcionamento esta MIOC.

Ennes: Estava mas ele foi substituído por um outro colega meu chamado Matos Parreira que já faleceu.

JB: O Matos Parreira, eu tenho aqui, que era o Director do Gabinete Coordenador da Cooperação.

Ennes: Eu acho que ele continuava a chamar-se Missão Integradora.

JB: A Missão Integradora era outra, integrava todos os organismos incluindo o Gabinete Coordenador da Cooperação.

Ennes: Sim, então era.

JB: O Matos Parreira substituiu, salvo erro, o Embaixador Fernando Reino, foi o primeiro logo quando foi criado o Gabinete Coordenador da Cooperação.

Ennes: O Fernando Reino, exactamente, tem toda a razão.

JB: Final de 74.

Ennes: Inclusivamente, eu recordo-me que houve uma reunião lá no Ministério, creio que ainda no tempo do Doutor Medeiros Ferreira, portanto eu não tinha funções no Governo. E o Doutor Medeiros Ferreira chamou todos os Directores Gerais e Directores Gerais Adjuntos para discutir esse tema. O Fernando Reino apresentou um esquema de coordenação que eu, francamente não me recordo bem qual era, mas era uma coisa muito complicada em que os vários organismos despachavam com vários Directores Gerais, segundo se tratassem de questões políticas ou económicas. Isso inclusivamente provocou um incidente pessoal entre mim e o Fernando Reino, somos muito amigos, eu inclusivamente até substituí o Fernando Reino na Tunísia em 70 ou 71, e o esquema do Fernando Reino não foi aprovado e foi aprovada uma sugestão muito mais simples apresentada pelo Embaixador Humberto Morgado que era o Director Geral dos Serviços Centrais. Não se lembra dele?

JB: Não.

Ennes: Humberto Morgado foi, para mim, um dos maiores funcionários diplomáticos daquele Ministério.

JB: E ele era Diplomata?

Ennes: Era Diplomata e era comunista mas era um homem absolutamente notável. O pai dele já tinha sido Diplomata, Vasco Morgado, eu ainda o conheci.

JB: Isto é interessante porque eu tenho esta pergunta mas como lhe disse houve aqui um equívoco, pensava que tinha trabalhado com o Medeiros Ferreira mas claro que não.

Ennes: Trabalhei muitos mas em outras áreas, como na Europeia. Inclusivamente, acompanhei o Medeiros Ferreira uma data de vezes em missões à América do Sul e na Europa.

JB: Eu tenho aqui, no Despacho datado de 30 de Julho de 76, enviado através do Ofício tal tal tal, assinado pelo Chefe do Gabinete do MNE o Eduardo Paz Ferreira, uma semana depois de o Governo tomar posse, o Medeiros Ferreira conferia ao Doutor Fernando Reino a competência e poderes necessários para levar a efeito toda e qualquer diligência com vista à organização do Sector da Cooperação Internacional no âmbito do MNE. Cá está aquilo que me acabou de dizer.

Ennes: Sim, ainda no tempo do Medeiros Ferreira. O esquema dele era muito complexo, eu tenho ideia que era muito complexo, ele ficou muito triste comigo porque ele tinha tentado persuadir-me a votar a favor do esquema dele.

JB: Nessa reunião você já estava?

Ennes: Não não, antes dessa reunião demos a nossa opinião e recordo-me muito bem que o Embaixador Morgado apareceu com um esquema muito imediato, de aplicação imediata e mais fácil.

JB: Então é porque já tinha sido contactado para apresentar uma alternativa...

Ennes: Não, não tinha sido contactado, foi na altura, foi uma discussão que teve lugar na altura.

JB: E logo isso aprovou a dele?

Ennes: E logo ali o Medeiros Ferreira aprovou o esquema e o Fernando Reino ficou ferido e ficou ferido comigo porque estava convencido que eu ia apoiá-lo.

JB: É que eu depois tenho aqui: relembro que, também com o Despacho do MNE, Medeiros Ferreira, em 1/9, 2 meses depois, o Doutor António Almeida Leite Cruz superentendia ao funcionamento de todos os organismos, entidades e serviços provenientes do Ministério da Cooperação se encontrassem ou viessem a ser adstritos ao MNE. Portanto, e o Doutor Matos Parreira era o elo de ligação entre o Leite Cruz e o Ministro cabendo-lhe levar a Despacho dos assuntos. Veja a confusão que estava aqui.

Ennes: A ideia que eu tenho é que tudo aquilo funcionava muito mal.

JB: E daqui resulta, claramente, que dois meses depois ele já estava a desdizer aquilo que tinha dito para o Fernando Reino avançar.

Ennes: Aquilo funcionou bastante mal, havia muita disputa mas era o resultado de facto de nós termos herdado uma série de organismos, nós Ministério dos Negócios Estrangeiros, com os quais nós não tínhamos nenhuma afinidade, era uma coisa completamente nova. Como lhe disse há pouco, eu quando fui Secretário de Estado da Cooperação herdei, entre outros aspectos...

JB: Da Cooperação não, dos Negócios Estrangeiros...

Ennes: Dos Negócios Estrangeiros e da Imigração herdei, entre outras coisas, a Direcção Geral de Minas que, aliás, era um organismo muito importante mas que estava completamente imobilizado. Havia um Engenheiro, Cabral de Moncada, que tinha sido um homem importantíssimo no tempo do Ministério do Ultramar porque eram as minas de Angola, era já o futuro do petróleo e subitamente o tipo vê-se apenas na qualidade de guardião de arquivos que toda a gente cobiçava e que infelizmente, a falta de meios do Estado Português fez apodrecer uma instalação que ele tinha na Avenida da Liberdade.

JB: Foi onde depois passou a ficar a Direcção Geral da Cooperação, na Avenida da Liberdade.

Ennes: Talvez.

JB: Era era, que eu ainda lá cheguei a trabalhar. Estava lá um arquivo em cima, depois por causa da chuva e tudo, aquilo deteriorou-se tudo.

Ennes: Sim mas era isso, era o café, era ... como é que se chamava aquele laboratório que há ali na Ajuda? Das ferrugens do café. Uma série de coisas. Muitos organismos passaram para o Ministério da Educação mas de facto uma parte importante era o serviço do Doutor Costa Oliveira.

JB: Eu ia-lhe perguntar: então podemos concluir que todos os estudos que mandaram fazer ficaram por acabar e ficou por acabar a reestruturação do edifício da Cooperação. Só veio efectivamente a fazer-se com a criação da Direcção Geral da Cooperação e do ICE em 18 de Dezembro de 79 no Governo da Engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo, sendo o MENE o Freitas Cruz e o Senhor como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Foi nesta altura que foi aprovada, finalmente, o ICE...

Ennes: O ICE tinha uma comissão de instalação.

JB: Isso mesmo.

Ennes: Que era dirigida pelo Costa Oliveira e que tinha também o Doutor Costa Pinto.

JB: Não, não era Costa Pinto...

Ennes: Era um rapaz novo...

JB: Era, era, que tinha sido Sub-Secretário de Estado da Agricultura no tempo do Vasco Gonçalves.

Ennes: Exacto.

JB: Correia Pinto.

Ennes: Correia Pinto. E havia também um outro, um terceiro elemento.

JB: Havia mais, eles eram quatro ou cinco.

Ennes: Um deles era um tipo que foi meu colega de curso, Director da Imprensa Nacional Casa da Moeda...

JB: Até antes do Costa Oliveira havia outro que era o que superentendia, nem era sequer o Costa Oliveira porque depois o Costa Oliveira veio a ficar, o outro saiu, e o Costa Oliveira é que vai a ficar, já com a criação do ICE, vai ficar ele então como Presidente.

Ennes: Não sei se estava também no ICE um tipo que foi meu chefe de gabinete...

JB: Era o Almeida Serra que era o Presidente.

Ennes: Exactamente!

JB: Que regressou depois aos quadros do banco e vai sair depois também o Brás Teixeira...

Ennes: Era o Brás Teixeira!

JB: Que era Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e o António Martins para Presidente do Conselho de Ministros de Cabora Bassa.

Ennes: Cabora Bassa..

JB: Portanto ficou o Costa Oliveira e o Correia Pinto.

Ennes: Mas o Correia Pinto depois também saiu.

JB: Não, o Correia Pinto ficou até ao fim mas depois vai ficar na APAD e depois vai para o ICP, fica nº2 do ICP com o Engenheiro Anacoreta Correia. Isso foi tudo já no meu tempo. Então, lembra-se quais foram os Directores do Gabinete Coordenador da Cooperação com quem trabalhou?

Ennes: O Costa Oliveira...

JB: Não, o Costa Oliveira foi do Instituto da Cooperação Económica, eu estava a dizer o Gabinete Coordenador da Cooperação, foi o Reino e depois foi quem? Foi o Matos Parreira?

Ennes: Foi o Matos Parreira.

JB: E a seguir, lembra-se?

Ennes: Não até porque...

JB: O Vilas Boas não foi?

Ennes: O Vilas Boas? Não.

JB: Não é Vilas Boas é...

Ennes: Reecordo-me que o Matos Parreira, inclusivamente, foi quem me acompanhou na tal missão à Guiné que eu lhe falei há pouco. Se ele continuou, se não continuou... não sei se tem aí mais algumas notas...

JB: O Director-Geral do Gabinete Coordenador para a Cooperação em 23 de Abril de 76 era o José Manel Vilas Boas.

Ennes: Sim, mas foi muito antes. Sim, o José Manel Vilas Boas era Ministro nessa altura.

JB: Não tem todos os que estiveram neste gabinete? Não os consigo apanhar todos.

Ennes: Já agora deixe-me ver aqui o que diz do Matos Parreira.

JB: Ele depois foi para Embaixador em Abidjam. Era bom que tivesse aí quando é que ele começou, quando é que ele substituiu...

Ennes: Director do Gabinete para a Cooperação em 15 de Setembro de 76.

JB: Até quando?

Ennes: Aqui não diz porque isto é de 79, ele foi promovido em Setembro de 76 mas continuou a dirigir o referido Gabinete portanto, no tempo do Freitas Cruz, do Ministro Freitas Cruz, o Matos Parreira continuava a ser o Director do Gabinete Coordenador para a Cooperação.

JB: Eu tenho um documento em que o nomeia como Embaixador algures em África, basta eu ver por aí. Agora eu pergunto-lhe: tendo estado no IIIº, IVº e Vº Governo Constitucional, assistiu a todos os episódios relativos à institucionalização do edifício da Cooperação (esta é a parte que mais me interessa), que veio dar origem, finalmente, à criação do ICE, uma tutela conjunta dos Negócios Estrangeiros e das Finanças...

Ennes: Sim, exactamente!

JB: E também da Direcção-Geral da Cooperação, tutelada apenas pelo MNE. Quer me contar os episódios que recordará desta disputa que parece ter tido alterações de percurso entre o IIIº Governo Constitucional, quando começou a sua carreira, com o IVº Governo? Entre o III e o IV houve alterações? Porque eu tenho um Decreto,

que não chegou a ser promulgado, do IIIº Governo, não chegou a ser promulgado pois a Presidência da República não apoiou e porque é que apareceu a alteração que deu esta divisão de tarefas sendo que, ao ICE cabia o Contencioso (nós sabemos que depois até ficou com mais do que o Contencioso mas ao princípio a ideia era esta), e a DGC ficou com a Cooperação mas o IIIº Governo, quando o Senhor Doutor esteve pela primeira vez, não tinha esta proposta, a proposta era dar uma ampla margem de manobra com o ICE e o Presidente da República cortou, não se lembra disto?

Ennes: Não tenho ideia nenhuma, a única coisa que posso dizer-lhe é que me recordo que todo o nascimento desta estrutura de Cooperação sofreu múltiplas alterações e foi objecto de inúmeras discussões, tanto na Presidência da República como lá no Ministério, inclusivamente citei-lhe há pouco aquela reunião com o Medeiros Ferreira, em que se discutiu como deveria ser o mecanismo utilizado... Agora, a pessoa que sabe disto tudo é o Costa Oliveira.

JB: O Costa Oliveira tem até no livro dele algumas coisas.

Ennes: Seguiu isto a par e passo.

JB: Ele, por exemplo, diz-me: Ministério dos Negócios Estrangeiros e as Finanças esgrimiam, nessa altura, argumentos para chamarem a si a responsabilidade

Ennes: Sim, isso é sempre a mania de querer mais competências.

JB: Consta que o Senhor encarava (foi o Costa Oliveira que me contou isto)...

Ennes: As opiniões do Costa Oliveira são muito sólidas, tenho uma admiração ilimitada por ele.

JB: Ele diz: consta que o Senhor Embaixador encarava a Comissão Instaladora do ICE como (cito palavras dele) “o submarino das finanças”, que queria administrar as verbas da Cooperação e, segundo ele, o Senhor Doutor começou a encarar a situação de forma diferente depois da missão em que ambos estiveram em Moçambique. O que é que se passou afinal?

Ennes: “O submarino das finanças”?

JB: Não conhecia esta expressão pelos vistos?

Ennes: Não.

JB: Mas ele entendia que o Senhor Doutor estava avesso...

Ennes: Ouça, eu estaria avesso porque, não se esqueça que eu sou um homem da casa e naturalmente que todos os Ministérios e todos os Departamentos Públicos pretendem ter o máximo de competência sobre os serviços e admito que vissemos com alguma desconfiança a intromissão do Ministério das Finanças neste esquema. Não há dúvida que é com o aparecimento do Doutor Costa Oliveira e sobretudo, o excelente relacionamento que nós tivemos, e não foi só por ele porque, eu tive como chefe de gabinete um homem que pertencia também aos serviços do antigo Ministério da Cooperação e antigo Ministério do Ultramar e da Coordenação Interterritorial, foi meu chefe de gabinete e também colega de liceu e que tinha trabalhado com o Costa Oliveira de maneira que isso também ajudou muito ao nascimento de um ambiente de confiança com

o Costa Oliveira. De facto, mas eu já trabalhava com o Costa Oliveira mesmo antes dessa missão a Moçambique e possivelmente ter-me-ei rendido à evidência de que Por um lado, não há dúvida de que havia interesses das finanças em tudo isto, nomeadamente o Contencioso com Moçambique e, por outro lado, eu também tinha consciência que no Ministério dos Negócios Estrangeiros ninguém tinha competência técnica para tratar de assuntos relacionados com problemas de finanças e do Contencioso.

JB: Mas parece-me aqui também uma coisa evidente, é que se o IIIº Governo apresenta aquele diploma que pelos vistos a Presidência se recusou a aprovar, é porque o Ministro das Finanças da altura sobrepôs ao nosso, Correia Gago.

Ennes: Já não me lembro quem era o Ministro das Finanças na altura...

JB: Eu tenho isso, não tenho é aqui agora. Com toda a certeza, o nosso Correia Gago deixou passar isso.

Ennes: Pois, eu recordo-me que o Ministro das Finanças seguinte foi o Professor Jacinto Nunes, o Ministro das Finanças anterior, do Governo do Nobre da Costa, não me lembro agora quem fosse.

JB: Mas de facto, essa proposta venceu só que foi travada na Presidência e depois então o IVº Governo, pelos vistos, já voltou atrás e conseguiram fazer ali um equilíbrio entre a Direcção Geral e o ICE.

Ennes: Sim, o que eu me recordo de uma maneira muito geral é que, de facto, durante o Governo do Professor Mota Pinto houve, digamos que um apaziguamento e uma pacificação nas relações entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério das Finanças em matéria de Cooperação. Chegou-se a um *modus vivendi* que eu acho que funcionou bastante bem, aliás não era só este dois Ministérios, envolvia também o Ministério da Educação que tinha lá a sua participação.

JB: Depois com o Governo da Maria de Lurdes Pintassilgo finalmente então houve o aval e as coisas ficaram como nós as conhecemos. O ICE, enfim, já não ficou com tudo aquilo que lhe tinha sido dado no III Governo mas ficou com mais alguma coisa do que aquilo que eventualmente já lhe quereriam dar.

Ennes: O “submarino” estava na disposição de conceder.

JB: Foi, então lá concederam a Cooperação técnica mais o Contencioso enquanto que a Direcção Geral da Cooperação ficou, se bem me lembro, com a área social, a área cultural e também a cooperação técnico-militar.

Ennes: Já me recordo do tal funcionário que foi meu chefe de gabinete e que tinha trabalhado com o Doutor Costa Oliveira, era o António Júlio Ribeiro Gomes.

JB: O Ribeiro Gomes foi seu chefe de gabinete? Morreu no ano passado, eu conhecia-o muito bem.

Ennes: Eu perdi o contacto dele, foi meu colega no liceu, ele e o irmão Carlos.

JB: Ainda por cima ele era também da Beira Baixa, da minha zona, ele era de Alpedrinha, conhecia-o muito bem.

Ennes: Tinha exactamente a minha idade

JB: Isto leva-me a uma última pergunta, se me permite, que é o seguinte, já ouvi as duas versões, já ouvi a versão que dizem que os antigos técnicos do Ministério do Ultramar que foram integrados nomeadamente na

Cooperação Interterritorial etc etc e no Gabinete Coordenador da Cooperação, que muito dificilmente se integraram com as novas orientações políticas, nomeadamente face à descolonização e todas essas coisas. Bem pelo contrário, já ouvi dizer que foram eles que fizeram brilhantemente a ponte, digamos assim, lá do saber que tinham sobre África com a nova orientação política.

Ennes: Senhor Doutor, eu diria que talvez essas duas opiniões sejam válidas. Para já você sabe que o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a que o Senhor pertence, tem características especiais, os Diplomatas tiveram sempre um certo “esprit de corp” e nunca assumiram de bom grado a invasão dos seus serviços por funcionários oriundos de outros Ministérios. Isso aconteceu logo a partir de 75. Eu recordo-me quando voltei da Tunísia e fui chefiar uma repartição da Europa-América, recebi vários funcionários que vieram do Ministério do Ultramar e tive algumas dificuldades com os funcionários já da casa, receavam “não têm competência para negociações e coisas assim”. Por outro lado, não há dúvida que havia gente muito competente, estou a falar destes dois, o Costa Oliveira para mim foi um homem notável, não só enquanto esteve em Portugal, ele foi Secretário Provincial, acho que em Moçambique...

JB: Não, em Angola...

Ennes: Sim, em Angola.

JB: É um grande homem da Economia...

Ennes: Um grande homem da Economia, o Ministro da Economia de Angola. E não só, e muitos outros, inclusivamente eu tive relações muito difíceis com o tal Engenheiro Cabral de Moncada mas tenho que reconhecer que eles eram pessoas que tinham uma capacidade técnica invejável. De maneira que estas duas opiniões são ambas válidas.

JB: Sabe que na minha tese, uma das coisas que eu vou defender é que esta passagem, digamos assim de uma Cooperação casuística e um pouco sem planificação inicial até face à dificuldade em montar verdadeiramente uma estrutura capaz da Cooperação, mas essa montagem para algo que se veio a consolidar deve-se muito ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de facto os nossos Diplomatas foram brilhantes. Eu recordo-me que houve um Embaixador, que foi dos primeiros a brilhar, que ninguém queria aquele posto que ele assumiu e que foi depois conhecido pelo Embaixador Vermelho, sabe de quem me estou a referir...

Ennes: Ao Sá Coutinho.

JB: Sá Coutinho, esse fez um posto brilhante na Guiné, que era um posto que ninguém queria. Poderia dizer-se que ele era um homem...porque ele era da nobreza...

Ennes: Já morreu...

JB: Morreu também há pouco tempo... E está a ver, foi um exemplo mas como esses houve muitos.

Ennes: Houve na Guiné, quando eu fui à Guiné acho que ele já não estava como Embaixador era o ...

JB: Devia ser o Pinto da França...

Ennes: Também foi notável sobre todos os aspectos. E em Moçambique.

JB: Essa é uma das coisas que eu vou defender é, de facto a importância enorme que o Ministério dos Negócios Estrangeiros teve...

Ennes: Mas acho que também pode relevar a excelente colaboração que o Ministério teve dos funcionários que herdou do antigo Ministério da Coordenação Interterritorial.

JB: Depois a outra tese que eu advogo é que, curiosamente foram os militares, mais do que os políticos, que conseguiram fazer esta ponte que estava iminentemente quebrada pelas desconfianças no pós-independência e foram os militares, sobretudo Ramalho Eanes, com uma intermediação do Melo Antunes que também serviu de ligação de pontas, digamos assim, mas, como eu digo, foram sobretudo os militares, isto já me foi confirmado pelo Chissano, que já entrevistei o Chissano, e ele também me disse exatamente isto, este reatar dos laços deve-se sobretudo aos militares.

Ennes: Eu diria sobretudo a esses dois que o Senhor citou, Melo Antunes e o General Ramalho Eanes.

JB: Também concorda com esta tese, é o que eu vou defender.

Ennes: Não com os militares em geral, concordo com esses dois porque trabalhei com ambos e eram ambos homens notáveis, eram e são. Aliás, eu recordo-me de ter acompanhado o General Ramalho Eanes a Angola, a uma visita que para mim foi muito triste porque vivi em Angola e achei... fomos ao funeral do Agostinho Neto. Eu verifiquei o carinho com que o General Ramalho Eanes tinha sido recebido lá. Para mim foi muito triste porque a cidade estava toda esburacada de balas, toda destruída, mas por acaso foi uma cena impressionante.

JB: Senhor Doutor agradeço-lhe bastante a atenção.

Ennes: Eu não sei se havia algum elemento em que eu procurasse ajudá-lo com datas...

JB: Foi a questão do Medeiros Ferreira que fiquei na dúvida se ele, efetivamente, voltou.

Ennes: Se aguardar um minuto eu vou ver se consigo encontrar o outro anuário.

JB: Está bem, eventualmente poderia ter voltado a aparecer qualquer coisa... Sabe que no Portal do Governo aparece o Medeiros Ferreira duas vezes e eu não consigo encontrar isto de maneira nenhuma.

Ennes: Eu só me lembro dele numa, aliás eu trabalhei tanto com ele, mas enfim, quando eu era Director-Geral Adjunto...

JB: Eu queria entrevistá-lo, só que já lhe mandei um mail, não tenho o telefone dele, mas ainda não me respondeu.

Ennes: Ele é uma pessoa muito acessível.

JB: Eu tenho essa ideia mas ainda não me respondeu.

Ennes: E o General Ramalho Eanes?

JB: O Eanes, esse sim mas é o último, disse-me logo que sim.

Ennes: Trabalha aqui ao pé.

JB: Eu já lá estive com ele.

Ennes: No edifício onde eu aliás tive escritório também.

JB: O que me falta, para além do Medeiros Ferreira, já meti o Nuno Severiano Teixeira que foi meu colega de carteira na Universidade, já o meti a ele ao barulho pois como eles davam os dois aulas na Universidade Nova...

Ennes: Mas ele ainda é Professor?

JB: Não, já está reformado, senão apanhava-o ali na Faculdade.

Ennes: O Medeiros Ferreira também tinha sido chefe de gabinete...

JB: Também foi chefe de gabinete?

Ennes: Não, tinha sido Secretário de Estado com o Melo Antunes.

JB: Exactamente. Depois passa para Ministro e depois (essa também é outra coisa mal explicada) sai ainda com o Governo, houve ali qualquer coisa se calhar com o Mário Soares, não sei...

Ennes: Pois, isto foi um período um bocado complicado.

JB: Uma pergunta que há bocado me esqueci de lhe fazer foi esta:

Nunca se chegou a equacionar a criação, de novo, da Secretaria de Estado da Cooperação (“queria dizer Ministério”) durante todos estes Governos, uma vez que o Eanes era tão ligado a África e à cooperação em geral, como é que nunca mais apareceu? Foi extinto pelo Mário Soares...

Ennes: Não, a Cooperação não passou a ser, digamos, pelouro da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

JB: Nunca se quis dar dignidade autónoma a essa política pública.

Ennes: Não, nem me recordo de a coisa ter sido debatida.

JB: É um enigma muito grande. Só depois em 81 com o Balsemão é que vai ser criada, até hoje.

Ennes: Senhor Doutor, quais são as funções que agora exerce no Ministério?

JB: Eu estou no Camões.

Ennes: No Instituto?

JB: No Instituto Camões. Porque isto foi assim, quando entrei para lá entrei para a Direcção-Geral da Cooperação, depois estive no Protocolo de Estado...

Ennes: O Senhor Doutor entrou em que ano?

JB: Em 84.

Ennes: Eu estava na Alemanha, por isso é que não o conhecia.

JB: Depois o Reino chamou-me para Madrid, ainda estive um pequeno tempo em Madrid mas depois o Secretário de Estado da Cooperação da altura não me deixou lá ficar, disse que precisava de mim aqui, regressei e fui convidado para a Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários. Da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários fui para o Protocolo e depois recebo um convite, pois como estavam a fazer Gabinetes de Assuntos Europeus em todos os Ministérios porque íamos assumir a Primeira Presidência da União Europeia

e então como eu já tinha o Mestrado, e uma das vertentes que eu tinha de especialização eram os Assuntos Africanos, porque tinha estado na Cooperação com África mas também nos Assuntos Europeus, tinha as duas valências. E como a nível académico tinha essas especializações, foram buscar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros alguém e foi sugerido o meu nome para ir para Director na Presidência do Conselho de Ministros. Então fiquei durante oito anos na Presidência do Conselho de Ministros, tutelando o Gabinete de Assuntos Europeus. Depois quando começaram a extinguir os Gabinetes, por uma questão de racionalização de custos e meios, perguntaram-me onde é que eu queria ser colocado e eu disse que queria voltar ao Ministério. Então daí para cá, e devido ao meu passado ligado à Cooperação, colocaram-me no ICP, sempre como Adjunto da Presidência, até hoje.

Ennes: O Senhor tem estado a ir muito bem e se quiser mencionar que o Doutor Costa Oliveira achava que eu o considerava “submarino”, tem toda a liberdade de o fazer, não me faz diferença nenhuma.

Entrevista com o ex-Ministro da Cooperação: Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo em 14/7/2011, no Clube Naval

Nota Prévia: O entrevistado avisou que algumas coisas não podia revelar.

JB - Sr Almirante agradeço o fato de me ter concedido esta honra de fazer-lhe uma pequena entrevista que com certeza me irá ajudar imenso na minha Tese, esta entrevista irá abordar o período da descolonização, portanto ela divide-se em duas fases, as perguntas sobre a descolonização e as perguntas sobre cooperação porque o tema da Tese é “ Da Descolonização às origens da Cooperação”.

Portanto teremos de fazer sempre, embora não foque demasiadamente as questões da descolonização, não é isso o meu objetivo, o meu objetivo è o da cooperação, mas tenho de fazer uma ponte, digamos assim, entre uma coisa e outra, terei de agarrar nalgumas questões da descolonização para se perceber melhor as origens da cooperação. Portanto eu vou dividir isto em duas partes; a descolonização e a cooperação. Não sei se quer começar primeiro pela cooperação que é o tema mais candente digamos assim, embora o outro seja mais problemático?

VC - Responderei às duas perguntas, a única questão é que passaram muitos anos e algumas coisas não me lembro, eu tenho oitenta anos e por isso algumas coisas não poderei responder de memória.

JB -Então eu iria começar pela cooperação, embora devesse começar antes pela descolonização que é primeiro, mas vamos a este e depois ao outro tema.

JB- Como surgiu o convite para Ministro da Cooperação?

VC- Havia grande interesse do Presidente da República, General Costa Gomes em que houvesse no Governo um Organismo dedicado à cooperação. Inicialmente e naturalmente pensou no Ministério dos Negócios Estrangeiros e convidou – me para Secretário de Estado da Cooperação. Eu tinha relações tensas com o Primeiro Ministro Pinheiro de Azevedo e não quis entrar para o Ministério apesar de o MNE ser Melo Antunes, por isso inicialmente recusei. Depois houve grande pressão “dos Nove” para por mais um Ministro nesse Gabinete, porque houve divergências graves entre o pensamento dos Nove e o pensamento do P.M. que alinhou completamente com o P.S. e nem queria apresentar programa de Governo porque o Programa do Governo era o Programa do Partido Socialista. Não concordámos com isso e portanto fizeram pressão para que houvesse mais um Ministério e que eu entrasse e nessa altura entrei para Ministro da Cooperação.

JB - Nessa altura julgo que quem rodeava o P.M. era o PS e o PSD, mais aquele que este, mas o PSD também estava conivente, não é verdade?

VC – Pinheiro de Azevedo fez uma opção de carreira naquela altura, porque ele tinha sido Gonçalvista, tinha apoiado o General Vasco Gonçalves até aí de uma maneira frontal e clara. Depois fez uma opção de carreira e optou pelo Partido Socialista sem rodeios.

JB – Portanto a passagem do Vasco Gonçalves para o Pinheiro de Azevedo foi pacífica?

VC – Tanto quando se pode chamar ao culminar de uma grande luta. Foi a partir do Documento dos Nove e do reforço militar que nós conseguimos que houvesse uma transição pacífica mas forçada por um poder político e um poder militar. Poder militar potencial pois nunca reagimos militarmente, mas conquistámos grandes apoios no setor militar e a nível nacional...

JB – Claro, porque senão o sucesso do 25 de Novembro também não teria sido possível com toda a certeza.

VC- Nem esta mudança política no país.

JB- Então o convite teria sido para Secretário de Estado da Cooperação e não como Ministro?

VC – Exato

JB – Isso também não iria, de certa maneira, ferir a sua sensibilidade. Tinha sido Alto Comissário em Moçambique e vir de um cargo equiparado a Ministro para um cargo de Secretário de Estado...

VC – Não, não, não, não, porque se tratava do Melo Antunes, só por isso, quer dizer...

JB – O Melo Antunes esteve por trás do convite que Costa Gomes lhe fez, de certeza absoluta.

VC – Sim, sim, naturalmente. Era para Secretário de Estado dele. Aliás as nossas relações não tinham barreiras. Eramos amigos íntimos, fomos nós que coordenámos grande parte das coisas dos Nove e portanto...

JB – O programa do VI Governo tinha alguma Agenda da Cooperação, chamemos-lhe assim, ou não, ou isto depois foi uma ideia do Melo Antunes que a incorporou e que Vitor Crespo depois criou...?

VC – Não, não isso foi depois da constituição do Governo, dois dias depois.

JB Quer dizer que ela não aparece...

VC – Eu fui nomeado por um Decreto que aparece dois dias depois do Governo ter tomado posse. Portanto não foi na constituição inicial do Governo. E portanto o Programa falava da cooperação com os novos países, mas pouco.

JB – Isto só confirma aquilo que me disse, porque inicialmente seria uma vertente dos Negócios Estrangeiros, uma vertente da política externa, mas sem aquela importância que depois acabou por lhe ser dada com a criação de um Ministério específico.

VC- Quer dizer, eu sempre tratei as coisas com grande articulação porque entendia que aquele era um Departamento que devia ter sido dos Negócios Estrangeiros, por isso sempre tratei as coisas com grande articulação com os Negócios Estrangeiros e com Melo Antunes, aliás até a sensibilidade dos novos países, quando eram recebidos por um Ministro que não era o dos Negócios Estrangeiros, eu fazia-os sempre passar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para que não se sentissem...

JB – Até eles próprios talvez ficassem um pouco baralhados com “aquilo.”

VC – Sim, sim, para que não houvesse qualquer mal entendido.

JB – A pergunta que lhe queria agora fazer é a seguinte. Como era constituída a “equipa da cooperação”, havia no âmbito do Ministério da Cooperação a Secretaria de Estado da Cooperação e a da Descolonização. E aparece ali também o Gabinete Coordenador para a Cooperação. Como era constituída esta “Equipa”?

VC- As questões relacionadas com os Acordos eram tratadas diretamente pelo Ministro e pelo meu Gabinete, isto é nós fizemos Acordos com a Guiné Bissau, com Cabo Verde e já tínhamos feito no “tempo colonial” com Moçambique, portanto o único país com quem nunca se fizeram acordos para tratamento do contencioso colonial, de matérias que importava resolver, foi com Angola.

JB – Então quem eram as pessoas...

VC – Agora as questões específicas a nível das Empresas e de questões setoriais, etc, eram tratadas pela Secretaria de Estado da Cooperação e as questões burocráticas, digamos assim, relativas a pessoas, documentos, quer dizer nessa altura houve imenso trabalho nesse domínio. Era preciso trazer Arquivos, era preciso tratar de matérias relativas às pessoas e aos documentos das pessoas, bens das pessoas, enfim um conjunto imenso de trabalho técnico administrativo que cabia à Secretaria de Estado da Descolonização.

JB- O IARN quando apareceu estava integrado no âmbito da Secretaria de Estado da Descolonização?

VC- O IARN foi criado antes, mas depois foi integrado na Secretaria de Estado da Descolonização. (lapso dele pois foi integrado na Secretaria de estado dos Retornados no âmbito do Ministério da Segurança Social)

JB- Pela Portaria 653/75 de 8 de Novembro são integrados diversos Serviços na Secretaria de Estado, com a finalidade de assegurar o normal funcionamento do Ministério. Isto vai de encontro àquilo que me acaba de

dizer, ou seja, diversos Organismos que estavam espalhados e se integraram dentro da Secretaria de Estado da Descolonização e dentro da Secretaria de Estado da Cooperação...

VC – Que pertenciam ao Ministério do Ultramar (M.U./M.C.I.).

JB – Eu vi um trabalho seu sobre a reorganização de diversos departamento, chamemos-lhe assim, dentro da orgânica do Ministério da Cooperação.

VC – Há um relatório final de toda a atividade do Ministério, feito pelo Professor Brandão Alves, com o meu aval, enquanto funcionário do Ministério. Descreve as questões dos Acordos de Cooperação, etc, enfim todo esse trabalho a nível superior entre Estados, foi feito com a Guiné, com Cabo Verde...

JB – Ele era Diplomata?

VC – Não. Na altura ele era Assistente mas já Doutorado no ISEG. Foi depois Professor Catedrático e hoje já está reformado.

JB - E ele trabalhava no MNE ?

VC – Não, ele era militar em África e foi requisitado por mim para o Gabinete, porque era economista. Quem estava lá também era o Félix Ribeiro que era economista. Eram dois economistas notáveis. Estavam ambos no serviço militar e eu requisitei-os para o Gabinete.

JB- O Secretário de Estado da Cooperação foi o Comandante José Magalhães Saldanha Gomes Mota e o Secretário de Estado da Descolonização foi o Comandante João Cristovão Moreira e depois ele saiu e foi substituído pelo Dr. Jorge Ferro Ribeiro, ou não ?

VC – O Dr Ferro Ribeiro não fez parte deste Ministério e o Comandante Cristovão Moreira, esteve até ao fim deste Governo.

JB- Mas o Gomes Mota saíu?

VC- Saiu mas não foi substituído.

JB- Quem ficou então com as funções que lhe competiam?

VC- Fui eu.

JB – Gomes Mota foi para Conselheiro de Estado ou pura e simplesmente bateu com a porta?

VC – O Gomes Mota estava a preparar-se para exercer funções políticas que depois não aconteceram porque o Gomes Mota era membro do Partido Socialista.

JB- Grande amigo do Mário Soares.

VC- Exato. Isso aconteceu, já agora vale a pena referir isso, aconteceu na sequência da visita a Moçambique, mal sucedida. O Samora Machel não foi muito elegante, telefonou ao Primeiro Ministro, enquanto ele lá está, tentando resolver problemas como P.M. que conseguiu de certa maneira. E essa coisas, quer dizer, esse desentendimento da cooperação não foi entre mim e o Gomes Mota.

JB- Claro. Ele sentiu-se, foi desautorizado. E até para si foi deselegante a atitude do Samora.

VC – E sobretudo o P.R. tratar o assunto...

JB – Mas o Primeiro Ministro também não o deveria ter feito, mas pelos vistos fê-lo. Então disse-me que já não se lembra quais eram as funções e como se articulava com o Gabinete Coordenador da Cooperação que foi integrado no vosso Ministério ?

VC- Penso que foi logo uma matéria que foi absorvida pelo Gomes Mota, na Secretaria de Estado.

JB- Como é que surgiu o Gomes Mota na Cooperação?

VC- Gomes Mota era um homem dos Nove. Era em casa dele que se faziam as reuniões. Gomes Mota era um grande elemento dos Nove, um homem com grande capacidade de imaginação, um intelectual muito culto. Portanto Gomes Mota faria, naturalmente, parte dum Governo que era, digamos, hegemónico pelos Nove e portanto tinha de entrar.

JB -Ele portanto era do vosso Círculo de amizades íntimas quer suas quer do Melo Antunes e portanto não sendo Vitor Crespo o S.E.C. abriu-se a porta automaticamente para ele.

VC – Exato. Aliás num livro dele, ele refere isso.

JB – Sabe que tenho dificuldades em encontrar esse livro, nem nos alfarrabistas.

VC – Está esgotado, mas encontra nas Bibliotecas Públicas

JB– Vou ter de ir à Biblioteca Nacional pois é fundamental para mim

JB – Sr. Almirante, descobri um documento do ano de 1975 com recibos de despesa, apresentados pelo Gomes Mota, em razão dos serviços efetuados ao serviço do Alto Comissário de Moçambique, para lhe

pagarem despesas feitas por serviços realizados a seu pedido para encontros de personalidades moçambicanas que ocorreram aqui em Portugal.

A pergunta é esta. Que encontros foram estes?

VC – Eu explico. O Gomes Mota tinha um lugar, que eu agora não me recordo, junto do Alto Comissariado de Moçambique e aí estabelecia uma ligação com o MNE, daí os documentos estarem no MNE. (“não estavam aí mas sim no Arquivo Histórico Ultramarino, A.H.U.”)

Ele prestou variadíssimos serviços, encarregado pelo Alto Comissariado de Moçambique de contactos com a Frelimo e de outras diligências que eu fiz em África e em que ele foi delegado do MNE e meu. Eu gostava de lhe dizer isto as Relações entre o Ministério da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros foram sempre íntimas, isto é o MNE tinha uma grande sensibilidade para acompanhar as descolonizações, tratava-se do Melo Antunes e eu sempre mantive completamente informado, mesmo as poucas Relações Internacionais que havia em Moçambique, mas havia algumas porque eles mantinham cônsules políticos em Moçambique e portanto eu falava com esses cônsules e toda essa informação era passada para o MNE.

JB – Não estou a por em causa a legitimidade da apresentação destas faturas, até porque se as pagaram era porque ele estava legitimado.

VC – Por isso é que estão no MNE (“estão como digo no AHU”). Ele estabelecia ligações entre o Alto Comissariado e o MNE. Ele até tinha um Gabinete no MNE nessa altura.

JB – Mas a minha pergunta ia para além disto. Era o seguinte. Que encontros eram estes, com altas individualidades da Frelimo, e eventualmente outras, que decorreram em Lisboa?

VC – Podiam ser com Embaixadores de Países Africanos.

JB- Mas representantes da Frelimo não vieram cá, tentar negociar, antes, nomeadamente com o Melo Antunes.

VC – Julgo que não. [mas posteriormente, em 23 de Abril de 2014, V.C. contou-me que Aquino de Bragança veio a Lisboa para prepararem um projeto de Acordo para a Independência de Moçambique, que depois não foi implementado] O Melo Antunes é que a determinada altura, em articulação comigo, na fase final, porque houve certas dificuldades no contencioso colonial para alguns pagamentos, pois Samora Machel disse que não faria pagamentos que não tivessem sido feitos em benefício do território, e era discutível se Cabora Bassa e outros, eu estou a usar Cabora Bassa, mas com Cabora Bassa houve um Acordo especial e acabou por se resolver tudo, mas houve questões com o Banco de Fomento e outras que houve dificuldade de concluir o acordo. E houve a ida de Melo Antunes falar com o Samora Machel a Dar es Salam.

JB - Isso na altura em que o senhor já era Ministro da Cooperação ?

VC – Não, não, durante a descolonização e para se concluírem os acordos de Cooperação.

JB – Em 20 de Março de 1976 a Embaixada portuguesa em Londres comunicava que o Secretário de Estado da cooperação havia resignado pela tentativa de inserirem na Constituição um artigo referente à construção do socialismo. Isto é verdade?

É que vai completamente contra aquilo que me tinha dito.

VC – Não. Isso tem de ser um erro qualquer dum funcionário. Nessa altura era completamente socialista, logo isso não pode ser. Pode por lá uma nota de que está errado, posso garantir-lhe (risos).

JB – O Senhor e o Comandante Gomes Mota tiveram dossiers bem difíceis de resolver nesta altura, eu apenas foco aqui alguns “ au passant”. Por exemplo rondas negociais com a Guiné complicadíssimas devido ao contencioso; dívida pública, funcionários públicos, Banco Nacional Ultramarino (B.N.U.), Banco de Fomento Nacional(B.F.)

VC – Negociações difíceis

JB – Daí resultou o fecho do BNU em Bissau, o congelamento das contas em Portugal e a partir daí eles criam o PESO e eu lembro-me que o Senhor foi convidado a ir à Guiné. O Gomes Mota teve...

VC – Sim , mas isso acabou com um acordo completo, informal das duas partes. Negociações difíceis como era natural.(risos). Depois de uma guerra daquelas, estar a tratar de matérias financeiras , numa perspetiva estritamente financeira é difícil, mas foi o que nós fizemos. Começámos as negociações numa perspetiva estritamente técnica ingénua, como se não tivesse havido guerra e claro, depois teve de haver

cedências. Mas nós tínhamos uma componente do Ministério das Finanças para tratar das questões financeiras.

JB – Essas questões passavam pelo Ministério das Finanças.

VC – O Secretário de Estado, não sei se na Guiné, se depois em Cabo Verde, era o...que depois foi Ministro, o Professor que morreu num acidente perto do Porto...

JB - O Sousa Franco

VC- O Sousa Franco, era Secretário de Estado do Ministério das Finanças, responsável por essas negociações. Portanto era só para lhe dizer que era pessoa de grande qualidade técnica, aliás nós tínhamos também um bom apoio económico do Banco da Guiné.

JB – Angola em Março de 1976 acusava-nos de termos relações com as colónias no ponto zero, porque adotávamos uma política de comerciante. Isso merece-lhe algum comentário?

VC – Merece-me...uma consideração geral da nossa rotura com o Governo do MPLA...quando digo o governo do MPLA é o Governo de Angola, mas dada a forma como decorreu a independência...se quiser falaremos disso.

JB- Temos tempo...aliás, é natural que isso acontecesse.

JB – Com Cabo Verde onde muitas das elites eram da corrente pragmática pró portuguesa, as negociações também se apresentaram difíceis na parte económica e financeira.

VC – Naturalmente (risos)

JB – Até os levaram a admitir aderir ao franco CFA. Numa visita a Angola o Ministro da Economia nessa altura queixava-se que os cravos tinham murchado em Portugal e que a direita não desejava a cooperação.

VC – Isso eram declarações para favorecerem as negociações, porque até correram bastante bem. Quer dizer no essencial as negociações com Cabo Verde foram difíceis, como foram todas as negociações nessa altura, mas acabámos por chegar a um acordo.

JB – E foram as mais fáceis

VC – De todas foram as mais fáceis. Quero-lhe dizer que as mais acabadas foram as de Moçambique.

JB – Acabadas como?

VC – Acabadas porque envolveram imensos aspetos e foram negociações muito trabalhadas e chegaram ao fim todas com um acordo.

JB – Então o Contencioso com Moçambique ficou resolvido? Ficou totalmente resolvido, mas os Espoliados queixam-se.

VC – Isso é outra questão. Isso não tem a ver com o Governo de Moçambique, tem a ver com uma perspetiva das pessoas que lá estavam e depois com o comportamento do Governo Moçambicano posterior. Porque depois houve uma rutura entre o Primeiro Governo de Mário Soares e o Governo de Moçambique. Uma rutura não formal mas houve desentendimentos graves. E desses acordos foram feitos tábuas rasas. E isso não tem nada a ver com a Cooperação nem com o Comissariado que esses chegaram ao fim. Foram todos rubricados.

JB – Com S.Tomé as relações também foram difíceis?

VC – Sim mas também se chegou a acordo

JB E com S.Tomé foram sobretudo devido às nacionalizações das Sociedades Agrícolas?

VC – Exato. [na conversa telefónica em 08/07/2014 disse que a questão dos bens dos particulares, caso das Roças, não podiam, nem convinha, serem resolvidas nessas reuniões]

JB- Foi terrível nessa altura...

VC – Foi, foi. Quer dizer as negociações foram todas difíceis porque eram complexas de um ponto de vista financeiro, complexas de um ponto de vista jurídico, e complexas de um ponto de vista político, foram muito trabalhadas mas chegaram ao fim com Acordos assinados por esses países.

JB – Disse-me que com Moçambique conseguiu chegar-se a um entendimento.

VC- Total, total. [posteriormente numa conversa telefónica em 8/07/2014, afirmou que apenas deixaram por rubricar com Moçambique o contencioso financeiro por razões de Estado e não porque não o tivessem conseguido]

JB – Nessa altura com Moçambique não havia política de cooperação, pois não?

VC – Não. Não. O Gomes Mota foi lá e foi num desenvolvimento da cooperação que houve esse desentendimento.

JB- O que teria dito o Samora, diretamente ao Pinheiro de Azevedo nas costas do Gomes Mota?

VC – Não lhe posso já dizer, porque não recordo o assunto que estavam a tratar, mas o Pinheiro de Azevedo concedeu facilidades que o Gomes Mota não estaria disposto a conceder

JB – Considera que os Cooperantes foram o elo de ligação que permitiu a continuidade da nossa ligação a África, nessa altura, dado o estremar das relações?

VC – Em Moçambique as questões políticas, as dificuldades económicas e os ataques da África do Sul e da Rodésia, não diretos mas indiretos é que puseram os grandes problemas, porque os nossos cooperantes foram utilíssimos no primeiro semestre e tê-lo-iam sido “ad infinitum” se tivessem condições para lá viverem. Em Moçambique até tinham polícia nacional, polícia portuguesa para criar bom ambiente, que não servia para mais nada. Ficou lá em Moçambique com um desses acordos de Cooperação. Houve um acordo especial para a polícia portuguesa lá ficar, para criar bom ambiente e segurança, para os verem na rua, fardados, polícia portuguesa... Isto dava bem o sinal da cooperação aceite e querida pelas autoridades moçambicanas. 50% dos funcionários públicos que estavam em Moçambique ficaram com o Estatuto de Cooperante lá e que era um estatuto agradável e portanto muitos domínios da atividade administrativa, técnica, económica, médica, de saúde em geral, agronomia, sei lá, caminhos de ferro. Praticamente toda a atividade superior em Moçambique estava baseada em técnicos portugueses, cooperantes, que ficaram. Ora portanto, quando esses técnicos 6 meses depois deixaram de ter condições para viver em Moçambique e tiveram que retirar, dificultou a economia e a vida....

JB- E aí começaram a ser mais difíceis as relações de Moçambique com Portugal e com os portugueses?

VC – Exato, exato. Mas não foi por desentendimento ou más relações com os cooperantes. Foi porque os cooperantes deixaram de ter condições europeias de vida.

JB – Começaram a temer pela própria vida?

VC – Não. Deixaram de ter coisas para comprar e claro os europeus só vivem em África se tiverem condições para aí viver. Deixou de haver condições. Eu queria deixar claro isto. Na verdade não houve conflitos entre as pessoas, houve foi quebra de condições e um pouco falta de segurança. E logo que a Polícia portuguesa saiu 6 meses depois...

JB- Mas era o que estava nos acordos 6 meses depois?

VC – Era, era 6 meses depois. Quer dizer, houve falta de segurança.

JB – Então isso foi ainda consigo. Estava no meio do seu mandato quando as coisas começaram a se complicar?

VC – Sim.

JB – E diz que isto não foi responsabilidade portuguesa, mas sim devido à pressão externa sobre Moçambique.

VC – Em parte e a outra responsabilidade foi interna, devido ao endurecimento do regime porque em Moçambique...e eu gostava de dizer isto sem, ... porque já lá vão 36 anos depois, com alguma idade,... quando havia dificuldades técnicas resolvia-se politicamente. Não sei se está a ver, as dificuldades técnicas traziam um maior esforço de procura de intervenção política, até para superar essas dificuldades.

JB – E não era difícil negociar com a Frelimo?

VC – Não. Num regime marxista leninista isso acaba por acontecer sempre e ali como as dificuldades técnicas eram muito grandes e passaram a ser muito maiores, à medida que a cooperação portuguesa foi diminuindo, não foi uma coisa abrupta, foi diminuindo no primeiro ano depois da independência. Principalmente após os primeiros 6 meses que era aquela obrigação que eles tinham.

JB – Os nossos cooperantes queixavam-se que eram perseguidos pelas autoridades, nem podiam trazer o que queriam, até relativamente aos acordos que tinham sido estabelecidos limitavam-lhes as coisas...

VC – Isso já durante a minha estadia lá...eles eram muito sensíveis e pouco preparados. Sei lá, eu lembro-me de terem tirado, porque não se podia trazer objetos de ouro, de terem tirado uma aliança a uma pessoa o que é uma ofensa pessoal enorme. Mas por ignorância. Quer dizer as pessoas que estavam, já na parte final, do serviço de alfândega do serviço de controle, pessoas que não estavam preparadas guerrilheiros da

Frelimo... tudo isso se passou, não por uma orientação política mas por uma falta de preparação das pessoas para os cargos que exerciam.

JB – Posso admitir que esta radicalização que se começou a dar e que de certa forma condicionou a presença dos nossos cooperantes lá, de certa forma foi devido ao radicalismo da Frelimo que passou a ser muito mais pró soviética e que isso também foi devido aos ataques externos.

VC – Essas ações são mútuas. Eu não posso dizer, na apreciação que faço, que o radicalismo é que tenha levado à aproximação dos soviéticos. Mas os ataques levam à necessidade de ter alguns apoios. A falta de quadros portugueses levaram-nos a pedir apoios... eu sei lá. Por exemplo nos caminhos de ferro e nos portos os apoios soviéticos foi porque falharam os apoios portugueses. Mas eles imediatamente reconheceram que eram de pior qualidade.

[Num contato telefónico em 08/07/2014, Vitor Crespo afirmou que o radicalismo ideológico do Presidente Samora, que Joaquim Chissano ainda conseguira travar inicialmente, levou a uma deterioração das condições de vida dos portugueses e ao seu contínuo abandono]

JB – Seguindo agora a ordem das perguntas. Acha que o 25 de Novembro alterou, de alguma forma a relação com as colónias que eram todas, recorde-se, de ideologia marxista? Num momento em que se travou o marxismo em Portugal isso não veio prejudicar as relações com as ex colónias?

VC – Não penso que isso tenha sido uma questão muito radical, imediata, mas algumas situações digamos de privilégio que havia sei lá, entre o MPLA e o Gonçalvismo, até com o PC, que eram privilegiadas, depois tornaram-se mais frias e depois havia problemas em Angola também e portanto, depois, esfriaram um pouco também por essa razão. Mas não foi por aí ... quer dizer isso contribuiu também, foi mais um fator, mas não teria sido isso que o determinou.

JB- No VI Governo tinha como colega Melo Antunes, segundo li, as vossas competências eram por vezes conflitantes. Uma Informação do MNE de Março de 1977, veja bem quanto tempo depois, referiam estas dificuldades porque eram conflitantes e sobrepostas, em certa medida.

VC – As funções eram conflitantes mas as relações eram excelentes. E portanto esses conflitos teóricos que surgissem resolviam-se com um telefonema, nunca houve qualquer dificuldade. Nem nunca houve entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Cooperação, mesmo entre funcionários nunca houve qualquer problema. Aliás e durou muito pouco tempo, nem um ano.

JB – A existência em Março de 1975, nessa altura criou-se a Secretaria de Estado da Cooperação Externa titulada por Jorge Sampaio, que estava integrada no âmbito do MNE. Isto foi antes. Em Junho de 1975 Comissão de Coordenação das Negociações nos domínios Económico e Financeiro com os Novos Estados. Já aqui aparecem conflitualidades. Existindo uma Secretaria de Estado da Cooperação Externa, não lhe caberia a coordenação destas negociações?

VC – Claro que sim, mas nessa altura Jorge Sampaio tinha sido encarregado por Melo Antunes de tratar de mil coisas. Jorge Sampaio foi uma pessoa muito útil no MNE porque era muito qualificado do ponto de vista técnico/jurídico e portanto foi-lhe dado por Melo Antunes muito trabalho de ordem geral e em particular negociações de assuntos das relações com os países africanos.

JB – A propósito disso tem conhecimento das dificuldades que ele sentiu, nas negociações com Moçambique, por questões financeiras, não tem?

VC – Jorge Sampaio fazia parte da equipa portuguesa, não em ligação ao Ministério mas como jurista.

JB – Há posteriori. Depois de ter saído do Ministério ele liderou as negociações por causa da questão da Banca em Moçambique.

VC – Liderou não. Havia uma equipa. Ele fez parte de uma equipa e eu vou-lhe dizer o nome das pessoas e vai ver a capacidade que Portugal tinha para resolver estas questões, isto foi ainda enquanto Alto Comissário em Moçambique.

É preciso ver o seguinte; havia alguma pressa em resolver as questões acordadas em Lusaka, mas da parte portuguesa foi feita uma preparação, até estudámos os Acordos de Eviam. Estudámos um conjunto de acordos que tinham sido feitos entre países europeus e países africanos, para irmos preparados para este acordo, que acabou por ser em Lusaka. Teve várias etapas. Mas quando chegámos verificámos que a parte moçambicana não tinha técnicos, nem estava preparada para um acordo desta natureza, estava preparada para um acordo político, sobre independência, sobre questões políticas ligadas ao cessar fogo e o essencial das relações de transição, portanto não estava preparada para fazer um acordo que envolvesse questões

financeiras, e acordos de relações entre os dois países e etc e portanto decidiu-se que isso não seria feito ali, mas seria feito num clima de bom entendimento que havia de haver no período de transição e portanto seria feito por uma equipa a nomear pela Frelimo e uma equipa a nomear por Portugal sobre a direção do Alto Comissário de Moçambique e dessa equipa fazia parte:

Juristas:

Miguel Galvão Teles, Jorge Sampaio, José Pires de Lima e José Manuel Galvão Teles

Economistas:

Valter Marques, Joaquim José Fragoso, João Cravinho e Sousa Franco

Gestores:

António Martins José Gomes Mota, Valter Rosa, João Botequilha e Murteira Nabo.

Eu penso que Portugal não tinha ninguém mais qualificado, para..., quer dizer era esta a minha perspectiva. Eu nessa altura dispunha de tantas facilidades políticas que podia chegar a qualquer pessoa em Portugal e convidá-la para ... e eles aceitaram e foram eles, portanto... daí que, da parte moçambicana, eu gostava de lhe dizer isto, reconhecendo a qualidade excepcional daquela equipa verificaram que tinham dificuldade em responder tecnicamente e portanto as suas posições foram sempre muito mais políticas e os argumentos muito mais políticos do que técnicos, apesar disso e como era uma equipa de muita qualidade intelectual perceberam isto tudo e portanto as coisas foram evoluindo e envolveram imensos assuntos. Relativamente ao contencioso colonial:

- Transferência do Banco Nacional Ultramarino;

- Dívida Pública;

Fomos nós que criámos um Banco para Moçambique porque eles não tinham, digamos técnicos, para criar um Banco Nacional e eu disse-lhes que os técnicos nacionais criarão com a vossa orientação, naturalmente, um Banco Nacional para o país.

- O Acordo sobre a Dívida Pública foi o tal que foi negociado na parte final pelo próprio Melo Antunes porque havia dificuldades e eles não queriam, naturalmente, pagar certos aspetos da dívida pública o que se compreende,

- Acordo sobre o Banco de Fomento Nacional, aí pagaram tudo o que reconheceram ter sido feito em benefício do país, como estradas de qualidade, aeroportos e outras que reconheceram como interesse nacional pagaram tudo o que Portugal tinha investido lá e que ainda era dívida contraída pelo Estado Português,

- Acordo sobre Cabora Bassa.

- Acordo sobre o Gabinete do Plano do Zambeze, que tinha estudado muito mais que Cabora Bassa, tinha estudado todas as questões geológicas relativas ao vale do Zambeze, questões muito vastas. Houve um acordo e esses haveres, digamos, investigados por Portugal ficaram para Moçambique. Julgo que até recentemente ficaram parados, mas ficaram lá,

- Acordo sobre o aproveitamento Hidroelétrico de Cabora Bassa

- Acordo sobre serviços aéreos.

- Acordo sobre Agências Gerais de Seguros de Moçambique

- .Acordo sobre fretes Marítimos

- Acordo sobre transporte de energia elétrica da rede da "SHER" para a África do Sul

- Acordo sobre Telecomunicações

- Acordo para impedir a dupla tributação sobre rendimentos

- Acordo sobre propriedade industrial

- Acordo em matéria de interesses empresariais portugueses em Moçambique.

Tudo isto ficou rubricado e acordado até 25 de Junho de 1975.

À data da independência tudo isto tinha sido assinado e rubricado, conforme o que ficou expresso no Acordo de Lusaka. Digamos que isto é um complemento daquilo que deveria ter sido acordado em Lusaka.

JB – Então a liderança desta equipa era sua?

VC- Evidentemente que eu não fazia sem consultar os diferentes departamentos portugueses que tinham a ver com estas matérias. Ora aqui está era o Gomes Mota que me tratava cá destes assuntos, fazia a ponte, porque ele fazia parte da equipa negocial.

E ainda não lhe falei no resto dos Acordos:

- Acordo sobre funcionários públicos
- Acordo sobre a permanência da Polícia portuguesa após a Independência
- Acordo Geral de Cooperação e Amizade . Este era vastíssimo acordo com imensas cláusulas e substância. Isto não era um acordo formal, era um acordo gordo, digamos, cheio de matéria.

JB – Mas este com Moçambique não era Acordo Geral de Cooperação e Amizade. Este era Acordo Geral de Cooperação.

VC- Não, não. Acordo Geral de Cooperação e Amizade [lapso do entrevistado pois que o Acordo assinado foi o Acordo Geral de Cooperação] e o

-Estatuto do Cooperante,

- Acordo Judiciário, que determinava que todos os presos políticos em Moçambique acabassem as suas penas e saíssem no período de transição. Julgo que ficou um ou dois que quiseram ficar.

JB – Mas quando lhe falava sobre os problemas de Jorge Sampaio já foi à posteriori, muito depois disso, já foi com Mário Soares, ou Balsemão em que as negociações continuaram (“mas foi num dos governos de iniciativa presidencial”)

VC– O melhor então é falar com ele [num contato telefónico posterior em 08/07/2014 voltou-se a falar do assunto e aqui V.C. já confirmou estes graves problemas e até admitiu que teve uma longa conversa, há pouco tempo, com Jorge Sampaio sobre este assunto.]

JB- Claro, já lhe falei e ele disse-me que falaria comigo e pôs-se logo à disposição. [mas afinal não chegou a falar].

JB- Explique-me o seguinte. O Mário Soares no 2º Governo Provisório conduziu as negociações em Argel juntamente com o Almeida Santos, enquanto Ministro da Coordenação Interministerial, curiosamente depois em Lusaka, ainda era ele MNE e fica completamente ofuscado, aparece o Melo Antunes a liderar as negociações com Moçambique, porque foi isto, o que é que se passou, porque foi ultrapassado pelos militares. Houve aqui um golpe, digamos assim?

VC – Não, não. Ele explica isso numa entrevista julgo que ao Expresso, à pouco tempo estive a ver isso na internet. Numa pesquisa no Google vai lá. Ele é solicitado pelo Presidente da república para fazer um encontro, ele e o Almeida e Costa, fazerem um encontro exploratório com o Samora Machel, não sei se em Lusaka, se em Dar es Salam. E ele explica porque Mário Soares num dos seus livros acusa-o de ter interferido na negociação e ele explica... Aliás eu recordo-me muito bem que na primeira reunião com Samora Machel, não é bem sucedido porque Mário Soares não ia na sua postura de político, não ia na sua visão das independências coloniais, mas ia numa visão postura da visão do Presidente General Spínola. E claro recebe um intransigente não, porque o Samora Machel disse-lhe que a guerra só terminaria com a independência de Moçambique.

JB – Não haveria cessar - fogo.

VC – E muito menos cessar fogo e muito menos fim da guerra se o único e legítimo representante do povo moçambicano não fosse a Frelimo. Esta era a única posição inequívoca da Frelimo e as posições do Dr Mário Soares, iniciais, que não eram as dele mas sim as do Presidente da República, porque ele era Ministro dos Negócios Estrangeiros, portanto ia representar o Estado, era a de que se faria um Referendo em Moçambique, numa postura pseudodemocrática inaceitável, portanto isto foi um diálogo de surdos, nesse primeiro encontro.

E depois para tentar emendar a mão, porque as coisas militares em Moçambique não estavam bem é que houve esse segundo encontro. Mas Melo Antunes explica isso melhor.

JB – Mas então Spínola avalizou a substituição de Soares por Melo Antunes, não foi à revelia do Spínola

VC – Há não. Não foi uma diligência do MFA como foi dito inicialmente, foi uma diligência do Estado português.

JB – Mas não será que o Melo Antunes não ultrapassou as orientações que levava para esse encontro

VC – Ele diz que não e aliás eu recordo-me pessoalmente de ele me dizer que ouviu especialmente o que lhe disse o Samora Machel. Como não tinha umas indicações muito claras da parte portuguesa foi mais numa de investigação, numa de ouvir do que propriamente de oferecer propostas

JB- Isso nesse encontro...

VC – Nesse encontro inicial de Melo Antunes, Vasco Almeida Costa e Samora Machel. Almeida Costa era membro do MFA de Moçambique, era oficial da Marinha. Foi depois Ministro da Administração Interna do VI Governo.

JB – Depois então é que se parte para as negociações propriamente ditas de Lusaka?

VC – A partir daí ainda há encontros de Almeida Santos com outros membros da Frelimo, não sei onde na Europa, escreve o Almeida Santos. Aliás o que escreve o Almeida Santos num livro, relativamente às posições de Melo Antunes têm algumas diferenças mas não são de substância.

JB – O Almeida Santos nas negociações com Moçambique estava mais próximas das posições de Melo Antunes que das de Soares ou não?

VC – As posições de Mário Soares era posições utópicas do Presidente Spínola, nem eram sequer as do Partido Socialista. Era o Ministro dos Negócios Estrangeiros a negociar com um mandato do Presidente da República, estava nas suas funções.

JB – Mas o Almeida Santos enquanto homem, digamos assim, contestatário do regime...

VC – Almeida Santos muito conhecedor, percebeu de imediato que aquilo eram posições utópicas, nem valia a pena tentá-las.

JB – Por isso é que ele fez parte destas negociações

VC- Sem a mínima divergência. Ele e o Dr Soares. O Dr Soares participou nos Acordos de Lusaka e neles a delegação portuguesa não teve qualquer divergência. Eu estava lá e assisti a uma grande ligação. Não houve divergências entre ninguém, todos colaborávamos para conseguir o máximo, sem qualquer divergência.

JB – Considera que aquela famosa cassete que o Samora apresentou veio alterar a capacidade de negociação dos portugueses . O Melo Antunes conta isso.

VC – Deixe-me dizer. A administração portuguesa de Moçambique já depois do 25 de Abril não teve uma consciência clara de que o país estava em guerra e deixou que a comunicação social, e não estou a criticar o governador Dr .Soares de Melo por ter feito isso, ... quer dizer, foi menos sensível à situação de guerra que se vivia em Moçambique, mas Soares de Melo em Moçambique teve uma grande abertura à semelhança do que se passava em Portugal , mas a diferença é que Portugal não tinha guerra com ninguém e assim muitos elementos da Frelimo infiltraram-se imediatamente na Comunicação Social , Sindicatos, dificultando a vida, fazendo uma guerra que até aí não tinha havido no tempo colonial. Era a guerra sindical , a guerra da Comunicação Social. No tempo colonial só houve a guerra de tiros e agora para além dessa ainda houve uma outra guerra, sindical e na comunicação social que foi terrível, entre 25 de Abril e os Acordos de Lusaka, especialmente no tempo de Soares de Melo.

Essa Companhia de OMAR cai porque há um jornalista que diz na Rádio Nacional que nós tínhamos feito acordo, um jornalista Frelimista na véspera do Acordo. De facto tínhamos feito negociações, mas estávamos longe de um acordo ainda. E eles apanham à mão uma companhia. Aliás isso é escrito por um homem da companhia que tem um livro ou na *internet* .

JB- E não reagiram julgando que estavam em Paz ?

VC – Não completamente mas contribuiu para...

JB - E Samora usou esse trunfo ?

VC – Claro está a ver, da nossa parte temos uma companhia presa do outro lado

JB- E vocês sem saberem?

VC- Não nós sabíamos, tínhamos as informações todas, mas isto condicionou-nos, está a ver com 120 ou 130 e tal do outro lado, isso condiciona.

JB- E isso foi usado por Samora Machel para obter vantagens?

VC - Não de maneira escandalosa. Isso para nós era um dado da situação, eu não senti escândalo nenhum. Samora Machel tinha vontade de resolver o problema numa perspetiva marxista da Frelimo ser a única e legítima representante do povo moçambicano e portanto ir diretamente para o poder a partir da guerrilha, aliás ara a tese defendida nas Nações Unidas, por todos os países

JB - e a maior parte dos países africanos. Era a tese defendida pela própria OUA?

VC - Toda a OUA sim, toda a OUA e na ONU era a esmagadora maioria.

JB -- Mas pelo que li de Melo Antunes ficaram condicionados e o êxito das negociações de Lusaka para a Frelimo apanhou...

VC - Mas olhe que não tome isso como um dado irrefutável. Quer dizer, os resultados seriam sempre da mesma natureza.

JB- - E não acha que nos Acordos ficaram mal defendido os interesses dos bens de Portugal e sobretudo dos portugueses em Moçambique?

VC -Os bens dos portugueses ficaram completamente defendidos nestas negociações. Quer dizer as negociações não tratavam especificamente das questões dos bens dos portugueses, como não trataram de outras questões técnicas que foram depois remetidas para negociações (intercalares)mas até ao final a justiça que havia em Moçambique era a portuguesa e portanto as questões de bens teriam sido resolvidas por tribunais portugueses e não foram tirados bens a ninguém. Como Alto Comissário todos os decretos do governo teriam a minha assinatura. Houve alguns que condicionaram situações por razão dos ataques. É preciso saber o que aconteceu a 7 de Setembro que foi um dano terrível para as pessoas em Moçambique e para a sua capacidade de permanência, e durante o período de transição ainda se notaram também tentativas de resolver o problema pelo modelo rodesiano, que aliás se mantiveram depois da Independência, pois na Renamo, apesar de também ter nacionalistas, havia lá componentes rodesianas e sul africanas e portanto durante o período de transição houve sempre alguma componente disso. Durante o período de transição houve algumas medidas políticas ligadas a isso, (por exemplo) um Decreto Lei que tem a minha assinatura que fazia as pessoas perderem os bens, mas era preciso serem acusadas, em Tribunal, de estarem a proceder contra os interesses de Moçambique. Mas nunca houve qualquer legislação específica para tirar bens às pessoas que ficassem, porque os bens das pessoas que abandonavam, tiveram de ser regulados porque eles estavam com problemas nas habitações e com ocupações selvagens e isso foi regulado pelo Governo.

JB- Mas então o fato de haver as nacionalizações dos bens dos que deixaram o território, isso no seu entender não é...

VC - Mas olhe que a confiscação dos bens tinha um período bastante longo. Quer dizer uma pessoa não podia vir julgo que era mais de 6 meses, e havia exceções. E havia exceções. Se a pessoa dissesse que regressaria e que saía do território apenas por uma razão específica poderia regressar e ter os seus bens.

JB - Havia um Diploma que obrigava as pessoas, a partir do momento em que chegassem às Províncias Ultramarinas, a inscreverem-se nos Montepios e Caixas de Previdência, dado que não havia a Caixa como aqui em Portugal. E eles perderam isso tudo.

VC – Deixe-me dizer. Era fictícia a ideia que havia relações, digamos, financeiras entre Moçambique e a Metrópole. Estavam proibidas todas as transferências, desde que não fossem devidamente comprovadas, como por razões de saúde, ou pagamentos de estudo, enfim um conjunto de razões que determinassem as transferências porque elas eram completamente proibidas há anos. As pessoas que tinham dinheiro em Moçambique tinham-no em dinheiro moçambicano. Porque eram duas moedas convertíveis e estavam proibidas e estavam proibidas as transferências. Só eram permitidas segundo uma tabela.

JB – Mas eram convertíveis?

VC – Eram ao par, mas só autorizadas naquela tabela. Mas uma pessoa que tivesse o dinheiro que fosse em Moçambique, já no tempo colonial não o tinha senão ali.

JB – Mas a minha pergunta ia além disso. Era sobre os direitos adquiridos por força da obrigação da Lei Colonial os obrigar a inscreverem-se nesses Montepios por não terem a Caixa cá, o dinheiro que tinham pago ficou todo lá.

VC – Eu não lhe sei responder a isso. Mas esse dinheiro julgo eu era só dinheiro aplicado a Moçambique. Não havia nenhuma Lei nacional a permitir a transferência.O que lhe garanto é o seguinte: Tudo o que foi possível realizar de transferências, garantia de direitos etc , esta equipa que lhe referi tentou até ao limite fazer.

Repare bem. Esta equipa com esta qualidade tentou até ao limite garantir os direitos dos portugueses. Às vezes acusavam-me a mim de componentes políticas e tal, mas esta equipa não tinha diretivas políticas, mas apenas diretivas técnicas, era uma equipa técnica a tentar resolver coisas. Só trazia à insolubilidade certas coisas, para depois se encontrar soluções técnicas mais favoráveis ao encontro da solução.

JB -- Quem tomou a decisão de autorizar os depósitos nos Consulados da Beira e de Maputo?

Vc - Essa decisão ainda foi no meu tempo, mesmo nos últimos dias. Muitas pessoas me diziam que tinham depósitos em bancos, e dinheiro, para trazer para Portugal e eu dizia: você nunca poderia trazer esse dinheiro

no tempo colonial, mas agora o máximo que eu possa fazer para o trazerem, farei. Por isso depositem-no no Consulado.

JB – Então a decisão foi sua?

VC -A decisão foi minha e eu tratei disso com o Primeiro Cônsul, depois de falar primeiro com o nosso primeiro Embaixador. Mas repare era uma coisa que no tempo colonial não podia acontecer.

JB- Pois era e nos outros territórios isso não aconteceu. Isso é um mérito que lhe deve ser atribuído.

JB -- No dia 31 de Janeiro de 1976 é empossada a Comissão instaladora do ICE. A lei orgânica saiu a 31/12/75 e portanto foram empossados um mês depois. com a tutela conjunta das Finanças e do MNE, presidida pelo Dr Almeida Serra, que fora Administrador do Porto de Sines, Dr Brás Teixeira que fora da S.P.G., Dr Costa Oliveira, Dr Correia Pinto, António Martins que viera de Cabora Bassa.

VC - Isso ainda é pensado no meu tempo.

JB – Sabe como é que surgiu a ideia de criar o ICE. Foi o seu Secretário de Estado, Gomes Mota e o Eng Sousa Gomes enquanto Secretário de Estado dos Investimentos Públicos que convidaram o Dr Costa Oliveira, do ISEF, que tinha sido Professor do Gomes Mota, para apresentar um Diploma que regulasse as questões da cooperação. E vou explicar porquê. Em Janeiro de 1976, segundo me contou o Dr Costa Oliveira, contou-lhe que os novos Estados lhe tinham confidenciado que não se entendiam com os organismos de cooperação do Leste...

VC - Exato lembro-me muito bem disso. Confirmo inteiramente.

JB – grandes apoiantes, na altura, dos novos Estados. Pediram a Portugal que os ajudassem em matéria de Cooperação. Portanto vendo nitidamente que os seus grandes apoiantes podiam ser muito úteis numa determinada situação, mas em questões de cooperação não lhes resolviam o problema, então pedem ajuda a Portugal.

VC – Isso foi quando apareceram os pilotos bêbados em Moçambique etc.

JB – Ora então o Gomes Mota socorre-se do seu velho Professor e amigo Costa Oliveira e pede-lhe um Diploma urgente, para se criar em Portugal um Organismo de Cooperação económica que fosse uma resposta da nossa parte a estas necessidades.

VC – Eu não diria isso tanto assim, mas enfim, isso corresponde à ideia que eu tenho, mas não é o único. Essas pessoas que estão aí referidas e que integravam o Organismo também colaboravam.

JB – Ele diz que em oito dias apresentou o Diploma...

VC – Já havia ideias feitas sobre isso . Havia até algumas dificuldades com esse ...Pinto, como é que se chamava?

JB – O Correia Pinto.

VC – Que tinha alguma ideia diferente dos outros.

JB –Isso já andava a ser burilado, digamos assim?

VC – Exatamente. E andava a ser burilado porque já se sentia que se estavam a criar condições para incrementar a nossa cooperação, o que para nós era uma questão essencial e à qual dávamos muita atenção. Mas quero-lhe dizer-lhe que com Moçambique houve algumas dificuldades porque o entendimento do primeiro Governo constitucional não era muito favorável a relações privilegiadas com Moçambique e aquelas situações que havia em Moçambique não criavam boas condições para haver relações privilegiadas. Quer dizer entre o Dr Soares e o Samora Machel nunca se entenderam. Acredito que foram pelas suas ligações ao Bloco Leste, contrárias às ligações do Dr Soares.

JB – E nunca conseguiram ultrapassar esse problema. E foi depois o General Eanes que resolveu esse diferendo.

VC – Exato, exato. Eanes tem um papel fundamental nisso, sempre teve uma visão excelente da cooperação. A nossa postura de que privilegiávamos as relações do 3º mundo era mais pelo nosso nível de desenvolvimento económico e técnico do que propriamente por razões ideológicas. Nós sabíamos que a nossa cooperação poderia ser excelente com países do 3º mundo pouco desenvolvidos e teríamos bem mais dificuldades nas relações com a Alemanha ou com os EUA.

JB -- Essa era a tese que seguia o Melo Antunes.

Crespo: Seguíamos todos nos Nove, muitas vezes nos acusavam de sermos terceiros mundistas por razões ideológicas quando nós éramos terceiro mundistas, entre aspas, por razões do nosso estágio de

desenvolvimento, sabendo que as nossas capacidades em África, em países menos desenvolvidos, eram muito mais aplicáveis do que em países desenvolvidos.

JB: E, portanto, eram muito mais próximos deles por essa razão do que pela outra.

Crespo: Exato! Muitas vezes falámos do Brasil, aquilo que ainda hoje, enfim, de uma maneira diferente porque o Brasil cresceu muito, mas nessa altura a nossa cooperação era muito útil no Brasil, o Brasil é que tinha dificuldades financeiras terríveis.

JB: Isto bate certo, nessa altura, foi apresentado o Diploma ao Conselho de Ministros e envolvia este novo organismo que vai surgir, a tal Comissão Instaladora, que ainda não era organismo, vai envolver dois Ministérios, o Ministério da Cooperação e o Ministério das Finanças. Porque o Ministério das Finanças só dava verbas se integrasse esse organismo pois queria-o controlar.

Crespo: Passa-se numa altura em que a situação financeira do país era muito grave e naturalmente o Ministério das Finanças... Deixe-me dizer-lhe as duas coisas que condicionavam isso... Havia essa esperança de que nós pudéssemos desenvolver cooperação com as antigas colónias, e não só, estávamos abertos a todos os países de África. Através deles poderíamos ter Cooperação com outros países de África. Mas, havia tendência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, vendo uma oportunidade técnica, técnico-económica favorável, de conceder facilidades financeiras que o Ministério das Finanças não queria e, portanto, entendemos logo que era bom termos componentes dos dois Ministérios.

JB: Portanto isso foi pacífico?

Crespo: Foi, foi.

JB: Não foi imposição das Finanças?

Crespo: Não, não foi imposição. Deve entender isso como uma decisão conjunta do Governo. Entendia-se perfeitamente que não podiam ser tomadas decisões sem a componente financeira estar de acordo.

JB: Então como é que eu posso tirar uma conclusão disto tudo? Já vimos que este período foi fundamental, já chegámos a esta conclusão. Agora, por um lado está o facto de não haver na Lei Orgânica do Governo nada sobre questões de cooperação...

Crespo: Está a falar do VI?

JB: Sim...

Crespo: Deveu-se a essa questão de o Ministério ter sido feito à posteriori.

JB: Dá-me a ideia que isto acabou por ser uma coisa conjuntural, quer dizer, não havia um pensamento nessa altura porque a cooperação estava mais virada para o contencioso do que propriamente para ajuda ao desenvolvimento.

Crespo: Não, havia, havia. Tanto assim que inicialmente foi pensada na Secretaria de Estado, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a qual eu seria indicado.

JB: É isso que está em contradição, como não vejo nada...

Crespo: Não mas nos 9, que tinham grande influência no VI Governo, muito mais do que o Primeiro-ministro, que era uma pessoa (eu gosto de usar a palavra) tonitruante, (risos) o Almirante Pinheiro de Azevedo que era muito marcante na sua expressão mas não tinha um pensamento autónomo, ligou-se bastante ao Partido Socialista, mas depois sujeito ao pensamento dos 9 que era alguma coisa divergente do pensamento socialista, especialmente nessa questão do 3º mundo em que os socialistas, nessa altura, eram muito sensíveis aos Estados Unidos e os Estados Unidos tudo o que era 3º mundo achavam logo que não eram 3º mundo, que eram ligados ao bloco de Leste. Portanto, o Dr. Soares era mais sensível a isso e aí havia divergências. Já lhe expliquei qual era o nosso entendimento das relações de 3º mundo.

JB: Quer dizer que isto não aparece expresso, digamos assim, no vosso programa porque as condicionantes da liderança e do apoio que o Pinheiro de Azevedo tinha...mas vocês tinham essa ideia?

Crespo: Pode estar certo e ter isso com propriedade na sua tese de que no pensamento dos 9 a cooperação e as relações com África, estavam presentes e muito presentes, achavam que o nosso desenvolvimento económico teria grandes condicionantes se nós não mantivéssemos essa componente de cooperações com países menos desenvolvidos do que nós.

JB: Os 9 tinham assim uma influência tão grande sobre o Governo?

Crespo: Sobre o VI? Completamente, total.

JB: O Pinheiro de Azevedo foi escolhido por vós?

Crespo: Sim, e não houve divergência entre nós e os socialistas. Quer dizer, houve sempre possibilidade de conciliar bastante no Governo, no VI Governo. E eu posso falar disso porque julgo ter tido aí um papel importante. Enquanto o Melo Antunes não ia, ou ia pouco, às reuniões de Conselho de Ministros do VI Governo, eu ia muito, falava muito por exemplo, com o Almeida Santos, até os comunicados finais eram feitos pelos dois, éramos nós que conseguíamos aqueles comunicados. Os Conselhos de Ministros na altura eram muito importantes. Nunca tive divergências com o Almeida Santos, com o Dr. Zenha por exemplo que era uma figura importantíssima desse Governo.

JB: Era o Ministro da Justiça?

Crespo: Sim, da Justiça. Por exemplo, o Vítor Alves, também, estou a falar de mim mas devia falar primeiro dele, era uma pessoa também com excelentes relações com o Partido Socialista. Portanto, no VI Governo a única pessoa que ficou ali por cima, digamos, foi o Primeiro-Ministro, porque os entendimentos faziam-se entre os 9 e...

JB: Por trás manobravam aquilo tudo.

Crespo: Eu não diria assim mas havia boa cooperação. Digo-lhe mais, esse Governo foi um Governo que não teve desentendimentos graves. Os comunistas, que eram representados pelo Veiga de Oliveira, também não faziam posições agressivas e de divergência neste VI Governo. O VI Governo obtinha soluções com bastante facilidade.

JB: Portanto, o representante dos comunistas era o Veiga de Oliveira, era ministro de quê?

Crespo: Era Ministro... não lhe sei dizer.

JB: Bem, para aquilo que eu ia dizer, de facto isto é fundamental, é neste governo que se cria as estruturas para a cooperação.

Crespo: Julgo que era das Obras Públicas. Tanto assim que aparecem os Diplomas. Aparece o Instituto e depois o ...

JB: Aparece a Secretaria de Estado da Cooperação... A única coisa que não se enquadra aqui é a Secretaria de Estado da Cooperação Externa, dá-me ideia que já vinha detrás esta ideia...

Crespo: Nessa altura não havia cooperação externa com as colónias, talvez houvesse já com Cabo Verde porque, repare, essa altura é a da descolonização. Nessa altura em que está o Jorge Sampaio como Secretário de Estado

JB: A 26 de Março de 75.

Crespo: Ainda eu estava em Moçambique portanto as coisas de Moçambique não eram resolvidas com o Jorge Sampaio, eram resolvidas por mim. Estava ainda em Angola o Alto Comissário, que só acabou um ano depois, ainda nem tinha sido a independência de Cabo Verde.

JB: Portanto, quando se cria a Secretaria de Estado da Cooperação já estavam todos independentes menos Angola, ou não? Angola foi em Novembro.

Crespo: Do VI Governo estava tudo menos Angola.

JB: E vocês vão apanhar depois todos eles?

Crespo: Exacto, nós fazemos negociações com todos eles, exceto Angola.

JB: Isto é importante porque no fundo pode ir de encontro à sua tese. De facto, se calhar a Secretaria de Estado da Cooperação Externa estava, abarcada também já aqui a matérias de cooperação, nomeadamente com a Guiné que foi o primeiro.

Crespo: Mas eu julgo que o Jorge Sampaio nunca tratou de nada disso mas não estou completamente seguro disso por isso é melhor falar com ele.

JB: Foi efémera a existência do único Ministério da Cooperação existente até hoje em Portugal. Afinal, qual a razão pela qual o Governo seguinte acabou com este Ministério?

Crespo: No essencial, havia uma razão fortíssima para passar essa matéria para o MNE que era alguma sensibilidade nos novos países a tratarem com um ministério que não fosse o MNE, assuntos desses países. Isto nós verificámos. Tanto assim que, em geral, as delegações passavam pelo MNE antes de irem à Cooperação, isto é, por razões políticas, meramente políticas. Evidente que eu explicava que a existência dum Ministério da Cooperação lhes era muito mais favorável a eles, porque encontravam maior compreensão para os problemas de cooperação num ministério específico do que encontrariam no MNE onde isso seria sempre uma parte. O MNE é muito mais vasto.

JB: Era uma área das relações externas.

Crespo: Exacto. Hoje é uma grande área porque os MNE'S todos do mundo têm crescido nesses domínios, mas naquela altura os MNE'S eram muito mais políticos do que são hoje porque a componente económica, sempre houve componente económica, mas na altura era menor.

JB: Então a razão, no seu entender, é porque não se justificava?

Crespo: Penso que sim.

JB: Porque os nossos interlocutores não viam isso como necessário?

Crespo: Quer dizer, viam com sensibilidade, era preciso sempre estar a explicar.

JB: E tinha orçamento suficiente ou tinha que andar sempre a bater às Finanças ou ao MNE?

Crespo: Não, sempre nas Finanças.

JB: Era sempre nas Finanças que autorizavam, portanto a sua própria margem de manobra estava condicionada.

Crespo: Repare, eu tratei mais negociações políticas do que propriamente coisas económicas porque a Secretaria de Estado da Cooperação ainda tratou de algumas mas, nessa altura, como era o início da cooperação, as negociações foram muito mais de natureza técnico-política do que de investimentos e etc. Mas sempre que havia necessidade de fazer algumas ações de cooperação que envolviam verbas...

JB: A chamada ajuda ao desenvolvimento, cooperação técnica...

Crespo: Ou até essa cooperação, era feita no Ministério das Finanças que era o Sousa Franco o Secretário de Estado...

JB: Nessa altura o Ministro era...

Crespo: Era o Zenha o Ministro das Finanças. Aliás, um Ministro das Finanças com grande sensibilidade para esse problema. Não me queixo de nada do Zenha como Ministro das Finanças.

JB: Foi colaborante...

Crespo: E compreensivo, especialmente porque tinha esse Secretário de Estado que era excelente.

JB: O Sousa Gomes? [queria dizer Sousa Franco]

Crespo: do ponto de vista.

JB: Vocês acabavam mais, enquanto Ministério da Cooperação, por resolver problemas políticos e dentro deste âmbito dos contenciosos...

Crespo: Técnico-contenciosos. Contenciosos mas também estabelecemos alguns acordos com a cooperação, tinham sempre uma vertente de cooperação que ficavam nos Acordos. Mas mais no estabelecimento dos acordos do que na concretização, porque foi o primeiro ano.

JB: Foi mais negociá-los do que propriamente desenvolvê-los.

Crespo: Exato.

JB: Houve um dado que gostaria de esclarecer: os estágios de Formação Diplomático-Consular, lembra-se se isto foi iniciativa do vosso Governo ou não?

Crespo: O Medeiros Ferreira talvez lhe possa dar resposta a isso.

JB: O Giscard d'Estaing fez uma aproximação fortíssima a Cabo Verde oferecendo formação de quadros e um Centro Cultural no Mindelo inclusive convidou o Ministro da Educação para ir a Paris e oferecer-lhe isto tudo em 1975.

Crespo: Política normal da França.

JB: Já tinha enviado nessa altura um avião Francês para Bissau carregado de livros e filmes franceses e ofereceu um Centro Cultural. Vocês tiveram alguma ação, digamos assim, para defesa da língua portuguesa ?

Crespo: Nós não queríamos, naturalmente, ir contra cooperação de qualquer natureza para esses países. Éramos favoráveis a todas as cooperações mas entre nós, por exemplo no que respeita à língua, dissemos sempre e deve estar nos acordos, se ler os acordos de cooperação à de ver que as questões relativas à educação etc, hão de lá estar todas.

JB: Era sempre prioridade a questão da língua.

Crespo: Sempre prioridade a questão da língua e mais, da educação cá, concessão de bolsas etc constava sempre desses acordos. Podem não estar concretizadas mas esse assunto era sempre. ..porque um dos

aspectos essenciais de cooperação e de manutenção, era a conservação da língua e a ligação das partes educativas de Portugal a esses países.

JB: A vossa estratégia, o vosso grande objetivo, as prioridades enquanto Ministério da Cooperação...

Crespo: Esse era essencial, a manutenção da língua e cooperação no domínio da educação, total, quer dizer, das primeiras prioridades. Depois tínhamos a aplicação das nossas capacidades técnico-funcionais nesses países, instalação de indústrias que permitissem utilizar as matérias-primas deles e manter as ligações tradicionais que nós tínhamos nesses domínios, as coloniais agora com base em ações de cooperação.

JB: E no fundo sempre presente, nessa altura também, a negociação do contencioso, que isso também vos ocupou muito do tempo.

Crespo: Mas o contencioso em alguns domínios ficou completamente resolvido, após estas negociações do dito Contencioso Colonial, porque nós nunca subtraímos o nome, as negociações chamavam-se “Negociações do Contencioso Colonial”.

JB: Pois, mas ele passou além de vós, ele manteve-se. Ainda me lembro bem do Eanes mandar missões...

Crespo: Em Angola?

JB: Não, em Moçambique. Mandatar missões que foram ao Palácio de Belém receber instruções dele para resolver as questões com Moçambique.

Crespo: Mas isso é diferente. Os acordos ficaram estabelecidos mas depois não foram cumpridos e isso manteve o Contencioso Colonial mas não no plano teórico porque no plano teórico...

JB: Ficou resolvido, pelos vistos, isso mesmo, estamos de acordo.

Crespo: Quero-lhe dizer que alguns acordos foram apenas rubricados. Nos de Moçambique houve uns acordos que foram apenas rubricados, ficaram de ser depois assinados pelos dois Estados. E um ou outro acordo, talvez aí sim, que houve essas questões do I Governo Constitucional, houve logo aí alguns acordos, desses que estavam rubricados portanto, tinham chegado até ao fim, mas depois na parte política entre os dois Estados, julgo que barraram.

JB: Então as questões do domínio financeiro (que eu tenho conhecimento disso) foram muito difíceis e demoraram muito tempo a ultrapassar.

Crespo: Isto não significa que as delegações não chegassem a acordo, depois os dois Estados é que barraram na assinatura.

JB: A última pergunta acaba por ir de acordo a isto.

Crespo: Uma pessoa especialista em questões diplomáticas, está a ver as diferenças abissais que às vezes é entre o final das negociações e a assinatura dos Ministros.(risos)

JB: E a regulamentação, às vezes, dos acordos...

Crespo: Sim, sim.

JB: Concorda com a ideia que, apesar dos percalços, a passagem relativamente rápida da descolonização para a cooperação, deve-se mais aos militares que tiveram funções dirigentes do que aos políticos, dada a desconfiança dos dirigentes africanos para com os políticos, enquanto que com os antigos adversários havia admiração e respeito?

Crespo: Eu não vou responder a essa questão naturalmente, mas vou-lhe dizer que nós tínhamos enorme sensibilidade para essa cooperação, enorme, quer dizer, não sei se os políticos tiveram tamanha, mas do nosso lado havia total sensibilidade para manter uma cooperação que tínhamos a certeza que era útil para os dois Estados. Quer dizer, podia haver razões políticas que a dificultassem mas tecnicamente havia imensos domínios que, não tínhamos dúvida nenhuma, que os novos Estados não encontrariam em mais parte nenhuma do mundo melhor cooperação, de mais qualidade e mais favorável, do que a portuguesa. A questão da língua é essencial. Eu conto-lhe uma história, só para terminarmos esta parte, que é decisiva. Um dia o Chissano muito feliz disse-me:

Já encontrei cooperação para a Polícia, vêm 5 especialistas da Alemanha de Leste, 2 da Polónia e 3 da União Soviética”, qualquer coisa assim do género. Eu ouvi aquilo tudo com grande serenidade, eu deixava lá, com base naquele acordo, também instrutores da nossa Polícia. E ele disse: “sabe que a Alemanha de Leste é a melhor Polícia do mundo”, e eu disse: “a nossa não é de certeza a melhor do mundo mas é uma Polícia, sabem de Polícia”, será a vigésima quinta ou a trigésima, não sei, mas são Polícias, quer dizer, conhecem a profissão, e depois perguntei-lhe: “esses técnicos todos já vêm a saber falar português”, e ele: “não”, e eu

disse: “então uns falam alemão, outros russo e você não tem cá ninguém na Polícia, nem alunos nem professores, que saibam nem alemão, nem russo nem polaco, todos falam português“. A nossa trigésima Polícia no mundo, em qualidade, é capaz de ser mais eficaz do que a de primeira classe na Alemanha de Leste.

JB: Como é que ele reagiu?

Crespo: Sorriu pois as nossas relações era excelentes. Aliás, as minhas relações com o Chissano foram sempre excelentes.

JB: Isto, de facto, acaba por indiretamente me responder com a concordância a esta afirmação.

Crespo: Sim, o que eu lhe digo é que da nossa parte havia grande sensibilidade e em todos os sítios em que estivemos procurámos mostrar essa sensibilidade nomeadamente, criando um Ministério próprio, único. Mas tinha esse defeito que eu lhe referi, eles eram sensíveis à existência de um Ministério especial para tratar de assuntos coloniais.

JB: E muitas vezes não tentaram ir diretamente ao Melo Antunes?

Crespo: Não, era eu que promovia sempre isso. As delegações chegavam cá e eram recebidos no Ministério por Diplomatas ou por alguém do Ministério.

JB: Claro que o Melo Antunes não se metia, imediatamente deixava...

Crespo: Recebia e falava de mim e das nossas relações. Era quase como se o Ministério da Cooperação fosse uma Secretaria de Estado do outro, que acabava por ser, não havia nenhum tipo de barreiras e o Ministério da Cooperação era pouco estruturado, era mais um Ministério político do que propriamente com estrutura.

JB: Eram poucas pessoas, não eram?

Crespo: Eram relativamente poucas, nós não quisemos criar uma estrutura muito pesada que não teria continuidade.

JB: Integraram os outros Gabinetes do Zambeze etc, para terem técnicos que vos apoiassem.

Crespo: Todos aqueles que não extinguimos do Ministério do Ultramar, integravam.

JB: Acompanhou o Melo Antunes no encontro em Roma com o Chissano?

Crespo: Eu acompanhei o Melo Antunes em vários encontros. Em Roma em que fase?

JB: Foi na altura do IV Governo. O Melo Antunes teve um encontro em Roma...

Crespo: Não, eu como Ministro e o Melo Antunes, os dois juntos falar com o Chissano não estivemos. Mas eu recordo-me, agora que me está a falar disso, de uma conversa com o Chissano, que era Primeiro-Ministro, em Roma.

JB: Eu lembro-me que houve uma necessidade qualquer que tinha de promover o encontro e tinha que ser fora, não podia ser aqui.

Crespo: Porque havia já o problema Renamo nessa altura. Eu tenho a impressão que isso já tem matéria política... de confrontos.

JB: Quais os episódios mais marcantes da sua atividade governativa pela positiva e pela negativa? Como Ministro da Cooperação...

Crespo: Claramente que foram os acordos de cooperação com os Estados.

JB: Foram os que mais o marcaram pela positiva...

Crespo: Sim, sim, pela positiva, pela dificuldade que tiveram e pela conclusão positiva porque acabámos com acordos, podíamos ter acabado sem acordo. Em todas as negociações que houve, acabámos com acordo.

JB: E pela negativa?

Crespo: Pela negativa a principal foi a demissão do Gomes Mota com uma carta simpática para mim. Nunca cortámos relações nem interrompemos a nossa amizade, mas é sempre difícil, as coisas lá correram claramente mal. Ele sentiu-se ofendido de ter ido numa missão de cooperação negociar com um negociador duríssimo como era o Samora Machel. Repare que ele era Secretário de Estado e a tratar de um assunto que eu agora.. tenho pena de não recordar, e foi recebido pelo Presidente da República que era um bocado... Eu aqui, quando ele me disse que ia ser recebido pelo Samora, ele disse-me com algum orgulho e por ser um homem que o Samora Machel sabia perfeitamente que era meu amigo íntimo, que era um homem dos Nove e portanto, politicamente, um homem cheio de força. Mas achei estranho que não fosse recebido só pelo Primeiro-ministro ou pelo Secretário de Estado, por um Ministro, que era o normal. Ser recebido pelo

Primeiro-Ministro já era uma concessão, agora ir ao Presidente da República... Mas entendi que ele queria tratar de questões políticas e, claro tratar de questões políticas àquele nível, telefonou ao Primeiro-ministro de Portugal, que não devia ter feito. E o Primeiro-ministro devia ter sido só gentil e tal, “tem aí o Secretário de Estado para tratar dos assuntos”...

JB: E o Gomes Mota soube lá em Moçambique disto?

Crespo: Foi à frente dele. Nas negociações com o Presidente ele agarra no telefone e fala ao Primeiro-ministro, é o máximo de ofensa que se faz a um Secretário de Estado, compreenderá isto perfeitamente.

JB: E o Gomes Mota...

Crespo: Não saiu dali porque era um rompimento valioso e as consequências políticas... E demitiu-se.

JB: E chegou cá e demitiu-se logo?

Crespo: Demitiu-se.

JB: Isto foi em que altura, em Março?

Crespo: Foi já quase no fim. Houve outras razões também, o Gomes Mota gostava de sair daquele governo para estar mais à vontade para ser socialista, queria desligar-se dos Nove e passar a ser aquilo que ele era, membro do Partido Socialista, isso também contribuiu. Porque entre nós, eu tenho a carta, é uma carta de amigos, fomos sempre até ele morrer.

JB: E ele conta-lhe esse pormenor na carta ou não?

Crespo: Não, falámos disso os dois.

JB: E dada a sua amizade com o Samora Machel...

Crespo: A minha amizade com o Samora Machel, eu gostava de dizer boas relações, porque nunca tivemos nada de afetivo.

JB: Mas nunca chegou a abordar este aspeto? Achou que era problemático demais?

Crespo: Com o Samora Machel eu depois tive pouca oportunidade de falar com ele, encontrei-o numa altura em que tive muito tempo, praticamente só falei com ele. Encontrei-o na Coreia do Norte num aniversário do IL Sung, em que estava o Samora Machel e estávamos no mesmo hotel eramos vizinhos e portanto falámos bastante de coisas portuguesas e moçambicanas. Ele também não estava muito interessado em Coreias

JB: Mas não tocou neste assunto do Gomes Mota? Não falou sobre isto?

Crespo: Não, nisso creio que não. Ele foi muito gentil para mim, o Samora Machel, nessa altura.

JB: Eu diria que, embora me tenha referido isto dos episódios mais marcantes da sua atividade governativa, eu atrever-me-ia, se calhar, pela negativa a falar-lhe também de não terem conseguido boas relações com Angola, não teria sido a “pedra no sapato” para vocês?

Crespo: Eu não esperava ter boas relações com Angola naquela fase. Não esperava, primeiro pela divergência que ainda havia no VI Governo com o Partido Comunista e, é preciso não esquecer, que o VI Governo viveu um Verão Quente terrível depois houve aquele episódio da independência que não foi nada favorável às relações de Portugal. Eu posso falar-lhe disso mas isso é uma coisa conhecida. Quer dizer, a independência naquelas condições, foi determinada essencialmente pelo Primeiro-ministro e pelo Partido Socialista que nunca quiseram reconhecer. Isso foi tratado no Ministério da Cooperação, eu reuni um conjunto juristas porque a matéria do reconhecimento de Angola tinha uma componente jurídica grande, era preciso não ultrapassar as Resoluções das Nações Unidas, não ultrapassar o Acordo do Alvor, em certos aspetos não ultrapassar as posições portuguesas posteriores ao Acordo do Alvor enfim, respeitando toda essa panóplia jurídica que nós reconhecíamos aquilo que foi reconhecido em Alvor a soberania do povo angolano. Fazíamos a transferência da independência para o povo angolano e seria sempre feito assim, porque era nos termos do Acordo do Alvor mas depois, como ficou combinado, podíamos ter reconhecido o governo da capital do país, podia ter assumido várias formas, eu tinha várias formas para o fazer, porque antes era o Conselho de Ministros que resolvia esse assunto, eu tinha várias formulações jurídicas...

JB: Várias hipóteses...

Crespo: Várias hipóteses. E uma delas, sem reconhecer propriamente o MPLA, reconhecia um governo que era o da capital do país (que era a minha tese), isso não tinha sido o que o MPLA queria, que era o único e legítimo representante do povo de Angola, mas tinha sido positivo para Portugal.

JB: Mas isso ia ao arrepio dos Acordos de Alvor porque....

Crespo: Não, não reconhecíamos o MPLA, reconhecíamos o Governo de Luanda que era o governo do país, é o que está na capital, embora fosse precedido de algumas considerações sobre a guerra que havia no país mas não foi esse o entendimento do Conselho de Ministros, só quis que nós reconhecêssemos a soberania do povo de Angola. O PS foi intransigente, o PSD completamente intransigente e o Primeiro-ministro a dizer que se demitia o governo. Mas como isto era da responsabilidade do Presidente da República, com quem eu estive sempre em acordo total porque foi através de mim que ele recebeu o apoio técnico-jurídico para isso, e através do Melo Antunes que era o Ministro dos Negócios Estrangeiros que mantinha umas excelentes relações com o nosso Embaixador das Nações Unidas que era o...

JB: José Manuel Galvão Teles

Crespo: O José Manuel Galvão Teles mandou uns telegramas especialmente esclarecedores porque ele conseguiu falar com vários Embaixadores das Nações Unidas dizendo qual era a sua atitude relativamente ao futuro, nomeadamente dos Estados Unidos que iam reconhecer. O Brasil, que não tinha dúvida nenhuma, e especialmente a posição da CONCP reunida em Lourenço Marques. A CONCP reuniu para dizer que eles reconheciam.

JB: Todos eles.

Crespo: Isso para nós era de um significado extraordinário e foi isso que nós argumentámos tanto no Conselho da Revolução que obtivemos vencimento para aquela fórmula em que se considerava o reconhecimento da soberania no povo e a independência do país mas isto através do governo que existia em Luanda. Não se falava em MPLA, era o governo do país antecedido de um considerando a dizer que a situação difícil em que o país vivia até à unidade.

JB: E isso era legal? Essa independência era considerada “de jure”

Crespo: “de jure” e resolvia-se o problema político.

JB: Mas os políticos não quiseram...

Crespo: Não. Quer dizer, no Conselho da Revolução obteve-se a unanimidade, o Presidente da República, que era o responsável porque a Declaração era do Presidente da República...

JB: O Costa Gomes...

Crespo: O Costa Gomes estava inteiramente de acordo e era militante desta tese. Foi feito um Conselho de Ministros especial com membros do Conselho da Revolução presidido pelo Presidente da República (foi a única vez que o Presidente da República presidiu a um Conselho de Ministros), pelos Secretários Gerais dos Partidos que não pertenciam ao Governo. Está a ver, foi o STAFF nacional, integral, para resolver este problema.

JB: Isso foi em Outubro, não?

Crespo: No dia 10 de Novembro.

JB: Foi na véspera...

Crespo: Exato porque eles apostavam em que os outros entravam em Luanda e se resolvia a situação. Nessa altura, eles nunca o disseram mas iriam reconhecer o Governo de Luanda. Porque a FNLA, os mercenários e o Zaire, que eram as três forças, estavam a 30 km de Luanda com artilharia, blindados, toda a gente esperava que entrassem em Luanda antes do dia 10. E a Força Zulu sul-africana com a UNITA..., que era uma grande força, ganhava de certeza aos Cubanos e ao MPLA se não tem abatido a ponte do Rio Queve, eu lembro-me disso tudo. E portanto, nós estávamos nessa expectativa, a discutir isto no plano ultra teórico, porque se eles invadissem Luanda, nada disto tinha acontecido.

JB: Nem a independência tinha sido no dia 11.

Crespo: Ficava tudo complicado mas como depois tivemos notícias concretas da destruição da coluna da FNLA e da Ponte do Rio Queve que susteve a coluna Zulu, a independência verificava-se com uma Luanda completamente livre.

JB: E então fazia-se mesmo essa declaração...

Crespo: Repare, havia também um argumento jurídico fortíssimo que era o seguinte: os outros partidos tinham debandado da Comissão de Defesa e do Governo. O único que nunca abandonou foi o MPLA, pertenceu sempre, nós é que suspendemos o Acordo de Alvor e, portanto suspendemos aquele governo, não podíamos acusar o MPLA de ter abandonado.

JB: Quem é que governou nessa fase?

Crespo: Era o Alto Comissário.

JB: Sozinho? Sem o apoio de nenhum deles? O MPLA não ficou a dar apoio?

Crespo: Não.

SEGUNDA PARTE DA ENTREVISTA

JB: No caso da independência de Angola, como vimos, Portugal não reconheceu nem os Estados Unidos, naquela altura. Portugal reconheceu oficialmente em 22 de Fevereiro de 76.

Crespo: É que o problema subsistiu que várias vezes eu próprio levantei problema no Conselho de Ministros de que isso estava a prejudicar Portugal o não reconhecimento e dada a multiplicidade de reconhecimentos, de países ligados a Portugal, isto é, foi reconhecido pela França, pela Inglaterra, quer dizer, não punha já nenhum problema político das nossas relações com os países Ocidentais e nós mantínhamos a intransigência do não reconhecimento, mesmo no VI Governo.

JB: O que agravava as relações.

Crespo: Eu recordo-me do número, fomos o octogésimo, se não é octogésimo é próximo disso, porque eu vivi tanto esse problema que me recordo.

JB: Com certeza agora vai ter a oportunidade de me criticar, digamos assim, no bom sentido, este apontamento que eu já colhi de outro interveniente. O Doutor Sá Carneiro e o Doutor Mário Soares faziam questão de honra em não reconhecer o novo estado ao arrepio do Acordo do Alvor. Segundo eles, isto seria uma ilegalidade face ao que as partes tinham acordado.

Crespo: Não, havia partes do Acordo do Alvor que eles consideravam que estavam cumpridas. O Acordo do Alvor falava do reconhecimento da soberania do povo e da independência do país em 11 de novembro e isso eles...

JB: Não contestavam.

Crespo: O reconhecimento do Governo...

JB: Isso não. Os independentes e os militares do governo desejavam o reconhecimento.

Crespo: Sim, sim, todos, os militares eram todos nossos ou próximos de. E os independentes, era o Doutor Farinha que era o Ministro da Justiça, que era um excelente homem, e que entendia que sim e está correto portanto não vale a pena comentar.

JB: O Ministro da Justiça era o Doutor Farinha?

Crespo: Era um jurista, julgo que até juiz, era pelo menos jurista, não sei se era advogado se era juiz.

JB: E esse Doutor Farinha era independente?

Crespo: Sim mas uma pessoa que tinha compreensão para os problemas e era muito sensível às posições dos Nove e tal.

JB: Então continuando... O Presidente Costa Gomes convoca um Conselho de Ministros extraordinário para debater o reconhecimento.

Crespo: Depois do Conselho ter aprovado a posição de o reconhecimento do Governo de Luanda.

JB: O Conselho de Revolução mas não o Governo.

Crespo: Deixe-me dizer-lhe um detalhe que é importantíssimo, o Presidente da República para minorar a derrota que teve no Conselho de Ministro, envia o Ministro da Cooperação a Luanda para a acomodação da independência de Angola junto de quem a --- que era o MPLA e tal.

JB: Tacitamente o Estado Português...

Crespo: Não havia reconhecimento...

JB: Sim, claro. Mas tacitamente o Estado Português estava-se a comprometer.

Crespo: Mas o Estado Português estava representado pelo Ministro, em representação do Presidente da República. Esta não conta porque foi passada comigo. Ora bem, como é que vou e como é que não vou? A Força Aérea talvez ajudasse a resolver o assunto, TAP, quer dizer, não havia problemas de nenhuma ordem, financeira ou outros, havia só o problema de arranjar avião para eu ir --- para ir celebrar a independência de Angola em Luanda no dia 11, em representação do Presidente da República. A declaração tinha sido feita pelo Alto-Comissário naqueles termos em que foi. Mas o Alto-Comissário não estava, porque o Alto-Comissário vinha-se embora, só estava o Ministro em representação do Presidente da República.

JB: Ai o Alto-Comissário vinha-se embora?

Crespo: Como é normal, à meia-noite cessam as funções.

JB: Então ficou só lá?

Crespo: Não mas houve uma tempestade que não me deixou ir, ainda hoje estou para saber, que houve mau tempo, houve, mas ainda estou para saber...

JB: Se o impedia de levantar voo ou não?

Crespo: Se impedia aquele voo da TAP de se realizar ou não, ainda hoje não sei. Tempestade havia que isso eu verifiquei nas Cartas de Tempo...porque eu sou Oficial de Marinha e portanto tenho alguma noção.

JB: Então não chegou a embarcar?

Crespo: Não, não houve...

JB: E isso foi em que dia?

Crespo: Do dia 10 para 11, eu voava na noite de 10 para 11.

JB: Ai não houve depois nenhum voo posterior a tempo de chegar lá?

Crespo: Não houve porque aliás, o Presidente Costa Gomes refere isso no livro, no livro à Manuela Cruzeiro pode constatar isto.

JB: Pois, é um facto que está escrito.

Crespo: Está escrito pelo Costa Gomes.

Mas depois quando foi o reconhecimento oficial de Angola, no dia 22 de Fevereiro, houve um Conselho de Ministros para formalizar isto, certo?

Crespo: Sim, passou-se um Conselho de Ministros.

JB: E isso foi também convocado pelo Costa Gomes ou foi um Conselho de Ministros normal?

Crespo: Não, foi um Conselho de Ministros normal, mas depois o reconhecimento deve ter sido feito pelo Costa Gomes. Quer dizer, o Conselho de Ministros deve ter feito uma Resolução no sentido do reconhecimento e a formalização é um ato do Presidente da República

JB: Eu tenho aqui que, no dia em que nós demos o reconhecimento oficial as coisas passaram-se assim: por volta da hora do almoço, o Embaixador Belga em Lisboa...

Crespo: Sim, sim, lembro-me, o gorducho muito simpático.

JB: A Bélgica era quem exercia a presidência da CEE...

Crespo: Que nos recebia muito afavelmente, aos nove, ali na Embaixada, à Lapa

JB: O Embaixador informa o Governo através do Gabinete do Melo Antunes de que vão reconhecer Angola e que achavam importante (tiveram essa consideração para connosco) que Portugal o fizesse primeiro.

Crespo: Esse Embaixador era dos Nove.(risos)

JB: Mas foi verdade isto?

Crespo: Foi verdade.

JB: Portanto, a CEE é que nos empurrou...

Crespo: É, é, pela voz desse Embaixador que era completamente compreensivo com as nossas posições e que sabia o nosso desejo desde o dia 10.

JB: Então isto foi uma ajuda importantíssima aos nove...

Crespo: Naturalmente que foi a Bélgica que o fez.

JB: Foi a CEE.

Crespo: Foi a CEE.

JB: Que, através do Embaixador, avisou o MNE: ou vocês fazem isto ou a gente fá-lo e depois... Nós não o queríamos fazer. Por sua vez, também o Vaticano concordava que nós apoiássemos a independência do MPLA. Nós não o fizemos naquela altura e eles fizeram-no primeiro do que nós.

Crespo: Aliás, o Núncio tinha já falado nisso também...

JB: Nós não o fizemos e eles anteciparam-se mas a CEE não, a CEE esperou que nós o fizéssemos mas deu-nos este ultimato: ou vocês o fazem hoje ou então...

Crespo: Isso foi feito com a compreensão desse tal Embaixador.

JB: Mas está a ver, quando eles nos dão este ultimato, por volta da hora do almoço, nós, em questão de horas acabámos por reconhecer. Como é que isto foi feito?

Crespo: É simples porque o Partido Socialista, claro que o Doutor Sá Carneiro era completamente intransigente, talvez mais ainda porque é mais radical do que o Doutor Soares nesses domínios. O Doutor

Soares não podia aceitar, deve ter confirmado junto do Embaixador que isso era assim, o Doutor Soares não deve ter podido aceitar que a CEE o fizesse.

JB: Então foi preciso convocar o Conselho de Ministros precisamente para fazer isto?

Crespo: Deve ter sido convocado especificamente, eu não me recordo.

JB: Foi de urgência, logo...

Crespo: Há Atas do VI Governo.

JB: Mas este é um facto extremamente importante e que demonstra como um acontecimento externo pode condicionar...

Crespo: Isso nem vale a pena verificar porque eu recordo-me disso.

JB: A sua visita a Kampala e Dar es Salam em 5 de Novembro de 75, como Ministro da Cooperação, para assistir à 12ª Cimeira da OUA, e depois acabou por se encontrar com o Nyerere, tinha alguma agenda secreta?

Crespo: Não foi só o Nyerere...

JB: Não, depois foi à Tanzânia, até foi no avião particular do Idi Amin com o Chissano.

Crespo: Há sabe isso ! Eu já escrevi isso não sei onde.

JB: Eu tenho através do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ora bem.

Crespo: Ora bem, essa missão foi importantíssima e corria riscos de vida porque o Idi Amin era o Idi Amin e prendeu-me lá num hotel qualquer, estive preso quatro dias sem poder sair enfim, não sabia o que é que me ia acontecer...

JB: Isso em Kampala?

Crespo: Sim em Kampala. E aconteceu uma coisa extraordinária, o que eu queria era ver se ainda reunia condições para haver pelo menos um acordo formal para a independência. Eu não tinha esperança de que fosse terminar a guerra, mas que

JB: Estávamos mesmo na véspera da independência, 5 de novembro e a independência foi a 11.

Crespo: Mas repare, eu tinha ido antes a Angola e falei com os representantes dos movimentos de libertação, não sei qual foi a data, mas também foi próximo disso.

JB: Eu também tenho isso.

Crespo: E em Angola, especialmente da parte do MPLA, recebi, repare que eu tinha um grande amigo no MPLA, dadas as circunstâncias particulares de ter vivido com ele na mesma casa em Coimbra, éramos amigos dos bancos da escola e da mesma casa.

JB: Está a falar de?

Crespo: Do Lúcio Lara. O Lúcio Lara teve oportunidade de falar com ele e o Presidente também, no sentido de ver se havia alguma compreensão para as lutas serem políticas e não serem armadas, quer dizer, não haver intervenção estrangeira que a nós custava-nos imenso que houvesse, coisas dessas das Coreias e todos esses entendimentos e tal, por acaso os Estados Unidos não estavam tão interessados. Mas enfim, houve uma boa

conversa com a audição do MPLA e desse lado, que havia também mais franqueza militar, embora eles soubessem que podiam ter razão....e portanto da parte do Roberto, a quem arrisquei ir falar também, porque eu fui falar com o Roberto lá ao Norte, já não sei em que terra foi. O Roberto estava numa cidade do Norte em...

JB: No Congo?

Crespo: Não, numa cidade do Norte...

JB: Numa cidade do Norte, nessa altura já com os conflitos.

Crespo: Já, já com conflitos mas voei até essa cidade, os do MPLA juravam que eu ia mas não vinha, dado eu ser membro dos nove mas fui, falei com o Roberto que não foi nada compreensivo. O Roberto falou de um total apoio dos Estados Unidos.

JB: E tinha nessa altura?

Crespo: Total. Mas não o escondeu e disse-me: Os Estados Unidos apoiam-me esta é a política do Ocidente, do seu país...

JB: E vocês os nove estavam mais inclinados para o MPLA?

Crespo: Nós queríamos o entendimento, ver se nessa fase havia divergências políticas mas não luta militar, especialmente com estrangeiros. Para não haver Leste – Oeste em Angola.

JB: E não tinha uma simpatia qualquer por um qualquer deles?

Crespo: Achávamos que o MPLA era menos regionalista...

JB: Menos tribalista?

Crespo: Eu não queria usar a palavra. Do que alguns dos outros, porque um era do Sul claramente, e outro era do Norte claramente. E os do MPLA eram...

JB: Mais intelectuais...

Crespo: Mais intelectuais e mais cultos e com mais ligações a Portugal, mais ligações à cultura portuguesa. O MPLA, de muitos pontos de vista, era aquela gente, um deles, era um homem que tinha estado na mesma casa que eu em Coimbra, isto diz muito, isto diz muito. Não é pelo facto em si mas traduz o que era o MPLA, eram homens que tinham estudado em Portugal.

JB: E as ligações que depois se restabeleceram tiveram isso por detrás.

Crespo: E logicamente eram homens ligados ao lado de lá, isso não há dúvida nenhuma. Mas o Aquino de Bragança dizia-me sempre que os socialismos depois são digeridos e tal.

JB: Esse homem também teve uma importância muito grande em Moçambique, não teve?

Crespo: E era meu amigo pessoal, esse foi muito muito importante.

JB: Mas era Marxista, não era?

Crespo: Digerido...

JB: Mas ligava-se muito a Portugal também, não era?

Crespo: Sim, sim. Era um homem goês, com uma certa vocação portuguesa de origem, chamava-se Bragança. (risos)

JB: E teve muita influência na viragem do Professor Machel. Disse-me que o Idi Amin o reteve...

Crespo: Reteve-me mas depois prometeu-me uma coisa excepcional, que nunca aconteceu na vida da OUA. Um Ministro Português falou na conferência da OUA.

JB: Eu tenho esse discurso. Há tem! Ainda bem.

Crespo: Ainda bem porque eu expus, as posições de Portugal e as diligências que tínhamos feito para encontrar... e a nossa vocação para o fazer. E para o mostrar ainda mais, eu devo ter dito lá que a seguir ia falar com o Nyerere que era um homem de enorme prestígio em África...

JB: Tinha muita influência...

Crespo: Com quem eu me dava bem porque já tinha falado com ele várias vezes e tínhamos relações excelentes. Portanto, falei com o Chissano que estava lá na OUA como representante de Moçambique, pedi-lhe para fazer esforços em Kampala. Isto é, Portugal fez o máximo dos esforços possíveis...

JB: Nessa altura acreditava que ainda havia possibilidades, pelo menos dizia-o lá. (risos) Mais de boca que... (risos)

Crespo: Depois da conversa com o Roberto, fiquei desiludido, porque o Roberto achava que a força do Zaire e as capacidades dos Estados Unidos e da CIA que ninguém lhes...

JB: E o entendimento que eles fizeram com a UNITA?

Crespo: Esse entendimento na altura não estava previsto. O Roberto estava convencido, eu pelo menos fiquei convencido, de que ia ser o grande senhor de Angola, quer dizer, que ele e o Zaire, que dominava Luanda e que depois iam ter uns problemas políticos com a UNITA mas que se resolveriam, até porque ele também não excluía completamente que o MPLA fosse um partido, pelo menos foi o que me disse. Sabendo eu que era do Roberto, nunca acreditei nisso.

JB: Mas a sua missão a Kampala...

Crespo: A minha missão a Kampala foi exatamente dizer à OUA a posição de Portugal.

JB: Não tinha agenda secreta por trás?

Crespo: Tinha essa possível de fazer as últimas diligências para haver pressão da OUA sobre os 3, para impedir a guerra.

JB: E na verdade houve, mas a OUA não tinha força nenhuma.

Crespo: Porque da parte do Idi Amin eu não esperava nada, porque a determinada altura até abandonou a sessão para ir para a piscina.

JB: Mas ele era pelo MPLA

Crespo: Era, mas ele, quer dizer, foi sensível mas era um homem com... Eu fiquei convencido que não era uma pessoa com grande compreensão.

JB: Disse que ele o prendeu 4 dias no hotel, como é que foi isso?

Crespo: Eu fiquei até convencido que eles me iam usar como pressão para fazer coisas, quer dizer, houve 4 dias que eu não tive comunicação com ninguém, nem falava com Lisboa nem nada.

JB: Então esteve lá entre 5 e 9?

Crespo: Sim, muitos dias, 3 ou 4 dias, com a Delegação toda, quer dizer, também tinha Diplomatas...

JB: Tinha, tinha. Eu tenho o relatório feito precisamente pelo Diplomata que foi consigo.

Crespo: Nem me lembro agora quem era, mas deve ser Embaixador...

JB: Já está é reformado.(risos) Mas tenho esse relatório onde está anexo o seu discurso, por isso é que eu sei isto tudo.

Crespo: Eu tenho esse discurso em inglês que nunca traduzi porque esse discurso não é feito lá. Eu não estava à espera de fazer o discurso na OUA, como é que alguém que não pertence faz um discurso?! Claro que com grandes protestos da assistência dizendo que eu não era membro, como é que um país Europeu agora é membro da OUA para nos vir falar?! Mas depois quando comecei o discurso eles verificaram que era um discurso com uma importância decisiva.

JB: Por isso é que eu o guardei, considero isso mesmo. Disse-me que no dia 10 estava cá pronto para ir para lá, disse-me que esteve lá 3 dias, ou 4, em Kampala retido e depois ainda foi a Dar es Salam falar...

Crespo: E fui a Roma também.

JB: Não, mas nesta altura...

Crespo: Nessa altura vim por Roma...

JB: Mas repare, a 5 de Novembro estava em Kampala, como é que no dia 10 já aqui estava?

Crespo: Dia 5 deve ser a minha saída de Kampala porque julgo que foi nessa altura que tive um acidente de avião. O avião onde eu vinha aterrou no Kilimanjaro...

JB: Na base do Kilimanjaro...

Crespo: Sim, era um avião francês daqueles jatos renovados, não sei como é que se chamavam, uns que tinham 2 motores e teve uma avaria no leme.

JB: Depois veio para Roma?

Crespo: Vim para Roma.

JB: Era avião nosso?

Crespo: Não, quer dizer, em África voei no avião do Idi Amin, julgo que depois num avião do Nyerere e foi depois numa outra ligação que aconteceu isso.

JB: Então e a Roma ia fazer o quê?

Crespo: A Roma tinha escala para Lisboa. Mas em Roma ainda tive contactos com o Embaixador, era o Embaixador Janeira, que era um homem com quem tínhamos boas ligações, e que me arranjou um contato importante com alguém que estava em Roma e que podia ter influência nesta missão mas também não resultou.

JB: E já agora dentro destas relações com Angola, gostava de lhe perguntar, como é que vocês reagiram ao ultimato feito pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, na altura, José Eduardo dos Santos, de nos dar 48 horas para que lhes dessemos uma explicação sobre as difamações que Angola estava a ser vítima na imprensa portuguesa sobre os atentados que ocorreram aqui com Angola.

Crespo: Isso foi quando?

JB: Isto foi durante o VI Governo, fez-vos um ultimato de 48 horas que vocês não responderam e eles expulsaram o nosso Embaixador de Angola.

Crespo: Isso ocorreu com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

JB: Não se lembra disto?

Crespo: Não, não, devo ter tratado isso com o Melo Antunes, com certeza.

JB: Foi uma humilhação para Portugal.

Crespo: Sim sim agora que me está a falar disso, isso ocorreu com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e agora que está a falar estou-me a recordar.

JB: Agora uma questão que queria ouvir a sua opinião... no livro “Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola”, que foi editado há um mês atrás, da autoria do Tiago de Moreira de Sá que é Professor Universitário da Nova e é Investigador...

Crespo: Eu não li esse livro...

JB: O Melo Antunes e o Almeida Santos, a determinada altura, começaram por fazer loby por Savimbi. Isto é curioso porque a ideia que eu tinha, e você acabou por me dizer um pouco isso é que aquele que achava mais capaz era o MPLA, e o mais próximo de nós. Mas Melo Antunes e Savimbi, segundo aqui está, como os Estados Unidos foram derrotados na independência de Angola – está magnífico este artigo- isto é uma síntese do livro - então diz...

Crespo: Eu vou ler esse livro...

JB: Melo Antunes e Almeida Santos a determinada altura começaram a fazer loby por Savimbi, a quem consideravam o mais bem preparado e pelos vistos deram conta disto mesmo a K. Kaunda que o terá transmitido num almoço a H.Kissinger em Washington. E a minha pergunta para si, que conhecia bem o Melo Antunes...

Crespo: Sim, não tínhamos segredos...

JB: Porquê este volte-face?

Crespo: Não teria havido volte-face, às vezes havia posições táticas. O que nós tentámos bastante foi ligar o Savimbi ao MPLA, porque isso nos parecia, que se houvesse uma boa ligação, era tão importante em Angola associar as capacidades do Savimbi (que nós reconhecíamos alguma) o seu domínio sobre uma zona importantíssima de Angola, populosa e importante, e não tinha o carácter aliado do Zaire que tinha o Roberto. E, portanto, nós procurámos bastante se se conseguisse um entendimento MPLA e UNITA isso afastaria o

Roberto que não queríamos de todo afastar, mas quer dizer, criava condições para haver alguma possibilidade em Angola.

JB: Apesar de vocês terem consciência que atrás do Roberto estavam os Estados Unidos.

Crespo: Sim, claro, mas nós tínhamos consciência que os EUA estavam a errar, aliás como se provou, havia divergências entre as nossas posições e a do H. Kissinger que lhe fizemos saber muitas vezes. Achávamos que o H. Kissinger não estava a agir bem nem para os Estados Unidos nem para o grupo Ocidental com a política que estava a ter em África.

JB: O Kissinger foi um desastre completo na política africana.

Crespo: Exato e foi isso que lhe dissemos várias vezes (em linguagem diplomática, claro). Não se tratava da nossa parte hostilidade à política Ocidental, tratava-se de não concordância, por incorreta, com aquela política concreta que estava a ser protagonizada. Assim como aquela política que depois foi apelidada de “experiência amarga”, que era o comunismo na Europa e aqui em Portugal..

JB: O Eurocomunismo?

Crespo: O Eurocomunismo também como “experiência amarga” para demorar 6 meses ou 1 ano aqui em Portugal que o H.Kissinger chegou eventualmente a admitir. Aliás, que vem com clareza naqueles documentos todos (que esse livro é muito bem feito) do livro que saiu sobre as relações dos Estados Unidos com Portugal, esse livro é muitíssimo bem documentado.

JB: Este livro começa com o relato de um almoço a 19 de Abril de 75 na Casa Branca entre o Presidente Gerald Ford, o Secretário de Estado Henry Kissinger e o Presidente da Zâmbia Kenneth Kaunda: “Foi o momento de viragem na política dos Estados Unidos perante Angola e mesmo para o Continente Africano. K.Kaunda falava em nome dos Presidentes dos países vizinhos, ele próprio mencionou enquanto representante de J. Nyerere da Tanzânia, Mobutu do Zaire e Samora Machel de Moçambique, convenceu Ford de que a URSS estava a intervir em Angola com conselheiros militares e armamento, o que podia ajudar o MPLA a retomar o poder. O MPLA acentuou K. Kaunda não era apenas um grupo marxista, como era a Frelimo em Moçambique, mas sim um instrumento de Moscovo. O Presidente da Zâmbia propôs que os Estados Unidos da América apostassem em J. Savimbi como o líder do compromisso e assegurou que também o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes estava disposto a passar a apoiar o líder da UNITA.”

Crespo: Mal, mal. Isso é uma interpretação dele que foi sempre um homem muito mais preocupado com as coisas do seu país e até da sua pessoa do que com a política africana. Nessa fase nós, de facto, preconizávamos um certo entendimento da UNITA com MPLA, mas isso não significava que fosse a UNITA contra o MPLA. Achávamos que a UNITA era importante mas para conciliar as posições e até para reduzir as intervenções Soviéticas no MPLA, porque o MPLA sentiu-se a determinada altura, com necessidade de recorrer a todos os recursos que, provavelmente, nunca teria pensado mas sempre, como diz o Pezarat Correia, sempre com o interposto cadáver porque, quer dizer, a URSS com soldados seus, nunca, foi sempre com terceiros.

JB: Foi sempre Cuba.

Crespo: Depois de cadáver como diz o Pezarat.

JB: Mas uma aposta na UNITA, no fundo, não afastava...

Crespo: Uma aposta na UNITA, isto é, Portugal não queria afastar a UNITA porque era mais um parceiro para conciliar posições, nunca privilegiámos a UNITA contra o MPLA, isso é uma posição errada do K. Kaunda e um mal-entendido. Aliás as posições do K. Kaunda têm de ser sempre lidas com atenção porque nunca eram senão a sua pessoa e o seu país, os interesses da sua pessoa e do seu país.

JB: E o Kaunda era muito pró UNITA, não era?

Crespo: Sim, para a UNITA, quer dizer, só quando a Frelimo se afirmou, porque se tivesse havido outras... Quando o Presidente de Portugal, o General Spínola estava noutras posições, o K. Kaunda também andou ali a “patinar”.

JB: Foi um grande aliado naquela altura.

Crespo: Claro K. Kaunda teve sempre posições dúbias.

JB: Quem apoiasse a UNITA estava condenado em África por causa da associação que se fazia a África do Sul e como toda a OUA criticava o racismo e o Apartheid...

Crespo: Nós nunca tivemos com a África do Sul sequer... quer dizer, nós entendíamos que os problemas da África do Sul eram já de si tão graves em África que nós não devíamos ser hostis. Aliás, a minha posição em Moçambique foi de nenhuma hostilidade, nunca preconizei hostilidade contra a África do Sul.

JB: E nós tivemos uma grande ligação no tempo do anterior regime

Crespo: Já depois do 25 de Abril a minha posição foi não hostilidade à África do Sul porque eles não interferiram em tudo portanto, se nós nos hostilizarmos ainda temos a hostilidade deles.

JB: No dia 13 de Janeiro de 76, o Governo convocou o Embaixador de Cuba para o informar que o Governo Português não autorizava a utilização do Aeroporto de Santa Maria como base de escala dos seus voos para Angola. Há registos que confirmam que eles utilizaram por duas vezes o transporte de tropas para o conflito em Angola.

Crespo: Em Santa Maria?

JB: Em Santa Maria! Tem conhecimento disto? Porque isto foi feito na altura em que estava no Governo.

Crespo: Não me recordo. Lembro-me de incidentes com Cuba...

JB: Portanto não confirma isto?

Crespo: Não, mas também não infirmo, mas não, não posso confirmar, não me recordo.

JB: E por acaso lembra-se porque é que nessa altura o IARN tomou uma posição relativamente aos Espoliados (aos Retornados, como se chamava na altura) afirmando categoricamente de que não pagavam indemnizações? Portanto, não era da sua competência o pagamento de qualquer tipo de indemnizações aos Espoliados de Angola. Isto foi uma decisão do Governo ou foi uma tomada de posição por parte do ...?

Crespo: Eu não me recordo de isso ter sido discutido no Governo mas acho isso natural. Quer dizer, a ter sido discutido era ao contrário, quer dizer, o Governo podia ter dado, isso é que era uma decisão do Governo, não dar não é preciso Decreto nenhum. Agora se chegou a haver discussão sobre isso no Conselho de Ministros não me recordo de nenhuma.

JB: A última pergunta que lhe quereria fazer era se gostaria de adiantar algum facto que não seja de todo ainda conhecido e que possa ajudar esta minha tese.

Crespo: Por exemplo esse que lhe confirmei não é muito divulgado embora já tenha sido dito pelo Marechal Costa Gomes, a questão da minha ida a Angola e da posição, quer dizer, esclarecer bem a posição que Portugal tomou relativamente a Angola que foi prejudicada pelo mau tempo.

JB: Como é que o tempo, um acontecimento que ninguém domina, pode de facto ter feito uma inflexão tão diferente e tão grande na política portuguesa.

Crespo: Ainda hoje não sei se foi a Força Aérea, com a TAP, porque o voo era da TAP a quem eu pedi para tratar dessas matérias, naturalmente, foi à Força Aérea.

JB: Quem é que era o comandante nessa altura?

Crespo: Era o Morais e Silva.

JB: Também era do grupo dos 9, não era?

Crespo: Não, não, e era um homem que teve posições contraditórias.

JB: Mas era o quê? Não era de esquerda porque ele foi preso no 25 de Novembro.

Crespo: Morais e Silva foi preso?

JB: Foi, eu estava lá, eu apanhei o 25 de Novembro em cheio! Foi preso no alto de Monsanto no GDACI e deixaram-lhe o telefone (isto de facto era revolução naquela altura) e ele estava em contacto com o comando, digamos assim, do 25 de Novembro, com o Eanes, com o Rocha Vieira, com o Tomé Pinto (quem me contou isto foi o Tomé Pinto), que ele estava em contacto a dar-lhes as informações todas, estava lá com os movimentos completamente controlados, mas com o telefone para poder contar tudo cá para fora o que se estava a passar dentro da base. Depois veio o Jaime Neves...

Crespo: Há foi preso pelos para-quedistas?

JB: Sim.

Crespo: Isso claro que sei, julgava que estava a dizer que foi preso ao contrário....

JB: Não mas o Jaime Neves cercou aquilo tudo...

Crespo: Eu sei, eu sei, ele não era um homem que me fosse nem favorável e teve sempre atitudes contraditórias com as quais nós não concordávamos mas, quer dizer, isto não se deve a ele pessoalmente, isso foi avaliado pelos serviços da Força Aérea conjuntamente com os serviços de voo da TAP, isso eram coisas técnicas de aviões que me escapavam completamente.

JB: Diz-se que tenha sido ele a tomar a decisão de...

Crespo: Não, ele tomar a decisão de...mas tive sempre a percepção...

JB: Mas acha que havia ali alguma “mãozinha”?

Crespo: Claro, claro. Havia uma tempestade, isso eu vi nas cartas de tempo, mas a justificação...são matérias que me escapam. Eu fiquei sempre com uma desconfiança de que tinha mão política.(risos)

JB: Aí ou PSD ou PS que pudessem ter influências lá e que tivessem boicotado isso.

Crespo: De facto não fui, não houve voo.

JB: E Portugal acabou por não estar representado oficialmente.

Crespo: E estaria por um Ministro representante do Presidente da República.

JB: E eles souberam isso?

Crespo: Souberam!

JB: Mas pelos vistos também não ajudou muito para normalizar as relações...

Crespo: Na altura era a atitude do Governo que mais lhes interessava porque não lhes interessava tanto a posição do Presidente da República.

JB: Era a relação Estado a Estado.

Crespo: Até porque sabiam que o MNE era todo favorável ao reconhecimento, não tinha dúvida nenhum do Melo Antunes.

JB: A minha surpresa foi esta viragem, como aqui fica provado...

Crespo: Mas esse nosso apoio à UNITA, que houve de facto, não significou...

JB: Mas foi mais para contrabalançar, digamos assim, não era um apoio explícito, embora o Melo Antunes lhe reconhecesse capacidade...

Crespo: Não, nós não eramos favoráveis ao MPLA, nós queríamos o máximo de convergências na independência de Angola, tal como nós a negociámos, essa é que era a vantagem para Portugal.

JB: Não se pode inferir, tal como aqui diz, que pôs-se a favor do Savimbi, reconheciam capacidade técnica e política ao Savimbi.

Crespo: Digo mais, chegámos a favorecer a UNITA relativamente à FNLA, isso sim. Quer dizer, fizemos loby mais pela UNITA do que pela FNLA.

JB: É isso que ele acaba por tomar as partes pelo todo.

Crespo: Exacto, exacto!

JB: Sr. Almirante gostei bastante destas horas, fico-lhe muito grato e, acredite que para mim, para além de ser útil foi um imenso prazer estar aqui e conhecê-lo pessoalmente. Muito Obrigado Sr Almirante.

(Tomaram posse em 31/5 os 7 militares da J.S.N + 7 militares da Comissão Coordenadora do MFA +7 indicados pelo P.R. que escolheu 2 militares: Almeida Bruno e Rafael Durão e 5 civis: Freitas do Amaral, Isabel de Magalhães Colaço, Azeredo Perdigão, Henrique de Barros, Ruy Luís Gomes)

N.B. Posteriormente houve alterações devido a questões de natureza governativa.

A. Spínola- (P.R.) 1º G.Prov. **Adelino da Palma Carlos**----- Mário Soares(MNE)
(nomeado pelos pares) (16/5/74) - (17/7/74) demitiu-se Almeida Santos (M. Coord.I)
da JSN) a 15/5/74 Mário Soares e Almeida Santos na altura negociaram a descolonização

No Dec Lei 203/74 de 15/5 , D.G. 113/74, 1ª S. sai o Programa do Governo Provisório onde se prometia definir o futuro do Ultramar, com base no princípio da autodeterminação.

2º G.Prov. **Vasco S. Gonçalves** -----Mário Soares (MNE)
(17/7/74) – (30/9/74) **Jorge Campinos (SENE)**
E. Melo Antunes(M. sem Pasta)
A. Santos (Min. Coord. Interterrit)

Lei 7/74, D.G. 174/74, 1ª S, 1º Suplemento, de 27/7 – Lei sobre o Direito das Colónias à Independência (esclarece o alcance do nº 8 do Cap. B do Programa do MFA)

26/08/74- **Acordo de Argel** entre Portugal e o PAIGC para a independência da Guiné e Cabo Verde, (D.G. 1ª S., nº 202/74, de 30 /08/74).

7/9/74 – **Acordo de Lusaka** entre Port/FRELIMO para a Independência de Moçambique (D.G.1ª S.,2º Supl. nº 210/74,de 9/9).

Independência da Guiné – 10 de Setembro de 1974

A.Spínola (demitiu-se a 30/9/74)

F.Costa Gomes (P.R.)

(nomeado pelos pares)
(30/9/74) – (13/7/76)

3º G.Prov. **Vasco S.Gonçalves**-----Mário Soares (MNE)
(30/9/74) – (26/3/75) **J. Jorge Campinos (SENE)**
E. Melo Antunes (Min. sem Pasta)
A.A.Santos (Min. Coord. Inter)

26/11/74-**Protocolo de Acordo em Argel** entre Portugal e o MLSTP para a independência de STP, (D.G. 1ª S. nº 293, 3ª Suplemento de 17 de Dezembro de 1974) em conformidade com o estabelecido no D.G. 1ºS., nº 17 de 21 de Janeiro de 1975.

19/12/1974- **Protocolo de Acordo em Lisboa** entre Portugal e o PAIGC para a independência de Cabo Verde,na sequência do Acordo de Argel de 29/08/1974 e Lei 13/74 (D.G. 1ª S. nº 293, 3º Suplemento de 17 de Dezembro de 1974)

Em 31/12/74 é institucionalizada a **Comissão Nacional de Descolonização** e o Gabinete Coordenador para a **Cooperação**, que já fora criada por despacho do anterior PR datado de 5/9/74.

(era constituída pelo P.R. que presidia e pelo P.M.,CEMGFA, um Ministro sem Pasta, M.N.E.,M,C.I., mais o Embaixador de Portugal na ONU, caso se encontrasse em Portugal na altura das reuniões, bem como os Altos Comissários. Podiam ainda ser convocados outros membros do Governo e Entidades que o P.R. julgue indispensável ouvir.

15/1/75 - Acordo de Alvor entre Port/ MPLA/FNLA/UNITA(D.G.1ª S. nº 23, Suplemento de 28/1/75) e anexo nunca publicado

Pelo Dec Lei nº 97/75 de 1/3 foi criado o Gabinete de Estudos e Planeamento, na dependência do MNE e do SENE, dirigido pelo Dr. Nuno Brederote Santos.

A Lei nº 5/75 de 14/3/75 extingue o Conselho de Estado e a Junta de Salvação Nacional e Institucionaliza o Movimento das Forças Armadas mediante a criação da Assembleia do M.F.A e o Conselho da Revolução (constituído por PR e Chefe do E. M. General das F.Armadas Costa Gomes, PM Vasco Gonçalves, Chefes de E. Maior da Armada P.Azevedo, do Exército Carlos Fabião e da F.Aérea Mendes Dias, Ex da J.S.N. Rosa Coutinho, idem Pinho Freire, idem Lopes Pires, Comandante Adj do C.O.P.C.O.N. Saraiva de Carvalho, da C. Coord. do M.F.A. Franco Charais, idem Almada Contreiras, idem Canto e Castro, idem Pereira Pinto, idem Vasco Lourenço, idem Pinto Soares e idem Miguel Judas, designados pelo M.F.A. Martins Guerreiro, Pezarat Correia, Costa Neves, Sousa e Castro, Ramiro Correia, Vitor Cunha, Ferreira de Sousa, Ferreira de Macedo e Marques Júnior)

4º G. Prov. Vasco Gonçalves----- E.Melo Antunes (MNE)
(26/3/75) a (8/8/75) J. J.Campinos (SENE)
J. Sampaio (S.E.C.E)

Mário Soares (Min.sem Pasta)
A.A.Santos (Min. Coord. Inter)

Pelo Dec. Lei 158-A/75 de 26 de Março é criada no M.N.E. a Secretaria de Estado da Cooperação Externa.

O Dec Lei nº 169/75 publicado no DR.nº 75, 1ª S. de 31 de Março, criou o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) e posteriormente o Dec Lei nº 494/75 de 10 de Setembro, veio regular o seu funcionamento.

Em 5/5/76 por Resolução do C.M. é definida a qualidade de Retornado

Por Despacho do C.M. de 23/6/75, DR nº 143 – 3º Suplemento, Série I de 24/6/75 , surge no âmbito do M.F., uma Comissão de Coordenação das Negociações nos domínios económico e financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa.

Independência de Moçambique – 25 de Junho de 1975

Independência de Cabo Verde – 5 de Julho de 1975

Independência de S.Tomé – 12 de Julho de 1975

O C.R. na Lei nº7/75 de 17/7 publicada no DR nº163, série I, insere várias disposições relativas á descolonização de Timor. Sobre o estatuto do território vidé o art 307 da Constituição da República Portuguesa de 1976

Pelo Dec Lei nº 412- B/75, de 7 de Agosto, é extinto o Ministério da Coordenação Interterritorial e cria-se em substituição, a Secretaria de Estado da Descolonização na dependência directa do P.M.

5º G.Prov. Vasco Gonçalves----- Mário Ruivo (MNE)
(8/8/75) a (19/9/75) (S.E.E.- Luis Moita)
(S.E.D. – Jorge Ferro Ribeiro)

Pelo Dec Lei nº 458-A/75 de 22 de Agosto a PCM **suspende a vigência do Acordo do Alvor** que tinha sido concluído a 15/01/75

6º G.Prov. **J.B. Pinheiro de Azevedo** – E.Melo Antunes (**MNE**)
(19/9/75) – (23/6/76) J.M.Ferreira (SENE)
R. Machete (S.E.Emig.) até 14/1/76, substituído por
Sérvulo Correia como (S.E.Emig)
Em 21/1/76 - **Rui Machete(M.A.Sociais)**
Amândio de Azevedo (S.E. dos Retornados)
Vítor Crespo (Min.da Cooperação)
João Cristovão Moreira (Sec Est. Descolonização)
José M. Gomes Mota (Sec.Est.. Cooperação) até Março 76

É criado o **Ministério da Cooperação** (Dec Lei nº 532-A/75 de 25/9) em lugar da **S.E.Coop.Ext.**
Na sua Lei orgânica (Decreto nº 197/76 de 18/3) para além das atribuições é definida a sua estrutura que compreende duas Secretarias de Estado, a da **Descolonização** que ali foi integrada e a da **Cooperação.**

Pela Portaria nº 653/75 de 8 de Novembro são integrados diversos serviços nestas Secretarias de Estado a fim de assegurar o normal funcionamento da actividade do Ministério.

Fazia parte deste Ministério, liderado pelo Comandante Vítor Manuel Trigueiros o **Secretário de Estado da Descolonização**, Comandante João Cristovão Moreira. Este permaneceu até á extinção da S.E.D. já no 1º G.Constitucional. Mas por despacho do P.M.(DR 197/76 de 23/8/76) ficou a assegurar os Serviços até que as suas atribuições passassem para outro Organismo.

Em Outubro de 1975 foi criada a **Secretaria de Estado dos Retornados** integrada no **Ministério dos Assuntos Sociais** que passou a tutelar o **IARN** (Dec Lei 584- B/75 de 16/10/75)

Independência de Angola – 11 de Novembro de 1975

Portugal reconhece oficialmente a RPA em 22/2/76

Pelo Dec Lei nº 97-A/76, DR., nº 26 de 31/1/76, foi criado o

Instituto para a Cooperação Económica surgiu após a extinção da Comissão de Coordenação das Negociações no Domínio Económico e Financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa (do Ministério das Finanças) , do Núcleo dos Problemas Empresariais (do Ministério da Coordenação Interterritorial) e ainda do Núcleo de Inspeção de Administração da Direcção Geral de Economia da Sec. Estado da Cooperação. Nos termos do nº1 do Art 14, foi depois nomeada a Comissão Instaladora com a dupla tutela do M.F. e MNE que era presidida por Almeida Serra , Costa Oliveira, Brás Teixeira, Correia Pinto e António Martins.

V. Almeida e Costa (interinamente P.M. depois da renúncia de P.Azevedo)
(23/6/76) – (23/7/76)

A.Ramalho Eanes - (P.R.)

(14/7/76) –(9/3/86)

Eleito por sufrágio directo ao abrigo da Constituição de 1976

(Depois das 1ªs Eleições Leg. de 25/4/76)-
1º Gov.Const.- Mário Soares (PS)-----Medeiros Ferreira (MNE)
(23/7/76) – (23/1/78) (23/7/76 até 11/10/77)
M.Soaes (interino MNE em 17/10/77)

Até à saída de Medeiros Ferreira foi S.E.N.E e Emigr.- João Vieira de Lima

Medina Carreira (M.F.)

Pelo Dec. Lei nº 683 – A/76 de 10 de Setembro extingue-se o **Ministério da Cooperação** e as **Secretarias de Estado da Descolonização e da Cooperação**.

Extingue-se igualmente a **Secretaria de Estado dos Retornados**, substituída em 10 de Setembro de 1976, no âmbito da PCM, (Dec-Lei nº 683-B/76) pelo **Comissariado para os Desalojados** (dirigido pelo Alto Comissário, Coronel Gonçalves Ribeiro) posteriormente extinto em 1979.

2º Gov.Const (coligação) — Mário Soares-----V.Sá Machado (MNE)
(23/1/78) – (29/8/78) S.E. N. E. Emigr.- JoãoVieira de Lima
(M.F. e Plano) V.Constâncio

3º Gov.Const---A N.da Costa-----Carlos Correia Gago (MNE)
Governo de Inic..Presidencial (29/8/78) – (22/11/78) SENE Paulo Enes
(M.F.e Plano) José S.Lopes

4º Gov.Const--C.Mota Pinto-----João de Freitas Cruz (MNE)
Governo de Inic..Presidencial (22/11/78) – (7/7/79) SENE Paulo Enes
(M.F.e Plano) Manuel J. Nunes

5º Gov.Const--M.L. Pintassilgo----- J.F.Cruz (MNE)
Governo de Inic..Presidencial (1/8/79) – (3/1/80) SENE- Dr Paulo Ennes
S.E.E. - Mario Viçoso Neves
M. Finanças – A. Sousa Franco
M . Educação - Luís Veiga da Cunha

Quadro Sinóptico

AS ORIGENS DA COOPERAÇÃO

As Figuras, os Factos e as Instituições – As motivações e as realizações

PÓS 25 DE ABRIL

PR	(Outros)	GOV	PM`s	MNE`s
----	----------	-----	------	-------

A.Spínola- (P.R.) 1º G.Prov. **Adelino da Palma Carlos** Mário Soares(MNE)
(nomeado pelos pares (16/5/74) - (17/7/74) demitiu-se Almeida Santos (Min.Coord.Intert)
da JSN em 15/5/74

É criada uma **Secretaria de Estado** no MNE (Dec Lei 260/74 de 18/6 (mas que só vem a ser implementada no 2º Governo Provisório)

2º G.Prov. **Vasco S. Gonçalves** -----Mário Soares (MNE)
(17/7/74) – (30/9/74) Jorge Campinos (S.E.N.Estr.)
E. Melo Antunes(Min. sem Pasta)
A.Santos (Min. Coord. Interterritorial)

26/8/74 – Acordo de Argel entre Port/PAIGC para a Independência da G.B.e respetivo anexo
(D.G. 1ª S, nº 202/74, de 30/8)
7/9/74 – Acordo de Lusaka entre Port/FRELIMO para a Independência de Moçambique (D.G.
1ª S, nº 210/74, 2º Supl.de 9/9.

Independência da Guiné - 10/9/74

A.Spínola (demitiu-se a 30/9/74)

F.Costa Gomes (P.R.)

(nomeado pelos pares
(30/9/74) – (13/7/76)

3º G.Prov. **Vasco S.Gonçalves**-----Mário Soares(MNE)
(30/9/74) – (26/3/75) J. Campinos (SENE)
E. Melo Antunes (Min. sem Pasta)
Almeida Santos (Min. Coord. Inter)

26/11/74-Protocolo de Acordo em Argel entre Portugal e o MLSTP para a independência de
STP, (D.G. 1ª S. nº 293, 3ª Suplemento de 17 de Dezembro de 1974) em conformidade com o
estabelecido no D.G. 1ºS., nº 17 de 21 de Janeiro de 1975.

19/12/1974- Protocolo de Acordo em Lisboa entre Portugal e o PAIGC para a independência
de Cabo Verde,na sequência do Acordo de Argel de 29/08/1974 e Lei 13/74 (D.G. 1ª S. nº 293, 3º
Suplemento de 17 de Dezembro de 1974)

Em 31/12/74 é criado (pelo Dec Lei 791/74 de 31/12, DR 1ª S nº 303) no âmbito da Presidência da República; o
Gabinete Coordenador para a Cooperação (G.C.C.) dirigido pelo Embaixador Fernando Reino

15/1/75 - Acordo de Alvor entre Port/ MPLA/FNLA/UNITA(D.G.1ª S., nº 23, Suplemento de 28/1/75) e anexo nunca
publicado

Pelo Dec Lei nº 97/75 de 1/3 foi criado o Gabinete de Estudos e Planeamento, na dependência do MNE e
do SENE, dirigido pelo Dr. Nuno Brederote Santos.

4º G. Prov. **Vasco Gonçalves-** E.Melo Antunes(MNE)
Jorge Campinos /SENE)
Jorge Sampaio (S.E.C.E)
Mário Soares (Min.sem Pasta)
Almeida Santos (Min. Coord. Inter)
(26/3/75) a (8/8/75)

Pelo Dec. Lei 158-A/75 de 26 de Março é criada no M.N.E. a Secretaria de Estado da Cooperação Externa.

Por Despacho do C.M. de 23/6/75 surge no âmbito do M.F. uma Comissão de Coordenação das Negociações nos
domínios económico e financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa.

Independência de Moçambique – 25 de Junho de 1975

Independência de Cavo Verde – 5 de Julho de 1975

Independência de S.Tomé – 12 de Julho de 1975

Assinaturas dos Acordos de Cooperação com as Ex Colónias;

O primeiro é o Acordo Geral de Cooperação e Amizade com a Guiné Bissau em 11/6/75 (Dec 75/76 de 27/1, D.G.1ª S, nº 22,)

Depois o Acordo Geral de Cooperação e Amizade com C.Verde em 5/7/75 (Dec. 78/76 de 27/1, D.G. 1ª S, nº 22)

E o Acordo Geral de Cooperação e Amizade com S.Tomé e Príncipe em 12/7/75 (Dec.68/76 de 24/1, D.G.1ª S, nº 20)

O Acordo Geral de Cooperação com Moçambique foi apenas em 2/10/75 (Dec.692/75 de 12/12, D.G.1ª S, nº 286)

Faltou nesse ano o Acordo Geral de Cooperação com Angola

Criado no âmbito do MNE o Secretariado para a Cooperação Económica e Técnica Externa (Dec Lei, 1º S, nº 382/75, D.R. nº 164, de 18/7), com funções de apoio na sua ligação permanente aos diversos Ministérios e Secretarias de Estado e é extinta a Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa que vinha já do anterior regime

Extinto o Ministério da Coordenação Interterritorial (Dec Lei nº 412- B/75, de 7 de Agosto)

5º G.Prov. Vasco Gonçalves-----Mário Ruivo (MNE)
(8/8/75) a (19/9/75) (S.E.E.- Luis Moita)
(S.E.D. – Jorge Ferro.Ribeiro)

6º G.Prov. J.B. Pinheiro de Azevedo – E.MeloAntunes (MNE)
(19/9/75) – (23/6/76) demite-se para candidatar-se à P.R. J.M.Ferreira (SENE)
Vítor Crespo (Min.da Cooperação)
João Cristovão Moreira (Sec Est. Descolonização)
José M. Gomes Mota (Sec.Est.. Cooperação) até Março 76

É criado o Ministério da Cooperação (Dec Lei, 1º S, nº 532-A/75 de 25/9) em lugar da S.E.Coop.Ext.

Na sua Lei orgânica (Decreto nº 197/76 de 18/3) para além das atribuições é definida a sua estrutura que compreende duas Secretarias de Estado, a da Descolonização que ali foi integrada e a da Cooperação.

Fazia parte deste Ministério, liderado pelo Comandante Vítor Manuel Trigueiros Crespo, o Secretário de Estado da Cooperação Comandante José de Magalhães Saldanha Gomes Mota . Demitiu-se em Março de 1976 e o Ministro avoca essas competências.

O Gabinete Coordenador para a Cooperação é integrado no Ministério da Cooperação.

Pela Portaria nº 653/75 de 8 de Novembro são integrados diversos serviços nestas Secretarias de Estado a fim de assegurar o normal funcionamento da atividade do Ministério

Independência de Angola – 11 Setembro de 1975 Portugal reconhece oficialmente a RPA em 22/2/76

Pelo Dec Lei nº 97-A/76, DR., nº 26 de 31/1/76, foi criado o

Instituto para a Cooperação Económica surgiu após a extinção da Comissão de Coordenação das Negociações no Domínio Económico e Financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa (do Ministério das Finanças), do Núcleo dos Problemas Empresariais (do Ministério da Coordenação Interterritorial) e ainda do Núcleo de Inspeção de Administração da Direção Geral de Economia da Sec. Estado da Cooperação. Nos termos do nº1 do Art 14, foi depois nomeada a Comissão Instaladora com a dupla tutela do M.F. e MNE que era presidida por Almeida Serra, Costa Oliveira, Brás Teixeira, Correia Pinto e António Martins.

V. Almeida e Costa (interinamente P.M. depois da renúncia de P.Azevedo)
(23/6/76) – (23/7/76)

A.Ramalho Eanes - (P.R.)

(14/7/76) – (9/3/86) Eleito por sufrágio direto ao abrigo da Constituição de 1976

(Depois das 1ªs Eleições Leg. de 25/4/76)-

1º Gov.Const.- Mário Soares (PS)----- M. Ferreira (MNE)
(23/7/76) – (23/1/78) (23/7/76 até 11/10/77)
M.Soaes (interino MNE em 17/10/77)
Até à saída de Medeiros Ferreira foi S.E.N.E e Emigr.- João Vieira de Lima
Medina Carreira (M.F.)

Pelo Dec. Lei 683-A/76 de 10 de Setembro foi extinto o **Ministério da Cooperação** e as suas **Secretarias de Estado**. Os serviços da S.E.C. foram integrados no âmbito do MNE. O **Gabinete Coordenador para a Cooperação** passou igualmente a depender do MNE.

* Em 1/9/76 foi criada no MNE, com atribuições na área da cooperação, a **Missão Integradora dos Organismos da Cooperação**. (MIOC) O primeiro Chefe da Missão foi o Diplomata António de Almeida Leite Cruz.

A Junta de Investigação Científica do Ultramar, criada pelo anterior regime, foi integrada no **Ministério da Educação e Investigação Científica**, pelo Decreto- Lei nº 769-C/76 de 23 de Outubro. Posteriormente pelo Decreto-Lei nº 291/77 de 19 de Julho, foi determinado que por Portaria se fizesse a sua adaptação às novas realidades de Investigação.

2º Gov.Const (coligação PS/CDS)-Mário Soares-V.Sá Machado (MNE)
(23/1/78) – (29/8/78) S.E.N.E. e Emigr.- João Vieira de Lima
(M.F. e Plano) V.Constâncio

Acordo Geral de Cooperação com Angola assinado em Bissau em 26/06/78 (Lei nº 6/79 de 9/2, D.R nº 34 de 9/2) mas só entrou em vigor em 24/7/79 pelo DR, 1ª S nº 221 de 24/7/79)

3º Gov.Const---A N.da Costa-----Carlos Correia Gago (MNE)
Governo de Inic..Presidencial (29/8/78) – (22/11/78) SENE E Paulo Enes
(M.F.e Plano) José S.Lopes

4º Gov.Const--C.Mota Pinto-----João de Freitas Cruz (MNE)
Governo de Inic..Presidencial (22/11/78) – (7/7/79) SENE E Paulo Enes

(M.F.e Plano) Manuel J. Nunes
M . Ed. e I. Cient.) L.Valente de Oliveira

Por Despacho do MNE de 7/2/79 foi extinto o MIOC

5º Gov. Const--M.L. Pintassilgo-----João de F.Cruz (MNE)
Governo de Inic..Presidencial (1/8/79) – (3/1/80)

SENE- Paulo Ennes
SEE – Mário V. Neves

M. Finanças – A. Sousa Franco
M . Educação - Luís Veiga da Cunha

Depois de aprovado em C.M.a 31/10/79, surgem os Dec.Lei n°s 486 e 487/79, publicadas em D.R. a 18/12/79. Surgiam finalmente as primeiras “ verdadeiras estruturas de cooperação, através de uma grande reforma dos muitos organismos existentes nesta área”. Surgem respetivamente a **Direcção Geral da Cooperação (DGC)** no âmbito do MNE e a Lei Orgânica do **Instituto da Cooperação Económica (ICE)** que embora inserido na estrutura do MNE, terá uma dupla tutela MNE/M.F.

Extinguiam-se assim (complementado ainda posteriormente com a publicação no D.R. de 10/09/80 através do Dec-Lei 367/80) os muitos organismos ainda em funcionamento, provenientes do antigo M. Ultramar e que o Dec.Lei 125/75 de 12/3, não extinguiu, bem como o Gabinete para a Cooperação Económica e Técnica Externa e o Gabinete Coordenador para a Cooperação, que tinha sido o primeiro organismo a ser criado, após a Revolução, para acompanhar a área da cooperação(embora este ainda se manteve por razões técnico financeiras, fruto do Dec Lei 367/80 atrás referido e só se extinguirá definitivamente em 1983 pelo Dec. Lei 439 – A/83 de 23 de Dezembro).

1º Director Geral da Cooperação – Emb. Gaspar da Silva ----- 1º Presidente do ICE – Dr. Jorge Costa Oliveira

FIM

DIPLOMATAS PORTUGUESES COLOCADOS NOS PALOP ATÉ 1980

Posto	Nome	Cargo	Posse	Termo de funções
-------	------	-------	-------	------------------

*Dados sob reserva

Luanda	-Carlos Miguel L. Teixeira da Mota	-Encarregado de Negócios.	16/4/76	15/5/76
	- Vasco Taveira da C. Valente	-Encarregado de Negócios	14/10/76	27/2/77
	-João de Sá Coutinho R. S.M.	- Embaixador	27/2/77	27/3/80
Praia	- Manuel A.P.J. Barreiros	-Encarregado de Negócios	30/6/75	13/6/77
	- José M. B.G. Cornélio da Silva	- Embaixador	13/6/77	18/7/79
	- Filipe A.R. Guterres	-Enc.Negócios Interino	18/7/79	1/11/79
	- Duarte Vaz Pinto da F.de Sá P. de Castro	-Embaixador	3/11/79	1971/82
Bissau	-Pedro J. Ribeiro de Menezes	-Missão Extr. de Serviço Público	28/9/74	16/10/74
	-Pedro J.R.M.	-Enc. N. Interino	16/10/74	19/11/74
	-João de Sá Coutinho R. Sotto Maior	- Embaixador	19/11/74	26/1/77
	- J. C. Quintela Paixão.		26/1/77	15/6/77
	- António d`O. Pinto da França	- Enc. Negócios Interino	15/6/77	14/2/80
- Embaixador				
Maputo	-António Manuel de M. Martins da Cruz	-Adjunto do Alto Comissário	10/3/75	26/6/75
	- Luís O. Roma de Albuquerque		26/6/75	28/6/75
	- Albertino Almeida *	- Encarregado de N. Interino	28/6/75	10/11/75
	- Manuel A. Caldas Faria	-Embaixador	10/11/75	2/5/77
		-Encarregado de N. Interino	2/5/77	28/6/77
		- Encarregado de N. Interino	28/6/77	25/7/79

DIPLOMATAS

	-António R.F.M. Portugal - António A.M. da C. Vaz Pereira -Eduardo F. S.M. Nunes Carvalho	-Embaixador -Enc. Negócios Interino	25/7/79	9/9/80
São Tomé	- João A. Rocha Páris -Amândio M.de M. C.R. da Silva Pinto - Silvino Moreira Ribeiro -Francisco J.L.T. Knopfli	- Adjunto do Alto Comissário -Embaixador - Enc. Negócios Interino -Embaixador	27/6/75 12/7/75 20/5/77 13/1/79	12/7/75 20/5/77 13/1/79 10/9/81

DIPLOMATAS DOS PALOP COLOCADOS EM PORTUGAL ATÉ 1980

País	Nome	Cargo	Posse	Termo de funções
ANGOLA	Adriano Jordão	Embaixador	Junho 1978	1982
CABO VERDE	Corsino António Fortes	Embaixador	1-10-1975	25-07-1981
GUINÉ BISSAU	Júlio Semedo	Embaixador		
MOÇAMBIQUE				
SÃO TOMÉ				